



João Pedro Cerqueira Oliveira

A agroecologia e as relações não-hegemônicas entre sociedade e natureza.

A Cesta Camponesa e a Agricultura Sintrópica tomadas como exemplo de práticas agroecológicas.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Geografia pelo programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. João Rua

Rio de Janeiro
Junho de 2020



João Pedro Cerqueira Oliveira

A agroecologia e as relações não-hegemônicas entre sociedade e natureza.

A Cesta Camponesa e a Agricultura Sintrópica tomadas como exemplo de práticas agroecológicas.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. João Rua

Orientador

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof.^a Regina Célia de Mattos

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof.^a Claudia Job Schmitt

Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) –
UFRRJ

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós Graduação do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de Junho, 2020

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

João Pedro Cerqueira Oliveira

Possui graduação em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2016) com ênfase em Design de produto. Tem experiência na área de Design Gráfico, Design de Produtos Sustentáveis, Ecologia Política e Agroecologia. Foi membro do grupo de pesquisa DASEIN – Percursos, Artes, Design, e Narrativas Urbanas da PUC-RIO. Concentra seus estudos nas áreas de ecologia política, agroecologia, design sustentável, estudos de-coloniais e pós-coloniais.

Ficha Catalográfica

Oliveira, João Pedro Cerqueira

A agroecologia e as relações não-hegemônicas entre sociedade e natureza. A Cesta Camponesa e a Agricultura Sintrópica tomadas como exemplo de práticas agroecológicas / João Pedro Cerqueira Oliveira ; orientador: João Rua. – 2020.

211 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente - Teses. 2. Agroecologia. 3. Desenvolvimento. 4. Cesta Camponesa. 5. Agricultura sintrópica. I. Rua, João. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A minha família responsável pelo carinho e amor inscritos em minha vida. Tanto amor me fez querer compartilhar um pouco deste com o meio ambiente e a vida natural.

Ao meu orientador, grande amigo que a vida me proporcionou em um período muito curto de convivência. Me encaminhou pelos caminhos do conhecimento como nunca ninguém antes fez. Meus agradecimentos são para toda vida.

A minha companheira Mayra, parceira fundamental em todas as esferas de minha vida, e que durante todo o processo de realização desta pesquisa me deu suporte e carinho nas horas em que mais precisava. Ela foi uma das poucas pessoas capazes de entender o esforço e a importância contida nas palavras escritas aqui.

Ao professor, amigo, e irmão Jorge Langone – junto aos amigos do grupo de pesquisa Dasein/PUC-Rio. Eles foram o ponto de conexão para a minha entrada no mestrado em geografia.

A professora e amiga Ana Branco, que abriu meus olhos para o meio ambiente e para a conexão da vida humana com a vida natural, com muito amor envolvido. Parte do que está aqui começou a ser desenvolvido durante suas incríveis aulas.

A minha vó, Maria das Graças, uma grande referência na minha vida em todas as dimensões. Quando poucos estavam por aí falando sobre questões ambientais, ela estava viajando o interior da Bahia trabalhando com educação ambiental para com aqueles que mais necessitam de suporte. Obrigado por tudo, literalmente.

Aos parceiros da CARPE, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Cesta Camponesa e seus coordenadores, militantes, e agricultores que me receberam de braços abertos.

Aos grandes amigos e irmãos que ajudaram na minha preparação para o caos ecológico e social que estamos vivendo hoje: Pedro, Rafael, Amon, Juninho. Estaremos sempre juntos.

RESUMO

OLIVEIRA, João Pedro Cerqueira; RUA, João. **A agroecologia e as relações não-hegemônicas entre sociedade e natureza. A Cesta Camponesa e a Agricultura Sintrópica tomadas como exemplo de práticas agroecológicas.** Rio de Janeiro, 2020, 211p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho busca o entendimento e a identificação das relações entre a sociedade e a natureza através da perspectiva agroecológica camponesa, buscando identificar também neste processo outros discursos agroecológicos e as relações e tensões principais existentes entre a agroecologia e a agricultura convencional de base químico-tecnológica conectada à estrutura do agronegócio. Neste sentido, como problemática principal do presente trabalho, tem-se o embate entre a agroecologia (exemplificada neste trabalho pelo projeto Cesta Camponesa – RJ, relacionado ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pela Agricultura Sintrópica, esta formatada pelo cientista e pesquisador Ernst Götsch, e pelos sujeitos sociais que às praticam) e o modelo hegemônico pautado na produção agrícola de base química e mecânica (e as relações de poder que se estabelecem nesta zona de conflito). Tal modelo hegemônico produtivo está diretamente associado ao modo de produção capitalista e, conseqüentemente, se apresenta como uma das manifestações dos modelos de desenvolvimento conectados à lógica do capital. Em conjunto com tais modelos, serão apresentadas e discutidas as concepções de modernidade e ocidente para traçar como estes modelos de desenvolvimento capitalistas se construíram com base no “paradigma da simplificação” e nas dimensões econômica e tecnológica das sociedades. Assim, em contrapartida, buscamos evidenciar o “paradigma da complexidade” para tecer os laços entre a perspectiva agroecológica camponesa, os princípios da agricultura sintrópica, e a perspectiva geográfica do espaço. Ao final, sem concluirmos, mas formatando as considerações finais, fomos capazes de estruturar, inicialmente, a noção de transição espacial agroecológica, colocando a agroecologia como uma das diversas dimensões contidas dentro da perspectiva espacial.

Palavras-chave

Agroecologia; Desenvolvimento; Cesta Camponesa; Agricultura Sintrópica.

ABSTRACT

OLIVEIRA, João Pedro Cerqueira; RUA, João (Advisor). **Agroecology and non-hegemonic relations between society and nature. The Peasant Basket and Syntropic Agriculture taken as an example of agroecological practices.** Rio de Janeiro, 2020, 211p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work seeks to understand and identify the relationships between society and nature through the peasant agroecological perspective, also seeking to identify in this process other agroecological discourses and the main relationships and tensions between agroecology and conventional chemically-technological agriculture connected to the structure of agribusiness. In this sense, as the main problem of the present work, there is the clash between agroecology (exemplified in this work by the Cesta Camponesa project - RJ, related to the Small Farmers Movement (MPA), by Sintropic Agriculture, this one formatted by scientist and researcher Ernst Götsch, and the social subjects who practice them) and the hegemonic model based on chemical and mechanical agricultural production (and the power relations that are established in this conflict zone). Such hegemonic productive model is directly associated with the capitalist mode of production and, consequently, presents itself as one of the manifestations of development models connected to the logic of capital. Together with such models, the conceptions of modernity and the West will be presented and discussed to outline how these capitalist development models were built based on the simplification paradigm and on the economic and technological dimensions of societies. Thus, on the other hand, we seek to highlight the complexity paradigm to weave the links between the peasant agroecological perspective, the principles of syntropic agriculture, and the geographical perspective of space. In the end, without concluding, but formatting the final considerations, we were able to structure, initially, the notion of agroecological spatial transition, placing agroecology as one of the several dimensions contained within the spatial perspective.

Keywords

Agroecology; Development; Peasant Basket; Sintropic Agriculture.

Sumário

1. Introdução	9
1.1. Base teórico-metodológica	33
1.2. Estrutura geral da pesquisa	47
2. O plano de fundo de nossa discussão agroecológica: a questão do desenvolvimento e das relações sociedade-natureza	51
2.1. A tríade modernidade-capitalismo-ocidente e suas implicações	54
2.2. Construindo uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico buscando a ótica da complexidade	65
2.3. Investigando e compreendo outros modelos de relação sociedade-natureza	77
3. A agroecologia através da Cesta Camponesa – RJ, e do universo orgânico dos agricultores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas	101
3.1. Uma breve análise do Movimento dos Pequenos Agricultores	102
3.2. Entendendo a Cesta Camponesa e seus desafios	114
3.3. O universo orgânico a partir do CCFO e suas tensões com a agroecologia seguindo o exemplo da Cesta Camponesa	129
4. A produção de outras espacialidades agroecológicas: um exemplo a partir da Agricultura Sintrópica	147
4.1. Apresentando a Agricultura Sintrópica	148
4.2. Agroecologia na sintropia, ou vice-versa?	160
4.3. Agroecologia, complexidade, e relações sociedade-natureza	172
5. Continuando a discussão... e apontando novos caminhos	180
6. Referências bibliográficas	201

Lista de siglas

AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
AS	Agricultura Sintrópica
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CCFO	Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESS	Escola de Serviço Social da UFRJ
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
QADE	Laboratório de ensino, pesquisa, e extensão Questão Agrária em Debate relativo à Escola de Serviço Social da UFRJ.
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

1. Introdução

Gostaríamos de começar o presente texto com uma citação que tem a capacidade de apresentar inicialmente o contexto do tema abordado nesta pesquisa:

Na maior parte das quatrocentas gerações em que temos nos dedicado à agricultura, a produção e o consumo de alimentos sempre estiveram intimamente ligados aos sistemas sociais, culturais e de crenças, assim como ao respeito pelo ambiente. Os alimentos tinham um significado especial e eram reverenciados em um ritual. As primeiras colheitas eram tratadas com deferência e gratidão. Ainda vemos algumas dessas práticas em determinadas populações étnicas rurais e até em superpotências industriais como o Japão, especialmente em relação às tradições associadas ao arroz. Os campos de arroz japoneses são cuidadosamente conservados, até mesmo por aqueles que têm outro emprego como principal meio de subsistência; todas as ocasiões especiais incluem pratos com arroz como um modo de ligar as pessoas a esse alimento básico e dar-lhe a devida importância. (MORAN, 2011, p. 40)

Como nos apresenta Moran, o desenvolvimento agroalimentar esteve sempre conectado à conjuntura cultural de determinada sociedade, unindo saber popular e técnica em uma mesma esfera de conhecimentos (métodos e experiências). São várias as sociedades que construíram seus sistemas agroalimentares de tal maneira vide, no contexto brasileiro, os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, e camponeses, as tais sociedades tradicionais responsáveis por uma esfera de conhecimentos também enquadrada hoje como tradicional. A agricultura de tais populações era, portanto, uma das responsáveis pela conexão íntima entre o ser humano e a natureza, e pela produção de espaços que permitissem e evidenciassem tais conexões e relações.

Essa esfera de conhecimentos tradicionais, acompanhada de uma específica e complexa produção do espaço, se amplia fortemente até a Revolução Verde, fortemente criticada por diversos autores (Moran, 2011; Shiva, 2003; Barber, 2014; Altieri, 1998...), momento histórico chave para a construção de um novo paradigma em relação à produção de alimentos (paradigma este alinhado com os ideais da modernidade), evidenciando mudanças intensas na interação entre a sociedade e a natureza. Antes da

Revolução Verde a própria Revolução Industrial começa a mudar as estruturas e o cotidiano das populações baseadas no espaço rural, alterando também a organização desta agricultura tradicional ao fazer, por exemplo, com que a população residente nestas áreas se encaminhasse para as cidades urbanas para se estabelecer em torno de uma nova divisão do trabalho (industrial e burguesa), contribuindo para a dicotomia entre rural e urbano e para a concepção de rural – principalmente no Brasil – como sendo aqueles espaços não atingidos pela lógica do urbano.

É importante salientar que quando se está falando do Brasil, é relevante lembrarmos da herança escravocrata e latifundiária, e dos problemas relacionados ao início da industrialização que aqui, dadas as conjunturas socioculturais ao mesmo tempo específicas e diversas, assumiu um papel de extrema relevância para o desenho do espaço rural como hoje é configurado. A economia colonial baseada nas *plantations* formatou um espaço rural majoritariamente latifundiário, de caráter oligárquico, conectado à monocultura, voltado para o mercado exterior, formatando as cidades como centros de regulação e administração destes espaços rurais, criando assim um emaranhado histórico de problemáticas agrárias envolvendo populações tradicionais (os indígenas, por exemplo), escravos (com alguma parte deles se transformando em quilombolas ao longo do processo histórico), camponeses (imigrantes, ex-escravos, e posseiros, por exemplo), e a própria linhagem de famílias e grupos conectados com a coroa portuguesa.

É nesta conjuntura de questões agrárias, que se perpetuam até hoje (através também de relações neo-coloniais) – principalmente se observamos as questões relativas à demarcação de terras indígenas e quilombolas, e à reforma agrária – que a indústria brasileira começou a se estruturar sendo financiada pela produção agrícola (principalmente do café), demonstrando assim o estreitamento das ligações entre indústria e agricultura realizado pelo capital (principalmente se considerarmos o modelo de desenvolvimento e modernização baseado nos complexos

agroindustriais, por exemplo), e o papel imprescindível que a agropecuária de base exportadora teve e tem no Brasil até hoje.

Retornando à discussão anterior, a esfera de conhecimentos tradicionais aliados às suas práticas e relações sociedade-natureza particulares, começam então a se dispersar e a ser transformados com mais intensidade a partir do início e ampliação do chamado “êxodo rural”, decorrente do início do processo de revolução industrial, o que faz com que os camponeses se retirem da zona rural em busca de melhores condições de vida e trabalho para se estabelecerem nas cidades, porém sob um modo de vida e uma divisão do trabalho completamente diferente das quais estavam acostumados, e em um espaço organizado de forma quase que totalmente oposta aos seus espaços de origem.

Porém o processo de transformações que tal esfera sofreu se deu de forma mais drástica, intensa, e direta com a chegada da Revolução Verde e de seu pacote técnico-científico sob a promessa da erradicação da fome mundial através da modernização da agricultura. É a partir dela que a indústria e o desenvolvimento científico e tecnológico começam a exercer forte transformação na cadeia agropecuária, a partir de tecnologias como os fertilizantes químicos, as sementes e espécies modificadas, e as novas máquinas de produção agrícola (todas as tecnologias vindo do panorama empresarial do pós-guerra), visando, na verdade, uma maior produtividade, eficiência, e a modificação da agricultura em um negócio cada vez mais rentável, transformando – através do capital – a lógica da agricultura “atrasada” (tradicional) na lógica da *performance*.

É verdade que a revolução verde conseguiu suprir certa parte da necessidade de mais alimentos em determinadas partes do mundo (como no México, por exemplo) – porém se observamos hoje, boa parte do mundo ainda permanece com fome, e os ecossistemas mundiais encontram-se em estado avançado de degradação, estas sendo algumas das problemáticas mais discutidas por organizações mundiais como a ONU. Dessa forma, torna-se importante pensar: a que custo tais

alimentos advindos da lógica da revolução verde foram/estão sendo produzidos? A “facilidade” levantada pelos insumos químicos e pelas modernas máquinas de produção (colheitadeiras, tratores...) já projetadas visando um determinado método de produção (monocultor) e, portanto, de organização e hierarquização espacial (social e ambiental), vai retirando a perspectiva da administração da produção agrícola baseada nos conhecimentos e práticas do próprio produtor, muitas vezes conectados – tradicionalmente – à policultura e à prática da rotação de terras, por exemplo, que a partir de tal visão moderna começam a ser vistas não só com olhos de atraso, mas também desconsiderando completamente o fato de que tal “perspectiva de administração agrícola” foi adquirida a partir de uma interação direta com determinados ecossistemas, lugares, e espaços, criando relações baseadas-no-lugar, dentro de um território específico.

De tal maneira, a esfera de conhecimentos conectada a tais saberes e práticas, antes tradicionais, é desconstruída – de forma até mesmo violenta, como podemos observar no Brasil – por um modelo capitalista industrial e financeiro de produção-distribuição-transformação-consumo que vai mudando de forma intensa (principalmente se compararmos o período de atuação da revolução verde com o período de existência do desenvolvimento agrícola “tradicional”) o caráter do rural, sua relação com o urbano, e as relações sociedade-natureza (dentro de uma perspectiva multiescalar que vai do lugar ao território global) promovidas pela esfera tradicional.

Esta desconstrução ocorre através da imposição da perspectiva mercantilista e da visão produtivista, pelos sujeitos¹ conectados ao

¹ Entendemos a categoria “sujeito” como desenvolvido por Ramírez (2015, p.295-296) a partir de uma perspectiva espacial, que diferencia o sujeito moderno do sujeito complexo no seguinte trecho: “El sujeto moderno remite al individualismo y el hedonismo, de forma que la restricción al cuerpo busca el bienestar del mismo, por medio del placer inmediato (Pérez, 2009). Por el contrario, para Pozzoli el sujeto complejo “...se introduce progresivamente en un proceso dialógico y reflexivo, que implica la expansión y reorganización de la conciencia” (2006, p. 5). Es quizás este nivel de conciencia el que puede conducir a una sociedad con mayor capacidad emancipadora, porque un nivel de conciencia distinto, al prevaleciente en una sociedad individualista, trasciende a la persona. Por consiguiente, en el ejercicio de la reflexividad, el sujeto despliega

capitalismo, nos sistemas agroalimentares que, em sua boa parte, influenciados pelo pacote técnico-científico da revolução verde, começam a ser transformados cada vez mais em monoculturas voltadas para o mercado externo (transformando comida em *commodity*). Desta forma tais sistemas são também influenciados não só pelo capital industrial, mas também pelo financeiro (um dos diferenciais da organização da agricultura hegemônica atual²), sustentadas com insumos externos (condizentes com o modelo de desenvolvimento capitalista moderno), e que podem ser conformadas dentro do campo da expressão “Agronegócio”; expressão esta presente em um discurso construído por uma ideologia que tenta modificar a carga simbólica histórica que se tem da agricultura capitalista latifundiária, baseada nas *plantations*, para algo que seja *pop*, *tech*, *desenvolvido*, e *moderno*...

Neste contexto, a produção é apenas uma etapa da complexa cadeia que envolve a transformação (processamento, ou beneficiamento), a distribuição, e o consumo destes alimentos. Portanto o pacote tecnológico promovido pela revolução verde, hoje conformado no agronegócio enquanto modelo hegemônico mundial altera toda a cadeia agroalimentar – e as relações e interações (ancoradas no espaço, no lugar, e no território nacional e global) sociedade-sociedade e sociedade-natureza presentes neste processo – ampliando o alcance de tal método hegemônico para além do mero aspecto produtivo, sendo este formatado como um elemento primordial para a perpetuação do modelo (civilizatório) do desenvolvimento capitalista moderno.

A título de exemplificar a ideia anterior e analisando ainda as consequências dessa mudança de paradigma, servindo também para mostrar os desdobramentos de uma nova divisão territorial do trabalho – e

estrategias metacognitivas y de forma concomitante “...comienza a auto-observarse ejerciendo su capacidad de sujeto histórico, lo que le permite recuperar su protagonismo y orientarse de un modo más autónomo” (p. 5) El ejercicio de reflexividad plantea una nueva forma de re-existir y ser un sujeto agente de cambio ante las múltiples miradas.

² Temos ciência de que se trata de uma generalização homogeneizadora. Tanto a ideia de espaço hegemônico quanto de agricultura hegemônica contém enorme diversidade de situações, características e processos. Neste nosso trabalho, não nos ocuparemos dessa heterogeneidade, mesmo reconhecendo-a como importante.

do meio ambiente, segundo Coronil (2005) – imposta (a qual considera o urbano como a lógica dominante e transformadora do rural) modificando a interação urbano-rural através da alteração de um modelo “antiquado” para uma agricultura de proporções industriais, pode-se ver que não é só a produção que recebe este pacote tecnológico, e sim também a etapa de transformação/processamento dos alimentos.

Barber (2014), ao falar sobre como os implementos tecnológicos desenvolvidos para a alimentação dos exércitos na segunda guerra mundial – processamento em grande escala – alteraram a maneira de cozinhar os alimentos, explicita que tais implementos permitiram, por exemplo, a economia de tempo e contribuíram para a liberação (parcial) das mulheres das atividades relacionadas à cozinha. Dessa maneira, de forma breve, consegue-se ver brevemente como a produção (monocultura), conecta-se à transformação (processamento em grande escala) que através da etapa de distribuição e venda (grandes conglomerados empresarias), acessa o mercado consumidor alterando (em um movimento padronizador) os modos de vida e suas relações sociais, modificando neste processo as relações espaciais envolvidas em cada uma destas etapas, evidenciando, portanto, um movimento transescalar de atuação da lógica hegemônica (passando por desde o cotidiano dos agricultores – e os seus respectivos lugares – até a escala da divisão territorial do trabalho e de como tais agricultores são responsáveis ou não pela gestão de determinados territórios, chegando à escala da atividade financeira que regula o preço e a movimentação das commodities) e multidimensional (alterando aspectos econômicos, sociais, ambientais, de cada realidade socioespacial atingida por estas ações e intencionalidades).

Neste sentido, como se pode identificar nos posicionamentos de Moran (2011, p. 80) “[...] a transição de formas tradicionais para a agricultura comercial em antigas regiões de desenvolvimento de um país também leva à mudanças nas formas tradicionais de emprego e de modos de vida”. Esse é o panorama então apresentado pela Revolução

Verde e pelo crescente processo de industrialização, no qual, a partir dos escritos de Santos (2002, p. 307), “[...] o campo modernizado é o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível”.

Se seguirmos o pensamento de Santos (2002), chegaremos à concepção de racionalidade hegemônica, sendo a agricultura capitalista uma das manifestações desta racionalidade que teria a globalização como uma ferramenta de ampliação de sua lógica sobre o campo e à agricultura:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas (SANTOS, 2002, p. 304).

Vendo no “campo tecnicizado” essa tendência na qual a racionalidade se perpetua pelas mais diversas facetas da vida, Santos (2002, p. 304) traz a ideia de que:

[...] as técnicas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem ao modelo mundial e são calcadas em objetivos pragmáticos, tanto mais provavelmente alcançados, quanto mais claro for o cálculo na escolha e na sua implantação.

Desta maneira, o campo então passa a responder ao modelo global da indústria de alimentos – hoje chamado de agronegócio (como já dito anteriormente), sofrendo assim interferências do mesmo, o que faz com que, por exemplo, países periféricos e semiperiféricos adotem (influenciados por um movimento mundial de dominação e imposição de tais perspectivas) um modelo de agricultura industrializada voltada para a exportação, causando pobreza, crescimento populacional e o uso não sustentável da terra, como nos explicita Moran (2011) ao fazer um panorama da situação dos países ditos do “terceiro mundo” e suas relações de dependência com os “desenvolvidos”, relações estas

enunciadoras de estratégias neo-coloniais. Fica claro, mais uma vez, o movimento transescalar de tal racionalidade hegemônica que procura se perpetuar nos mais diversos conjuntos e configurações espaciais modificando suas respectivas dimensões através do “moderno” modelo de agricultura implementado hoje em todo o mundo, manifestação este do modelo de desenvolvimento capitalista moderno.

A título de apresentar uma dimensão simbólica desta racionalidade hegemônica, podemos nos discorrer brevemente sobre o movimento de industrialização ligado ao trabalho já apresentado previamente, para analisar que a industrialização do cotidiano, através da imposição dos discursos e objetos de consumo, interferem no aproveitamento do valor de uso de práticas socioespaciais específicas (SEABRA, 1996, p.77). A própria Seabra faz menção aos alimentos e à sua manipulação, demonstrando a possibilidade de resistência do valor de uso sobre o valor de troca, apesar da crescente produção de desejos e de objetos de consumo:

Com todos os equipamentos disponíveis e tendo em vista de quantos mais se pode dispor, a cozinha continua sendo “a oficina” onde alia engenho e arte! Na cozinha combinam-se alimentos: oferece-os ao uso. Sejam quais forem as condições materiais disponíveis, nada suprime ou pode suprimir esse fato (SEABRA; MARTINS, 1996, p.78).

Nesse sentido, para Seabra, a partir de Lefebvre, a industrialização coloca o trabalho sob as leis da troca, ao mesmo tempo em que as relações de propriedade também se alastram pelos costumes (SEABRA, 1996, p.74-75), exemplo fácil de ser percebido quando se fala em agricultura, principalmente no Brasil onde o espaço rural encontra-se dominado pelas relações da propriedade privada, com a presença de inúmeras terras paradas, porém concentradas na mão de poucos latifundiários que seguem a lógica da reserva de valor, e dominado também pela produção de monoculturas destinadas ao mercado externo, entrando em tensão e conflito com as particularidades existentes em tais áreas, buscando a homogeneização das mesmas.

Neste sentido, ao criticar o agronegócio, Maciel (2007) também nos evidencia que tal modelo, conectado ao Estado (no Brasil principalmente através das bancadas ruralistas e suas históricas políticas de crédito e regulação rural que na verdade abrem espaço para o capital financeiro-industrial nacional e estrangeiro) e construído a partir da Revolução Verde, vêm sendo colocado em questão pelos sujeitos sociais envolvidos na problemática da terra e da conservação/preservação ambiental devido às mazelas ambientais e sociais produzidas e organizadas pelo agronegócio.

Dessa forma se faz necessário descrever a esfera dos capitalistas latifundiários e rentistas, que visam à manutenção da lógica hegemônica, lógica esta que une em um mesmo objetivo processos intensos e já em andamento há muito tempo: a mecanização da agricultura; a tecnificação do campo; o domínio da racionalidade do urbano sobre o rural; a mercadificação da natureza; a própria urbanização como prática de perpetuação do modelo capitalista de vida e produção; o trabalho assalariado e a propriedade privada; o movimento de hierarquização e homogeneização espacial; a imposição de uma moderna divisão territorial do trabalho e da natureza... A análise destes processos pode revelar e evidenciar as hierarquias e relações de poder socioespaciais presentes no rural, que deve ser visto na atualidade através de um movimento dialético com o urbano, fazendo com que estas relações de poder estejam presentes nos conflitos que se dão dentro desta relação dialética.

Porém o contraponto à esfera dominante apresentada anteriormente também foi, e é essencial. Maciel (2007, p.125) enumera uma série de movimentos importantes, como o dos seringueiros, que demonstraram outras formas de gestão dos recursos naturais, outras espacialidades e, portanto, relações sociedade-natureza as quais colocaram em um lugar importante a questão ambiental/ecológica, revelando e evidenciando, portanto, toda uma prática (produção) socioespacial alternativa ligada aos sujeitos tradicionais.

No entanto, tais movimentos sofrem diversos ataques, que podem ser violentos tanto fisicamente – como, por exemplo, o assassinato de lideranças ambientalistas importantes (marca evidente no desenvolvimento histórico do espaço agrário brasileiro, principalmente se olharmos para a questão da herança colonial e da concentração/manutenção de terras nas mãos da elite capitalista), ou a expulsão de camponeses de determinadas regiões (devido ao caráter exploratório do desenvolvimento rural brasileiro) – quanto simbolicamente – como o enquadramento puramente técnico-científico de técnicas e saberes ligados aos camponeses por instituições de pesquisas que visam à utilização das mesmas dentro da lógica capitalista, fazendo com que as particularidades de tais comunidades e suas relações socioespaciais únicas sejam perdidas no caminho do desenvolvimento tecnológico moderno, por exemplo.

Continuando o processo de análise da estrutura hegemônica agrícola, podemos considerar as próprias palavras de Elias (2007) que, ao buscar uma investigação sobre a relação entre agricultura e urbanização, nos mostra o papel que a propagação dos sistemas agrícolas modernos teve sobre a organização produtiva, alterando, portanto, a dimensão socioespacial do agrário brasileiro.

Tais processos vêm se sobrepondo aos saberes e fazeres historicamente construídos, incrementando o agronegócio, caracterizando uma nova organização econômica e social da agropecuária, que acompanha a unificação da economia pelo movimento do capital industrial e financeiro. Isso ocorre mediante a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e pela especialização da produção agropecuária (ELIAS, 2007, p.51).

Dentro dessa conjuntura, segundo Elias (2007, p.52) a agricultura segue a estrutura de “capitais industriais, bancários, agrários” visando à produção, principalmente, de *commodities*, fazendo com que o espaço agrário demonstre-se mais flexível às transformações espaciais vindas do agronegócio, hoje globalizado. Isto também demonstra a aplicação da racionalidade, já desenvolvida anteriormente, ligada ao meio técnico-científico-informacional, como evidenciado por Santos (2002). Dentro

deste contexto, Elias, desenvolvendo a ideia de reorganização do espaço agrícola:

Paralelamente à intensificação do capitalismo no campo, com a difusão do agronegócio globalizado, que tem poder de impor especializações produtivas ao território, processou-se um crescimento de áreas urbanizadas, porquanto, entre outras coisas, a gestão desse agronegócio necessita de sociabilidade e dos espaços urbanos. Isso explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo (ELIAS, 2007, p.53).

Este processo fica evidente nas novas formas de relação entre o espaço urbano e o espaço rural, principalmente quando se pode observar o processo de “interiorização da urbanização” desenvolvido por esta autora, atrelado à expansão das práticas e políticas do agronegócio globalizado e seus complexos agroindustriais conectados em rede, e materializado nos novos aglomerados urbanos, tornando as cidades polos de regulação e gestão da produção, distribuição, e cooperação agrícola. Todo este contexto faz com que sejam criadas as “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2007, p.60).

Tendo apresentado os pontos anteriores, sintetizaremos um pouco mais agora a situação do contexto brasileiro atual ligado à problemática apresentada em diversos graus diferentes de complexidade. O Brasil encontra-se inserido no centro do paradigma agroalimentar hegemônico mundial (agronegócio), evidenciado anteriormente e responsável por um modelo monocultor, voltado para a exportação, que contamina as pessoas e a riqueza natural do país de agrotóxicos – o Brasil utiliza cerca de um bilhão de litros/ano – dados presentes no Dossiê Abrasco de 2015 (sendo enquadrado como o maior consumidor destes produtos no mundo).

Neste contexto, enquanto a economia em 2016 sofria com a recessão, com o PIB do país caindo 3,6%, o agronegócio cresceu 4,5% (dados de 2017 da Cepea e da CNA) sendo um dos únicos setores da economia brasileira que acabou saindo pela tangente da recessão, demonstrando assim a importância que tal modelo tem para o país, responsável assim por evitar uma recessão ainda maior (sendo um dos

maiores produtores de soja e carne bovina do mundo, por exemplo), estando sob a lógica da produção industrial e tecnológica vinculada ao capital financeiro, como já apresentado anteriormente. Porém, dados recentes do SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (antigo ministério do Desenvolvimento Agrário), e do Censo Agropecuário de 2006 mostram uma questão interessante: mais da metade da produção de alimentos para o mercado interno é produzida pela agricultura familiar (sendo incluídos nesta categoria não só os camponeses, mas os indígenas, quilombolas, e assentados da reforma agrária), ao mesmo tempo em que tal categoria no Brasil é responsável pela oitava maior produção de alimentos do mundo (oriundos da agricultura familiar), e também responsável por ser a base econômica de cerca de 90% dos municípios com até vinte mil habitantes.

Isso mostra que mesmo estando com parte de sua força de trabalho ligada ao agronegócio através do crédito rural, de relações trabalhistas seguindo a lógica hegemônica, do pacote científico-tecnológico propagado por tal modelo, e de outras ferramentas dessa estrutura capitalista, a agricultura familiar é uma base forte, mesmo com o enfraquecimento explícito e proposital, proporcionada pelas elites políticas e fundiárias, das técnicas/saberes tradicionais de cultivo dentro e fora do país.

É importante salientar aqui que a denominação agricultura familiar é complexa e está presente num emaranhado de conflitos entre diferentes categorias. Escolhemos trabalhar aqui majoritariamente com a categoria agricultura camponesa, e/ou agricultura familiar camponesa, por conta do histórico de resistência política e identitária frente à hegemonia do modo de produção capitalista manifestado no modelo de desenvolvimento moderno, e propagador este da agricultura convencional de base químico-tecnológica. Torna-se importante reconhecer a importância da agricultura familiar no Brasil³, porém destrinchando minimamente tal categoria (o que

³ Seguiremos, neste sentido, concordando com os posicionamentos – em relação aos camponeses e a agricultura familiar – como trabalhados por Wanderley (2013; 2015) e Oliveira (2001; 2007) procurando, portanto, uma perspectiva brasileira camponesa de

não é o objetivo do presente trabalho) a ponto de esclarecer que a mesma pode está se referindo tanto a agricultores conectados a uma lógica empresarial e, portanto, ao agronegócio, como se referindo também à esfera de conhecimentos tradicionais e/ou aos camponeses e, portanto, a agroecologia.

Retomando a discussão anterior, desta maneira, se evidencia um conflito entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa que deve ser levado em conta ao se falar do enfrentamento entre o modelo hegemônico e o modelo agroecológico, tendo em mente que o modelo agroecológico pode em alguns casos estar conectado tanto à agricultura familiar – com esta também podendo estar ligada ao agronegócio ou não (como dito anteriormente) – quanto conectada diretamente ao agronegócio, deixando de lado completamente a perspectiva camponesa, por exemplo. No entanto, tais enquadramentos e organizações são caracterizados por diferentes discursos, representações e, portanto, imaginários que caracterizam um panorama complexo de conflitos que pretende ser analisado no desenvolvimento do presente trabalho, a título não de especificar tais categorias, mas sim de evidenciar os embates e tensões existentes entre as diferentes lógicas.

Muito já foi apresentado aqui sobre o lado hegemônico do paradigma agroalimentar vigente no mundo, e do modo de produção capitalista reprodutor do mesmo, mas pouco foi apresentado sobre o modelo agroecológico que pode aparecer hoje como alternativa viável (tanto para resistir e fazer frente ao paradigma agroalimentar propagado pelo agronegócio, quanto para ser apropriado pelo mesmo visto a predominância das relações capitalistas em tal setor) propondo a transformação integral não só à produção de alimentos, mas também às etapas de transformação, distribuição e consumo dos mesmos, contribuindo nesse caminho para o potencial estabelecimento de novas

resistência política no campo. Desta maneira, não se pretende neste trabalho desenvolver (enquanto problemática e/ou questão específica, por exemplo) as tensões e conflitos que existem na multiplicidade de categorias usadas para denominar os agricultores.

relações sociedade-natureza e, portanto, de possíveis espaços contra-hegemônicos.

A agroecologia surge nesse contexto como uma alternativa primeiramente científica para a resistência, transformação, e contraposição, no mundo e principalmente no Brasil, às monoculturas, ao pacote científico-tecnológico adotado pelo agronegócio, à racionalidade hegemônica atrelada a elas e, portanto, às consequências negativas que o agronegócio gera em relação aos processos urbano-rurais.

O desenvolvimento da agroecologia no Brasil tem seu início através do crescimento, nos anos 70, dos movimentos relacionados às práticas de agricultura alternativas oriundas de uma contraposição ao crescente movimento de modernização da agricultura (pacote tecnológico da revolução verde). Tais movimentos (sociais; organizações não governamentais; comunidades eclesiais) se conectaram fortemente com a agricultura familiar e camponesa, campos de extrema relevância para o desenvolvimento rural brasileiro, sejam estes campos conectados a agroecologia ou não. Nesta direção, organizações como a Via Campesina e sua metodologia de propagação de conhecimento *do camponês ao camponês*, foram (e são) fundamentais para o estabelecimento de uma esfera de conhecimentos agroecológica que respeite os saberes tradicionais e camponeses, visto as diversas práticas espaciais tradicionais existentes no Brasil.

Ao mesmo tempo, e podemos tomar isso como uma problemática atual importante da agroecologia, foi se desenvolvendo uma esfera agroecológica – conectada as instituições técnicas como EMATER e EMBRAPA (esta última uma das primeiras a reconhecer a agroecologia cientificamente através do Marco Referencial em Agroecologia publicado em 2006 pela própria instituição) – que busca ressignificar (através da ciência moderna e de seu caráter majoritariamente técnico e produtivista) este conhecimento tradicional desenvolvido durante um processo histórico em que o rótulo “agroecologia” ainda não existia (ou não chegou a estes povos – o que ainda acontece na atualidade), para devolvê-lo a estas

populações com este caráter cientificista como base. É claro que não podemos generalizar e/ou polarizar tal problemática simplesmente em “lado bom e lado ruim”, até porque existem particularidades e geometrias de poder específicas em cada esfera, sendo importante frisar aqui que nosso papel neste trabalho é identificar e evidenciar as tensões, conflitos e apropriações existentes no campo agroecológico tendo como base os princípios gerais da agroecologia (em constante discussão até hoje).

Existem marcos importantes para o reconhecimento da agroecologia no Brasil que merecem ser apresentados e evidenciados, como a criação, nos anos 80, da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) responsável pela criação do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia em 2001, procurando dar visibilidade ao movimento agroecológico. Tal movimentação teve resultado no reconhecimento oficial pelo governo brasileiro através da Lei 10.831/2003 que evidenciou a agroecologia através da institucionalização da agricultura orgânica no país. Junto a esta lei, pode-se ver no Brasil, um conjunto histórico de políticas públicas que dialogam com as dimensões da agroecologia no seguinte quadro:

Figura 1 – Políticas Públicas relacionadas à Agroecologia



Fonte: SCHMITT *et al.* (2018), p.52

Somada as políticas públicas, temos no Brasil o desenvolvimento de redes e articulações agroecológicas que tentam abranger todas as dimensões do campo, como a ANA - Articulação Nacional de Agroecologia, criada em 2002, com ramificações, por exemplo, no Rio de Janeiro – AARJ (Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro), e a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, criada em 2004. Além disso, e seguindo a tendência brasileira da agroecologia conectada, desde suas raízes, aos movimentos sociais, temos a constante incorporação das dimensões e princípios agroecológicos em alguns dos principais movimentos sociais do Brasil, como no MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e no MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, além de comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, envolvidas no discurso agroecológico.

Desta forma, apesar da hegemonia do agronegócio nas esferas política e econômica, é possível enxergar que existe um crescimento e um fortalecimento de vários discursos ligados a agroecologia no Brasil, discursos estes que podem, ou não (a depender de suas associações, origens e práticas atuais), abarcar diversas lutas e problemáticas típicas da realidade brasileira, como pode ser visto no seguinte trecho:

A luta pela reforma agrária e pelo cumprimento da função social e ambiental da terra, prevista pela Constituição Federal, a defesa dos direitos políticos, sociais e territoriais dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, a mobilização em torno da incorporação de princípios de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional às políticas públicas, a resistência aos transgênicos e demais tecnologias de manipulação da vida, entre outras ações, fazem parte da agenda do movimento agroecológico no Brasil. Estas lutas têm contribuído também para a convergência entre a proposta agroecológica e um universo mais amplo de organizações, movimentos e redes com incidência no campo da saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia solidária, feminismo, justiça ambiental, direito à cidade, entre outros. (SCHMITT et al., 2018, p.52)

Neste sentido, para clarear e evidenciar a categoria “agroecologia” se faz importante trazer definições sobre tal categoria, para que assim seja percebido a abrangência e relevância inscritas neste campo científico que aparece nos espaços como identificação para movimentos sociais,

como um modelo de reestruturação do eixo produção-transformação-distribuição-consumo, e como uma disciplina científica que pode reunir um conjunto de conhecimentos, saberes e técnicas (formais e populares) integrados aos processos da natureza, capazes estes de evidenciar outras perspectivas sobre a gestão dos agroecossistemas, outras cosmovisões não-hegemônicas, podendo contribuir também, neste processo, para a construção de espacialidades que valorizem a esfera dos camponeses e das comunidades ditas tradicionais, mostrando assim a possibilidade de organizações espaciais construtoras de efetivas sustentabilidades.

Ao se referir ao “manejo agroecológico”, Primavesi (2008) desenvolve a concepção de que a agroecologia teria a capacidade de resgatar uma sabedoria local e tradicional ligada ao campesinato, além de colocar o agricultor como um ponto dentro de uma relação de interação com a natureza muito mais complexa do que uma relação baseada na lógica capitalista de produção de alimentos. Aprofundando a visão de Primavesi sobre a recuperação das práticas tradicionais, porém analisando também à agroecologia como uma ciência integradora, temos Caporal e Azevedo (2011) que colocam a agroecologia não só como um instrumento de crítica, mas também como uma forma de propor soluções para à atual situação da agricultura e para o modelo de desenvolvimento estabelecido pelo modelo hegemônico de produção, e como uma disciplina que pode articular diferentes conhecimentos formatando uma ciência transdisciplinar. Nas palavras de Altieri (1998, p. 23), o autor evidencia justamente esse caráter integrador e transdisciplinar da disciplina:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais.

Essa definição evidencia o caráter de complexidade que está inscrito na ciência agroecológica (a ser abordado mais a frente deste trabalho) – que não significa um modelo de produção sustentável alternativo, apontamento feito por Caporal et al (2009). A abordagem transdisciplinar e multidimensional – inseridas nesta disciplina – é necessária se se quer estruturar a abordagem agroecológica dentro do contexto atual das questões ambientais e agrárias, no qual estudo dos agroecossistemas pode servir como ponto de partida para a análise crítica do universo do agronegócio evidenciando, portanto, o modelo de desenvolvimento capitalista, os paradigmas da simplificação e da modernidade (e os seus impactos no conhecimento científico-tecnológico), os próprios conflitos existentes entre agroecologia e agronegócio, e as relações sociedade-natureza propagadas por tal modelo de desenvolvimento hegemônico.

Abrindo ainda mais esta discussão sobre as múltiplas e abrangentes definições e contribuições da agroecologia, temos Pierre Rabhi, agricultor (não-acadêmico – nos termos formais), porém pensador e escritor ligado ao movimento agroecológico na França, que traz a seguinte definição/reflexão:

[...] é uma técnica inspirada nas leis da natureza. Ela considera que a prática agrícola não deve se limitar a uma técnica, mas considerar o conjunto do meio no qual ela se inscreve como uma verdadeira ecologia. Ela integra assim a dimensão da gestão da água, do reflorestamento, da luta contra a erosão, da biodiversidade, do aquecimento climático, do sistema econômico e social, da relação do humano com seu meio ambiente... Ela está baseada na recriação do húmus como força regeneradora dos solos e na relocalização da produção-transformação-distribuição-consumo como elemento motor de um novo paradigma social. (RABHI, 2015, p. 67)

Rabhi traz certos pontos que autores anteriores já supracitados desenvolvem, como a integração entre os diferentes saberes, a construção de uma relação intensa e integrada entre sociedade e natureza, e a argumentação sobre como a disciplina agroecológica se baseia nas “leis da natureza”. No entanto, Rabhi nos oferece uma perspectiva muito interessante que é a da agroecologia “baseada na [...] relocalização da produção-transformação-distribuição-consumo como

elemento motor de um novo paradigma social”. Como já foi escrito aqui anteriormente, na atualidade a agricultura se organiza em torno do rural e do urbano evidenciando uma perspectiva dialética, na qual o surgimento das cidades do agronegócio como polos de regulação e gestão da produção agrícola são uma realidade.

Esta organização é um exemplo de como a questão da realocação da produção-transformação-distribuição-consumo, para estruturas e espaços de transformação e resistência à lógica capitalista, se revelada através das práticas espaciais agroecológicas, pode estabelecer uma lógica de organização do espaço que permita aos estudos e, principalmente, às próprias práticas espaciais agroecológicas o caminhar para a produção de espaços e relações sociais não-capitalistas e, portanto, contra-hegemônicas.

Tais espaços e relações podem ser vistas, por exemplo, nos centros, feiras, e redes de distribuição de produtos agroecológicos – como o projeto da Cesta Camponesa que iremos abordar mais a frente – que conectam diretamente produtor e consumidor (retirando, ao menos nesta fase, os conglomerados empresariais do jogo político) aliando, em alguns casos, a construção do conhecimento (através de palestras nestes centros de distribuição, ou até menos da simples conversa entre o morador da cidade e o produtor rural) sobre as questões agrárias e ambientais de determinados territórios que apresentam os agroecossistemas responsáveis por tais produtos. Este processo, na visão de Rabhi – e compartilhado por nós no presente texto – tem a possibilidade de contribuir para a construção de um novo paradigma social (que inclua valores como, por exemplo, o direito social a terra, e o uso sustentável da mesma), tema a ser desenvolvido ao longo do presente trabalho. Caminhando neste sentido, é importante abrir o leque de questões vendo no caso a ser explorado nesta pesquisa – e levando em conta o contexto brasileiro – que:

[...] a partir de poucos contra-exemplos, a agroecologia se fortaleça na esteira de uma mudança de percepção que está sendo apropriada também por aqueles que se dedicam às lutas

mais imediatas e dramáticas de uma população excluída do acesso à terra e à cidadania. (MACIEL, 2007, p.124).

Maciel coloca tal afirmação ao levar em conta e analisar o direcionamento atual dos movimentos no campo, como o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, para a perspectiva da agroecologia através do discurso positivo da *transição agroecológica*. Porém o autor logo em seguida evidencia também a preocupação, compartilhada por nós no presente texto, de que os resultados desse alinhamento novo entre os movimentos do campo e a agroecologia podem ser “[...] apropriados pelo novo ‘agronegócio verde’” (MACIEL, 2007, p.132), dentro da conjuntura da produção de novos nichos de mercado, da racionalidade que impera ante o paradigma agroalimentar dominante e, por exemplo, nos avanços científico-tecnológicos aplicados no processo de modernização do campo. Neste sentido, Maciel completa:

A reforma agrária ‘ecologicamente sustentável’ e ‘socialmente justa’ estaria presa, respectivamente, a uma racionalização das relações com o meio ambiente e à promoção da cidadania e do direito à alteridade das populações rurais marginalizadas pela modernização do campo (MACIEL, 2007, p.133).

Tal afirmação do autor acaba por levantar as seguintes perguntas, que também se revelam como uma preocupação no presente trabalho: podem, portanto, ser encontradas diferentes perspectivas agroecológicas no campo brasileiro hoje? E como tais perspectivas se relacionam, através deste contexto de tensões e problemáticas, com a lógica hegemônica do agronegócio, reproduzindo este de relações sociedade-natureza dicotômicas? Continuando o desenvolvimento do pensamento anterior, Maciel também nos apresenta de forma mais explícita um determinado ponto que pode servir para se enxergar melhor a presença de diferentes abordagens agroecológicas na atual dialética urbano-rural, que é “O papel da assistência técnica e das formas de associativismo [...]” (MACIEL, 2007, p.126).

Enquanto o autor denota a importância da parceria entre o conhecimento acadêmico – majoritariamente dos cientistas formais – e os agricultores e seus respectivos movimentos sociais, parceria esta que

pode ser vista nos encontros de instituições de pesquisa agrícolas, ou congressos de agroecologia, e também na existência de outras formas de distribuição (comércio solidário, por exemplo) da produção alimentícia, é importante perceber que começam a se formar discursos distintos sobre a abordagem agroecológica que, de um lado, pode estar mais associada aos conhecimentos das populações tradicionais – como os camponeses – e suas formas de gestão do espaço social e natural, como no caso dos seringueiros, por exemplo, ou, por outro lado, pode estar associado às instituições técnicas e acadêmicas que formalizam certos conhecimentos antes tradicionais e conectados ao saber popular de certas populações, dentro de um novo pacote científico-tecnológico conectado assim com o que o próprio Maciel chamou de *agronegócio verde*.

Um destes discursos, aquele ligado aos povos tradicionais e, portanto, ao saber ambiental de tais povos, é evidenciado por Oliveira (2001) através da ênfase que o autor coloca na luta dos indígenas, dos quilombolas e dos posseiros em um contexto de resistência e violência, e dentro de uma perspectiva na qual tais populações tradicionais criam formas particulares de interação sociedade-natureza, se tornando, ao mesmo tempo, símbolos no histórico político, social, e cultural da luta pela terra, de um tipo específico de espaço agrário e, conseqüentemente, da solução das questões ambientais que os atravessam.

Neste sentido, é importante salientar um ponto que foi apresentado brevemente: tais povos tradicionais e seus conhecimentos, assim como as abordagens agroecológicas que os incluem – consideradas por nós como perspectivas autênticas e não alimentadas por relações capitalistas (contribuindo ainda para a incorporação de novas dimensões no processo de transição agroecológica) – lutam, imaginam, e tentam praticar e produzir um tipo de espaço, e conseqüentemente uma determinada dialética urbano-rural e um conjunto específico de relações sociedade-natureza, que não são os mesmos propagados pelo agronegócio e seus aparatos.

Porém, é justamente por conta desta amálgama de problemáticas, tensões, e embates – tendo como plano de fundo principal o modo de produção capitalista hegemônico (em sua luta contra os limites da natureza) que de tudo se apropria, inclusive de práticas anticapitalistas – que não se pode de forma alguma romantizar a agroecologia e suas práticas, principalmente porque a mesma, em determinados casos, não exclui, por exemplo, totalmente a estrutura de transformação e distribuição capitalista, gerando neste sentido outras abordagens ditas agroecológicas, como já foi apresentado. Daí concordarmos com a utilização do termo transição agroecológica. Esta não-romantização deve incluir também os agricultores familiares (incluindo assim indígenas, quilombolas, posseiros...), pois todos têm suas conjunturas, vontades e desejos socioculturais específicos, e seguem suas relações de poder particulares, podendo se relacionar com a estrutura do agronegócio ou não.

Porém, aos nossos olhos, a agroecologia – através de seu viés campesino de resistência política e identitária à hegemonia do capital e seus sujeitos – pode oferecer a possibilidade da construção crítica da mudança de paradigma; ela é capaz de contribuir para tal transformação a partir de sua apresentação como disciplina científica complexa e integradora, associada em determinados momentos aos movimentos sociais do campo e, portanto, com o potencial de abrir os olhos junto com os agricultores, e com a sociedade em geral, para o fato de como as questões agrária e ambiental estão interconectadas – partindo dos agroecossistemas como pontos de partida de tais questões, levantando neste caminho pontos como a gestão autônoma dos espaços social e natural, a resistência política, social, e cultural no campo, as relações retroativas entre a sociedade e a natureza, e as estratégias e táticas do desenvolvimento capitalista hegemônico, por exemplo.

Abordemos aqui, com caráter de apresentação, o conceito de transição agroecológica. Tal concepção será apresentada, a partir do segundo capítulo utilizando os autores Caporal e Costabeber (2004),

visando o entendimento dos processos de “ecologização da agricultura” ou, melhor sintetizando, a passagem de modelos baseados em insumos externos, numa perspectiva químico-tecnológica do modelo convencional – por exemplo – para modelos de agricultura voltados para uma abordagem ecológica – tendo como contexto os exemplos empíricos pesquisados (o projeto Cesta Camponesa do MPA, e a Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch). Buscaremos assim, principalmente no capítulo três, problematizar o conceito de transição agroecológica a partir da inclusão, nesta concepção, do espaço enquanto conceito basilar geográfico, buscando evidenciar que tal transição agroecológica está contida como uma das dimensões do espaço enquanto meio-produto-condição das relações sociais e naturais. De tal maneira, procuraremos desenvolver uma formatação inicial da noção “transição espacial agroecológica”, para qual apenas nos endereçamos sem, no entanto, aprofunda-la neste trabalho.

Em meio a todo este contexto, acreditamos que todas as sociedades se conectam com a natureza, de forma indireta e/ou direta, através da alimentação, porém poucos se questionam e procuram saber, quem plantou, colheu, distribuiu, beneficiou e/ou vendeu determinado alimento, não só por conta de uma motivação própria para não fazer isto (motivação esta construída por uma indústria política e cultural), mas também por conta de toda uma estrutura projetada para propagar e estimular o desinteresse, a falta de informação, o questionamento e a ação conscientes nos indivíduos de determinada sociedade, retirando-lhes desta maneira a autonomia de questionar a realidade social e de decidir por si mesmos. Acredita-se aqui que, a partir da agroecologia através deste viés campesino de resistência, os agricultores têm a chance de fazer frente a toda uma estrutura ligada ao agronegócio que busca controlar – de forma material e simbólica – o cotidiano não só destes, mas de todas as comunidades, sejam elas tradicionais ou não.

A título de servir de exemplo para a verificação empírica e teórica dos questionamentos e problemáticas apresentados até agora, será

estudado também, através da apresentação de dados e entrevistas, dois exemplos de práticas espaciais agroecológicas, respectivamente nos capítulos dois e três do presente trabalho: o projeto Cesta Camponesa, realizado por militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que está organizado como uma rede de distribuição de alimentos agroecológicos que visa o comércio de produtos saudáveis através da aproximação dos produtores rurais de diferentes áreas do Rio de Janeiro, e do Brasil, com os trabalhadores localizados nas cidades urbanas (tal projeto se mostra caracterizado também pela perspectiva camponesa da resistência política e identitária, tendo os seus objetivos traçados por um movimento social que nasceu em um contexto de luta pela terra através de manifestações a favor da reforma agrária e de políticas públicas visando o beneficiamento da categoria camponesa); e a agricultura sintrópica de Ernst Götsch, formada por um conjunto de princípios que reforçam a necessidade de uma relação integrativa e benéfica entre o ser humano e a natureza, apostando na complexificação dos ecossistemas que, ao mesmo tempo em que podem ser regenerados, podem também constituir espaços de produção de alimentos a partir da replicação das dinâmicas de desenvolvimento dos próprios ecossistemas específicos.

Diante deste quadro de apresentação geral, podemos estabelecer como problemática deste trabalho **o embate entre a agroecologia (exemplificada neste trabalho por algumas práticas, e pelos sujeitos sociais que às praticam) e o modelo hegemônico pautado na produção agrícola de base química e mecânica (e as relações de poder que se estabelecem nesta zona de conflito). Partindo de tais embates indicaremos uma transição espacial agroecológica como um possível reordenamento espacial justo e democrático.**

Os exemplos brevemente descritos acima serão apresentados, discutidos, e problematizados visando à construção deste panorama de embates. Questionaremos também como tais exemplos se relacionam com a agroecologia (e que perspectiva agroecológica é, portanto, evidenciada por eles), e como os mesmos podem ser conectados através da construção de uma abordagem conjunta, que leve em conta os pontos

positivos e negativos, os princípios, e as dimensões principais, de cada um deles. A problemática, em conjunto com o *objeto de estudo*, e outras questões relativas à estrutura geral da presente pesquisa, serão introduzidas e descritas de forma completa logo após a próxima seção.

1.1. Base teórico-metodológica

Na presente seção busca-se apresentar alguns dos conceitos e autores principais que servirão de base para o desenvolvimento teórico-metodológico da presente pesquisa.

A título de apresentar a noção de espaço que aqui está sendo aplicada, temos Lefebvre (2006; 2013). Tal autor será trabalhado principalmente através do seu conceito de “produção do espaço”, que coloca o espaço a ser considerado a partir da tríade produto-meio-condição das relações sociais espacializadas. O autor nos atenta também para as diferentes dimensões do espaço, que engloba a reunião do *espaço material* (experiência e percepção), das *representações do espaço* (concebido e representado), e dos *espaços de representação* (vivido, cotidiano). Na visão de Lefebvre considerar o espaço como sendo social implica em pensar que:

“[...] cada sociedade (por conseguinte, cada modo de produção com as diversidades que ele engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu” (LEFEBVRE, 2006, p.34).

Revelar os códigos sociais de determinada sociedade é revelar suas práticas espaciais. Nesta perspectiva é possível observar o movimento do capital através do espaço, aparecendo este último de forma fragmentada, desigual, e com a tendência a ser homogeneizado por tal movimento, que gera também a concentração deste capital na mão de determinadas elites, e/ou do próprio Estado, e a centralização deste mesmo capital em espaços específicos.

Seguindo o pensamento lefebvriano de que “[...] o primado especulativo do concebido sobre o vivido faz desaparecer com a vida, a prática” (LEFEBVRE, 2006, p.37) (onde o autor está se referindo à

dominação e ao controle do cotidiano pelos capitalistas e suas práticas) busca-se, a partir disto, levantar também o diálogo e a abordagem de questões relativas a esta que são evidenciadas por Heller (2008) – o cotidiano – e discutidas por autores como Netto (2012), Carvalho (2012), e Seabra (1996), que nos permitem procurar por um diálogo entre as ideias de Lefebvre e Heller.

Esta autora nos evidencia que o cotidiano é o lugar onde o homem está por completo, porém não em toda sua intensidade. Em Heller (2008) também está a concepção da vida cotidiana como heterogênea e hierárquica (com a possibilidade de alterações a partir de mudanças sociais e econômicas, e diretamente relacionada à questão do trabalho e da organização social inerente a este em cada sociedade). A autora evidencia que “[...] a assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais” (HELLER, 2008, p.33) ao desenvolver a ideia sobre como o cotidiano é o lugar do aprendizado prático (partindo de pequenos grupos e indo para a sociedade em geral através das relações que se dão pelas “coisas”). Desta forma, o indivíduo aparece na cotidianidade como, ao mesmo tempo particular e genérico (motivos particulares tangenciando aquilo que há de essência no homem). O genérico é relativo à perspectiva integrativa do homem com a humanidade visto, assim, como um conjunto e nunca isolado.

Complementando a ideia do ser genérico, Netto também inclui como condição básica da vida cotidiana a “superficialidade extensiva” (NETTO, 2012, p.68) característica que mostra como os indivíduos, na cotidianidade, não colocam todo o seu esforço na realização de uma determinada atividade, deixando passar também outras relações que tangenciam esta atividade específica. Esse fluxo de superficialidade cotidiana valoriza o resultado em si, e não o processo responsável por tal, ou seja: o entendimento profundo de uma determinada atividade não se demonstra necessário; utilidade e eficiência são os fatores relevantes, demonstrando a dominação que rege o cotidiano majoritário evidenciando somente certos aspectos que estão alinhados com o modelo de

desenvolvimento hegemônico responsável por propagar tais relações sociais.

Partindo da concepção da *compressão de tempo-espço*, e sobre como essa noção se tornou aceita de forma superficial na contemporaneidade, Massey (2000) desenvolve uma discussão partindo do lugar e de sua particularidade frente a este movimento (compressão) espaço-temporal fragmentador. Frente a um sentido fechado de lugar, que pode estar ligado em alguns momentos à manifestações nacionalistas e reacionárias, Massey busca repensar o sentido do lugar, procurando uma visão progressista e aberta, e adaptada à ideia da compressão de tempo-espço. A autora nos mostra que não é só o capitalismo e sua lógica os responsáveis pela vivência espacial dos indivíduos de uma sociedade; também podem estar incluídas aí as questões de raça e gênero, por exemplo. A partir disso, a autora argumenta a favor da concepção de que a compressão de tempo-espço não se distribui e não se manifesta da mesma maneira para todos, necessitando de “diferenciação social”.

A autora parte então para a apresentação do conceito de “geometria do poder”, presente em Massey (2000), que sintetiza a ideia de que “[...] diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões” (MASSEY, 2000, p.179) presentes no processo de compressão de tempo-espço. A diferenciação não se dá somente no âmbito social, mas também nas esferas da comunicação, do controle e do movimento, evidenciando a presença de uma questão política muito forte e latente nas sociedades como um todo. Neste sentido, a diferenciação entre determinados indivíduos pode fortalecer ou enfraquecer suas experiências espaciais através do favorecimento do poder de alguns: “A compressão de tempo-espço de alguns grupos pode solapar o poder de outros” (MASSEY, 2000, p.180).

Pode-se resumir que Massey propõe concepções que contribuem para a construção de um sentido verdadeiramente progressista de lugar,

dando uma alternativa para a relação com o processo de compressão de tempo-espço, modificando neste processo a visão da relação entre o local e o global. Desta maneira, por exemplo, os lugares passariam a ser considerados como detentores de identidades múltiplas, podendo demonstrar experiências espaciais diferentes para cada indivíduo, e incorporando diversas acepções ligadas ao global, aumentando ainda mais a riqueza de significados e de “imagens” possíveis em um determinado lugar:

[...] o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação articular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular (MASSEY, 2000, p.184).

O lugar seria esse ponto de articulação e encontro entre relações (geograficamente diferenciadas) econômicas, políticas e culturais que atravessam o globo e definem especificidades locais; estaria também ligado, portanto, à ideia de movimento (processo) e não de fixidez.

A globalização (na economia, na cultura ou em qualquer outra coisa) não acarreta simplesmente a homogeneização. Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte (da reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar. Há a especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura em um lugar pode produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira. Finalmente, todas essas relações interagem com a história acumulada de um lugar e ganham um elemento a mais na especificidade dessa história, além de interagir com essa própria história imaginada como o produto de camadas superpostas de diferentes conjuntos de ligações tanto locais quanto com o mundo mais amplo (MASSEY, 2000, p.185).

Santos (2002) nos atenta para essa relação entre globalização, localização e fragmentação, que para ele também se colocam em tensão dialética. Para o autor, os lugares incorporam, de maneira específica, características e relações globais, fazendo com que, ao mesmo tempo em que as relações e processos se mundializam, eles também se tornam singulares no lugar. O cotidiano, para o autor, é a dimensão capaz de apreender estes novos significados relacionados ao lugar, justamente por conta da relevância que os campos informativos e comunicativos da vida

social alcançam na contemporaneidade. Esses fatores estão diretamente relacionados à noção de compressão do tempo-espço trabalhada por Harvey (1989) e também por Massey (2000).

Santos também reforça essa ideia de que o cotidiano pode servir como instrumento de entendimento da relação entre movimentos sociais e o espaço, compartilhando com Ferreira (2007) a importância das particularidades ligadas ao local e, portanto, as práticas espaciais do vivido.

No lugar (dimensão da ordem próxima), para Santos, estão sobrepostos, de maneira dialética

[...] o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2002, p.218).

Ferreira (2007) também resgata a concepção lefebvriana de “ordem próxima” e “ordem distante” para falar sobre apropriação e dominação na cidade. A ordem próxima seria a dimensão do valor de uso enquanto que a ordem distante é a dimensão do valor de troca. A ordem distante interfere diretamente na ordem próxima através da dominação e, portanto, da sobredeterminação do valor de troca sobre o valor de uso. É então evidenciada uma relação dialética entre o “próximo” e o “distante”. O autor enfatiza assim a importância de movimentos de resistência que nascem do cotidiano e que estão conectados com a ordem próxima, mas que, em sua opinião, devem transpassar a esta.

Santos também faz uma distinção entre os “lugares globais simples” onde apenas algumas manifestações modernas se apresentam,

e “lugares globais complexos”, onde diversas características da modernidade se instalam e se proliferam, e outras, resistentes a estas, têm a condição de lutar (SANTOS, 2002, p.218).

A racionalidade capitalista também é tratada por Santos (2002) quando desenvolve a ideia da organização do meio técnico-científico-informacional que produz espaços de racionalidade (capitalista) e de globalização; a criação deste meio está diretamente vinculada ao papel que a técnica ganha nas sociedades atuais. Tal racionalidade estaria diretamente ligada ao que Santos chama de *ordem global*, que busca a homogeneidade dos espaços através da propagação de uma única racionalidade. O autor evidencia duas características importantes sobre a realidade espacial no contexto aqui trabalhado: a primeira seria o fato de que o território delimita normas para a tomada de atitudes na dimensão do lugar; e a segunda seria o aparecimento da tensão entre as razões local e global que estão inscritas em um lugar, dando a este a possibilidade de atingir a globalidade através de ações locais (SANTOS, 2002, p.225).

Em Santos (2002) também vemos o dialogo com a questão anterior mostrando que “[...] a incidência das ações modernas não é a mesma em toda parte. Alguns subespaços, dotados com as modernizações atuais, podem acolher as ações de interesse dos atores hegemônicos” (SANTOS, 2002, p.226). Assim, a presença de “horizontalidades” e “verticalidades” (SANTOS, 2002, p.227) marca a interação entre o mundo e o lugar, sendo que os lugares são então procurados e selecionados pelas condições que oferecem para o exercício de determinadas lógicas hegemônicas. O território⁴ se mostra então, justamente como a categoria que media a relação entre o local, o global e o nacional, através da política e das relações de poder (e suas geometrias) ali circunscritas. Em suas próprias palavras:

⁴ Por território concordamos com Haesbaert (2014), que posiciona tal conceito como enunciador das relações de poder inscritas no espaço, este também permeado por movimentos e processos de des-reterritorialização que atingem de maneira desigual os sujeitos em relação com tal espaço, demonstrando um sentido multiescalar e multidimensional do território, formatando – portanto – a noção de multiterritorialidade.

A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra. A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a informação que, aliás, é sinónimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação. A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade. [...] O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 2002, p.231).

As ideias brevemente apresentadas a respeito do pensamento de tais autores serviram de alicerce para as discussões, travadas no decorrer deste trabalho, relativas à: a visão hegemônica de desenvolvimento reproduzida pelo modo de produção capitalista; o modelo agrícola convencional de base químico-tecnológica em conjunto com seus modos de organização espacial; a dicotomia entre sociedade e natureza produzia por tais modelos hegemônicos; os paradigmas da simplificação e da complexidade; o papel do espaço na orientação da multidimensionalidade agroecológica; as relações de poder existentes no embate entre modelos hegemônicos e contra-hegemônicos relacionados à agricultura; e (sem querermos enumerar todas as discussões travadas aqui) a agroecologia vista também, por nós, através de uma perspectiva camponesa.

Estas discussões nos permitirão apontar, inicialmente, para uma noção de transição espacial agroecológica a ser desenvolvida no segundo e, principalmente, terceiro capítulos. Será utilizado o pensamento complexo para tentar tecer os fios teórico conceituais por vezes, aparentemente, tão distintos.

Abordaremos agora, de forma breve, uma ideia que abarca outras concepções fundamentalmente importantes para a base da presente pesquisa: o “pensamento complexo” proposto por Morin (1999), e trabalhado também por Rihani (2005), e Souza (1996; 1997).

O pensamento complexo aparece como horizonte possível em um contexto no qual o paradigma da simplificação, ainda exercendo dominação (simbólica e material), aparece como insuficiente para a resolução de determinadas questões da atualidade, como, por exemplo, a agroecologia e a questão ambiental. Tal paradigma (simplificação) foi responsável pela abordagem altamente especializada do campo científico, este dividido em múltiplas ramificações - o que acabou acarretando na falta de interação e comunicação entre as mesmas, fazendo com que questões como a do desenvolvimento, por exemplo, fossem tratadas através da valorização de determinados aspectos (neste caso, os fatores quantificadores), em detrimento de outros (os fatores qualitativos).

Neste sentido, Morin e os outros autores nos mostram que a teoria e o método científico se tornaram reducionistas, separando assim o sujeito do objeto, e ocasionando também na abordagem monodimensional, monoescalar, teleológica, e etnocêntrica das questões estudadas pela ciência, organizada, através da simplificação, em torno da técnica e dos ideais capitalistas visando assim puramente à eficiência – o que ajudou a instaurar o processo produtivista da economia capitalista nas sociedades do mundo (processo este responsável, junto com a mercadificação da natureza, pelo surgimento das relações sociedade-natureza puramente focadas na obtenção de recursos naturais e na apropriação de tais recursos dentro da lógica do mercado financeiro, ocasionando assim a deturpação da natureza da natureza, em conjunto com seus processos e lógicas particulares, e também na falta de uma visão integrada da sociedade com a mesma – tema a ser explorado no desenrolar desta pesquisa).

Dentro de tal paradigma, as ciências da natureza e as sociais se apresentam não só como separadas uma da outra, mas com métodos, teorias, e abordagens completamente diferentes, dificultando a construção de uma abordagem integral de questões como a do desenvolvimento ou do meio ambiente, por exemplo, que na atualidade

são vistas através de lentes que em sua maioria são enxergadas pela sociedade como inimigas uma da outra. Sendo assim, no paradigma da simplificação, razão, ordem, certeza e separabilidade andam de mãos dadas.

Já o pensamento complexo é desenvolvido por Morin (1999) a partir da concepção da dialógica, ou seja, do pensamento em espiral, retroativo; por exemplo, ao compartilharmos aqui a visão de Lefebvre do espaço enquanto condição, meio e produto, no sentido de que, ao mesmo tempo em que se pode analisar o espaço se comportando de uma destas formas, pode-se também observar como ele mantém as condições dos outros comportamentos possíveis, gerando assim um movimento de “vai e volta” (retroação), mas que, ao voltar, sempre ocasiona resultados e condições diferentes (lógica da espiral ascendente). Outra concepção, trazida aqui a título de exemplificação e demonstração do pensamento complexo, demonstrada por Morin e também desenvolvida, de diferentes maneiras, por Souza (1996; 1997) e Rihani (2005), é a ideia de que o todo é, ao mesmo tempo, maior e menor que a soma das partes, pois, no primeiro caso, o todo se organizará de uma maneira particular que a simples soma de suas partes não é capaz de reproduzir tal especificidade e, no segundo caso, o todo organizado inibe ou proíbe as possibilidades que não podem ser expressas, as incertezas, as indeterminações: existe um produto não quantificado na soma de $A+B+C$. Por isto que se fala em totalidade aberta, sistemas abertos, que permitem indeterminações.

No complexo não existem eliminações e sim incorporações; ordem e desordem tomadas juntas. A questão do pensamento complexo se torna, portanto – de acordo com Morin (2011, p.30) o estabelecimento da relação dialógica entre certeza e incerteza, separação e inseparabilidade. Não se trata da negação da razão clássica e da lógica “conjuntista-identitária” (LOSADA, S/D, p.47) – levantada por Losada ao discutir as ideias de Castoriadis (que serão apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho), e sim da produção de uma “racionalidade aberta” (MORIN, 1999, p.30) através do jogo duplo proposto pela complexidade. Se

seguirmos as considerações feitas por Souza (1997, p.52) de não separar, e sim utilizar de forma integrada os pensamentos de Morin e Castoriadis (1987; 1992), o pensamento complexo pode ajudar na construção de uma nova relação de diálogo entre os campos da ciência (os campos naturais e sociais) sem retirar o ser humano de tal nova equação, e sim o colocando como ponto central desta, como nos enfatiza Castoriadis.

Acredita-se aqui, portanto, que a agroecologia pode ser vista através deste prisma, principalmente como um campo científico que se propõe a ser multidisciplinar (com autores discutindo até mesmo a transdisciplinariedade de tal disciplina) – como será aqui mais tarde desenvolvido trazendo, por exemplo, como já demonstrado nesta introdução, Caporal e Azevedo (2011) e Altieri (1998), e outros autores direcionados à questão ambiental como Enrique Leff e Carlos Walter Porto Gonçalves – ao mesmo tempo em que se estabelece a investigação sobre formas ecológicas e integradas de interação entre a sociedade e a natureza.

Neste panorama agroecológico, como apresentado ao final da introdução, iremos discutir – a partir do segundo capítulo – o conceito de transição agroecológica, procurando um viés crítico a partir da abordagem geográfica do espaço, buscando constituir inicialmente o conceito *transição espacial agroecológica*. Neste sentido estaremos trabalhando a partir da perspectiva espacial vista em Santos (2002) – relativa ao espaço enquanto o conjunto de sistemas de ações e sistemas de objetos, dotado de fixos, fluxos, e intencionalidades, por exemplo – que trabalha duas categorias essenciais para a presente pesquisa: o lugar, e o cotidiano. Somado a isto, trabalharemos também sob a visão espacial de Lefebvre (2006; 2013), já apresentada nesta seção, do espaço enquanto meio-produto-condição das relações sociais, utilizando duas dimensões espaciais (espaço dominante e espaço dominado) evidenciadas pelo autor.

Neste sentido, Coronil (2005) coloca a tríade capital-trabalho-natureza para evidenciar (retomando a clássica tríade terra-capital-trabalho, na qual a terra é ressignificada como natureza), a partir do pensamento lefebvriano, que o espaço (em seu devir histórico) também se apresenta enquanto relação natural – composto, portanto, por relações entre a sociedade e a natureza que evidenciam o processo de apropriação natural pelas sociedades em constante reprodução socioespacial, evidenciando não só a dimensão social do espaço, mas também suas dimensões política, cultural, e ecológica/ambiental, por exemplo. Desta maneira, ao formatarmos a ideia de que o conceito de transição agroecológica está contido enquanto uma dimensão do espaço, sendo mais uma perspectiva a ser adicionada ao processo de transição espacial – a ser desenvolvido, junto à agroecologia, no terceiro capítulo deste trabalho – estamos aderindo à concepção trazida por Harvey (2006), e discutida por Di Cione (2007) e Mendoza (2014), de “rede socioecológica da vida”, que apresenta a escala da natureza como participante essencial no devir histórico do modo de produção capitalista, e que coloca o lugar (espaço vivido das relações sociedade-natureza) como base inicial para o desenvolvimento de tal rede.

Assim, a esta perspectiva espacial incluiremos também, visto a importância do conceito de lugar e de cotidiano para se discutir o conhecimento das populações tradicionais (suas cosmovisões e perspectivas políticas, culturais, e identitárias – por exemplo) e a atuação do modo de produção capitalista para com a natureza, o pensamento de Massey (2000) relativo ao sentido aberto do lugar – já evidenciado nesta seção – fugindo, ao mesmo tempo, da romantização deste mesmo conceito, produtora de “localismos” – como enunciado por Brandão (2003). Portanto, acreditamos estar contribuindo assim para o desenvolvimento de uma abordagem complexa das relações sociedade-natureza, e consequentemente da noção de transição (espacial) agroecológica, procurando levar em conta toda a multidimensionalidade inscrita na perspectiva espacial.

Como desenvolvido por Souza (1996; 1997; 2000) – ao abordar a questão do desenvolvimento – o pensamento complexo, aplicado ao espaço, tem a capacidade de evidenciá-lo, enfatizando também nesse processo as relações sociais (e, portanto, naturais) inscritas neste, possibilitando uma abordagem multiescalar, multidimensional e retroativa, que demonstre práticas espaciais que caminhem para o estabelecimento da autonomia dos sujeitos e instituições. Neste sentido, tal conceito – autonomia – se apresenta como imprescindível para o desenvolvimento da presente pesquisa, pois o mesmo tem a capacidade de conectar teoria e prática a partir da problemática evidenciada até então. Meira (2010) demonstrando e desenvolvendo as ideias de Castoriadis, evidencia que a tensão existente entre autonomia e heteronomia foi responsável pela definição da modernidade ocidental (MEIRA, 2010, p.9), na qual a heteronomia se organizou de forma majoritária nas sociedades, deixando a autonomia em um panorama de esquecimento. Porém retomando e desenvolvendo o conceito de autonomia, Meira nos evidencia, em suas palavras, que:

O projeto da autonomia é criação histórica [...]. Trata-se de instituir uma sociedade capaz de refletir sobre si mesma e pôr-se em questão, decidindo sobre sua própria transformação e transformando-se como consequência dessa auto-reflexão. Uma sociedade autônoma estaria ciente de que suas instituições e leis são sua obra e produto próprio, ela poderia, por isso, questioná-las e modificá-las. 'Ao mesmo tempo, uma sociedade autônoma deveria reconhecer que não podemos viver sem leis' (CASTORIADIS, 1987, p. 40). Uma criação desse tipo é a auto-instituição explícita da sociedade, mas que dificilmente resultaria da deliberação pura e simples dos indivíduos sociais (MEIRA, 2011, p.11).

Continuando o pensamento, de acordo com Castoriadis, o sentido de tal projeto organiza-se como:

[...] uma práxis determinada, considerada em suas ligações com o real, na definição concretizada de seus objetivos, na especificação de suas mediações. É a intenção de uma transformação do real, guiada por uma representação do sentido dessa transformação, levando em consideração as condições reais e animando a atividade (CASTORIADIS, 1995, p. 96 apud MEIRA, 2011, p.13).

É justamente por esta possibilidade de transformação do real e de suas instituições pelos indivíduos, que para Morin (1999, p.34), ao

escrever sobre a educação dos educadores sob o novo paradigma da complexidade (estes devem educar a si próprios - devendo incluir neste processo, em nossa perspectiva, o projeto da autonomia), que Meira (2011) nos mostra que o projeto da autonomia sofreu resistência e veto pelo capitalismo através de suas práticas de dominação simbólica e material, da burocratização ligada às instituições, e do processo de alienação inscrito no trabalho humano.

Foi desta maneira que o projeto de autonomia foi sendo posto de lado, permanecendo somente do lado dos movimentos sociais que, na perspectiva do autor – tendo como base as ideias de Castoriadis – formatam uma espécie de diálogo com a lógica heterônoma, que acaba se apropriando de certas lutas e reivindicações, criando assim novas formas de dominação, mas que nunca se estabelecem em sua forma definitiva (apesar de permanecerem enquanto lógica heterônoma), justamente pela existência de movimentos contra hegemônicos que impõem novas reivindicações ao longo da história e assim sucessivamente; aí reside o motivo pelo qual o projeto de autonomia deve ser visto como uma *práxis* histórica que, neste contexto, mostra que:

Segundo Castoriadis, é possível e necessário compreender como e em que medida a vida numa sociedade instituída prepara os homens para a transformação social, de que maneira o projeto da autonomia é outra coisa que um fantasma privado de alguns indivíduos. Entretanto, é impossível saber se, como, a partir do que e por meio do que tal transformação poderá ter lugar (CIARAMELLI, 1989, p. 102, apud MEIRA, 2011, p.11).

Neste sentido ao levantarmos a questão da autonomia social no presente trabalho, buscamos entendê-la como a necessidade de:

[...] enfrentar o problema de uma transformação profunda das 'necessidades' em torno das quais se organiza o atual sistema. O movimento ecológico é a prova viva disto. Trata-se de entender que autogoverno é indissociável da auto-limitação da sociedade [...] O problema do direito (positivo e substantivo) se apresenta pela dificuldade de combinar uma sociedade fundada sobre regras universais substantivas, e, compatível com a diversidade da criação, dos modos de vida e dos diferentes sistemas de necessidades. Esta síntese não pode ser fruto da decisão de sábios, ela 'sairá da própria sociedade, ou não sairá de lugar nenhum' (CASTORIADIS e COHN-BENDIT, 1981, p. 49). A auto-limitação é a construção da ponte

entre a sociedade como totalidade e a responsabilidade dos homens, etapa crucial do projeto da autonomia (MEIRA, 2011, p.14).

Desta maneira, traçando a autonomia como um norte teórico e também empírico, pretende-se aqui utilizar a complexidade e os conceitos de espaço, lugar e cotidiano, como protagonistas na investigação da temática agroecológica e da problemática principal deste trabalho.

É necessário explicitar mais um conceito utilizado durante todo o presente trabalho: a concepção de hegemonia como posicionada por Gramsci (1978a, 1978b, 1978c). Este conceito nasce dentro da tradição marxista procurando incorporar as noções de estrutura, superestrutura, e ideologia para pensar as diferentes organizações sociais no devir histórico-temporal do mundo, trazendo também uma perspectiva cultural e não somente política para tal estudo crítico. Construindo tal conceito o autor supracitado coloca a “força” e o “consenso”, e o balanço (equilíbrio) entre as mesmas, como imprescindíveis para a manutenção hegemônica (em suas esferas cultural, política, e social, por exemplo) de um determinado grupo social. Este grupo social hegemônico estaria assim preocupado em apoiar e justificar o uso da força atribuindo-a ao consenso de uma camada social “predominante”.

Desta maneira a hegemonia de uma classe social é relativa também à forma como diferentes concepções de mundo, específicas do grupo social hegemônico, são aceitas e adotadas (através do equilíbrio anteriormente descrito) pelos grupos sociais subordinados a tal classe hegemônica. Para Gramsci, formata-se assim uma estrutura de defesa e manutenção da ideologia (de um grupo social hegemônico) propagada através de tais concepções de mundo (como a excelência do mundo moderno e ocidental, por exemplo), estas que podem ser organizadas enquanto movimento cultural produtor de práticas e modelos (sociais, econômicos, políticos...) em toda a sociedade.

Neste sentido a obtenção de consciência pelas classes sociais subordinadas se daria, não a partir de um movimento orgânico que iria se construir por si só, mas a partir do embate (em diferentes dimensões –

ética, política, cultural, filosófica...) entre diferentes hegemonias e suas respectivas ideologias e concepções do real através da práxis, unindo teoria e prática para a formação de sujeitos conscientes (que formariam sua própria hegemonia – ou contra-hegemonia). Assim, o autor nos apresenta o conceito de hegemonia não somente a partir da subordinação de determinados grupos sociais à hegemonia vigente, mas sim da consideração também dos interesses de tais grupos não-hegemônicos (fazendo com que seja criada uma relação de consenso e compromisso entre tais grupos, como já dito, mas que também gera sacrifícios para o grupo hegemônico – este que nunca coloca em jogo, na perspectiva gramsciana, suas características essenciais). Os aspectos de dirigente e dominante caminham, portanto, de mãos dadas na ação de um grupo social hegemônico, este responsável por aplicar a força aos que se contrapõem, e agir a partir do consenso entre aqueles que se colocam como aliados.

Tal conceito, como posicionado por Gramsci, se faz de extrema importância para a discussão, por exemplo, das concepções de mundo levantadas pela modernidade e pelo ocidente, e dos modelos de desenvolvimento capitalista, e suas manifestações (como o agronegócio contemporâneo de caráter financeiro), impostos aos “países do sul”. Desta forma, em nossa perspectiva, o conceito de hegemonia nos ajuda a formatar também o embate principal a ser estudado por nós entre a agroecologia e o modelo convencional de agricultura de base químico-tecnológica.

1.2. Estrutura geral da pesquisa

Gostaríamos aqui nessa seção de sintetizar e apresentar claramente a problemática, incluindo-a dentro da conjuntura específica dos outros objetivos da presente pesquisa, que agora também serão evidenciados.

Neste sentido, temos como *problemática principal* o embate entre a agroecologia (exemplificada neste trabalho por algumas práticas, e pelos sujeitos sociais que às praticam) e o modelo hegemônico pautado na produção agrícola de base química e mecânica. As práticas selecionadas para exemplificar tal embate são: Cesta Camponesa-RJ do MPA; e a Agricultura Sintrópica. Dentro deste embate encontram-se tensões relativas à relação entre a agroecologia, a agricultura orgânica e o modelo agrícola hegemônico, o que poderia evidenciar outra problemática que não será explicitada neste trabalho.

Alimentando o debate, e constituindo-se no “plano de fundo” para a nossa discussão, devemos destacar as relações de poder assimétricas entre o modelo agrícola hegemônico, tão fortemente integrado aos sujeitos políticos e econômicos que dominam o modo de produção capitalista. A estes sujeitos contrapõem-se àqueles que defendem políticas alternativas à lógica econômica dominante, dentre os quais selecionamos os camponeses e algumas práticas agrícolas por eles desenvolvidas.

A partir destes embates apontaremos uma transição espacial agroecológica como possibilidade de espacialidades mais justas e democráticas.

Tal problemática foi identificada, e também selecionada por nós, ao se escolher, como o *objeto de estudo* principal deste trabalho, o embate entre a agroecologia e o modelo hegemônico de produção agrícola. Tal embate está exemplificado na dificuldade de implantação e fortalecimento dos princípios agroecológicos que regem a Cesta Camponesa e a Agricultura Sintrópica. Tais embates parecem conduzir a espacialidades distintas daquelas que vem vigorando.

Com o intuito de especificar as necessidades desta pesquisa foi definido um *objetivo geral* que busca **analisar algumas maneiras sobre**

como os princípios agroecológicos são aplicados e/ou apropriados nos movimentos contra o processo produtivo hegemônico, evidenciando contradições e alternativas relativas a espacialidades diversas.

Estando o objetivo anterior definido, abre-se a seguinte *questão central*: **de que maneira o embate entre a agroecologia e o modelo dominante de agricultura pode evidenciar espacialidades alternativas àquelas construídas como hegemônicas?**

Passemos agora para a fragmentação dos objetivos e questões centrais nos objetivos e questões específicas de cada capítulo.

O primeiro capítulo (O atual modelo de desenvolvimento, e suas relações sociedade-natureza, e a busca por alternativas através da autonomia, da complexidade, e de modelos alternativos de interação com a natureza) tem como *objetivos específicos*: **compreender a importância do conhecimento, do modelo de desenvolvimento, e das relações sociedade-natureza propagados pelo mesmo, para a conformação de um paradigma agroalimentar hegemônico; apresentar o caminho de certas alternativas contra hegemônicas possíveis e existentes na realidade atual.** Como questão específica temos: **como conhecimento e poder estão conformados no modelo hegemônico de desenvolvimento, e também nas alternativas contra hegemônicas, através da perspectiva das interações sociedade-natureza?**

Já o segundo capítulo (A agroecologia através da Cesta Camponesa – RJ, e do universo orgânico dos agricultores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas) tem como *objetivos específicos*: **compreender o conjunto de características e abordagens gerais e singulares presentes no embate entre a agroecologia e a agricultura orgânica, através do exemplo da Cesta Camponesa e do CCFO; investigar as relações de poder assimétricas dos sujeitos envolvidos em tal embate.** Como *questão específica*, o segundo

capítulo apresenta: **A agroecologia tem a capacidade de contribuir para a formação de uma contra-hegemonia baseada no espaço, através da perspectiva camponesa de resistência política e cultural?**

Por último, temos o terceiro capítulo (A produção de outras espacialidades agroecológicas: um exemplo a partir da Agricultura Sintrópica) que conta com os seguintes *objetivos específicos*: **analisar como o conjunto de princípios da agricultura sintrópica pode se conformar numa cosmovisão alternativa à cosmovisão da modernidade sobre as relações sociedade e natureza; investigar como a agricultura sintrópica pode se relacionar com a agroecologia e com o paradigma da complexidade tendo o conceito de espaço como “ponto de encontro” entre tais modelos.** A *questão específica* deste capítulo é: pode-se traçar uma abordagem conjunta complexa entre a agricultura sintrópica (seus princípios e possível cosmovisão) e a agroecologia (com seus princípios e abordagens científicas multidimensionais), baseada no e pelo o espaço, capaz de evidenciar inicialmente a noção de transição espacial agroecológica?

2. O plano de fundo de nossa discussão agroecológica: a questão do desenvolvimento e das relações sociedade-natureza

O presente capítulo busca traçar e evidenciar o plano de fundo principal da problemática desta pesquisa, que pode ser visto através da tríade modernidade, capitalismo e ocidente, introduzindo aqui a questão do desenvolvimento capitalista – no qual estão atrelados a lógica produtivista e o processo de mercadificação da natureza. Esta lógica e processo, respectivamente, podem ser vistos nos principais países do mundo, sendo os mesmos responsáveis por influenciar e dominar de maneira hegemônica toda a estrutura (em suas múltiplas escalas e dimensões) conectada aos sistemas agroalimentares. Desta forma os conceitos de capitalismo, modernidade, e ocidente, serão discutidos de maneira progressiva, tentando abranger as principais questões que tocam na problemática principal deste trabalho passando, por exemplo, pelas relações sociedade-natureza, pela autonomia, e pelo domínio da lógica quantitativa nos diferentes campos da ciência, inclusive no campo da humanidades.

Gostaríamos também de introduzir aqui uma perspectiva que é fundamental em toda nossa pesquisa, aparecendo mais precisamente no final deste capítulo em diante (mas se mantendo como panorama de análise durante toda a pesquisa), que são os princípios agroecológicos. Utilizaremos como texto base para iniciar uma apresentação de tais princípios, o documento “Os Princípios da Agroecologia”, publicado em 2018, e organizado pela CIDSE – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Solidariedade (uma organização na qual estão reunidas diversas instituições católicas que trabalham pela justiça social) de maneira multimídia (além da versão digital para impressão, o documento foi desmembrado em um *website*⁵ com exemplos práticos de cada princípio ancorados em bibliografias complementares). Os princípios discutidos e apresentados por este documento tem ligação com

⁵ Disponível em: <<https://agroecologyprinciple.atavist.com>> Acessado em 7 de Junho 2019

movimentos sociais, como a Via Campesina, organização internacionais, como a FAO, e com autores reconhecidos pelo trabalho com agroecologia, como Miguel Altieri. Além deste documento, outras visões e perspectivas agroecológicas serão acrescentadas a estes princípios conforme for necessário, tendo em vista a complexidade da agroecologia existente nos múltiplos discursos e dimensões em que esta se insere.

Antes de tudo e a título de apresentação, é necessário frisar que, na atualidade, existem três vertentes identificáveis, tanto no Brasil quanto no mundo (algumas delas mais evidentes, outras menos) da agroecologia: o movimento sociopolítico; a prática agroecológica; e a disciplina científica, como discutido e envidenciado em Wezel *et al.* (2009), e que também pode ser visto na formatação da CIDSE que estamos usando como base aqui:

A agroecologia é: - uma abordagem de investigação científica² que envolve o estudo holístico de agroecossistemas e sistemas alimentares; - um conjunto de princípios e práticas que melhoram a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas alimentar e de cultivo, ao mesmo tempo que preservam a integridade social; - um movimento sociopolítico³ com ênfase na aplicação prática da agroecologia, que procura novas formas de pensar a agricultura, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos e as suas relações com a sociedade e a natureza. (CIDSE, 2018, p.4).

Neste sentido, seguindo o documento da CIDSE, os princípios agroecológicos foram pensados tentando abarcar toda a complexidade existente nestas três diferentes, porém interligadas, vertentes. Tais princípios pretendem servir como uma direção para as práticas agroecológicas, e não como “receitas de bolo” prontas para serem aplicadas com resultados previsíveis; cada realidade socioespacial produz, a partir dos princípios, uma determinada prática espacial agroecológica, como veremos nos exemplos da Cesta Camponesa do MPA, no método orgânico dos agricultores analisados, e na abordagem daqueles que praticam agricultura sintrópica. De tal maneira, para quem os pretende seguir (na visão da CIDSE), os princípios devem ser aplicados de maneira gradual, observado as limitações e particularidades de cada contexto específico, visando à produção de relações sociedade-

natureza baseadas na sustentabilidade (em suas múltiplas vertentes) e na justiça social.

Nesse momento, buscamos apresentar brevemente como estes princípios estão organizados e alinhados para que, ao final deste capítulo em diante, possamos entrar mais profundamente nos mesmos utilizando-os – principalmente - como uma perspectiva de análise para a empiria realizada para esta pesquisa. Dessa forma iniciamos, portanto, um diálogo com perspectivas apresentadas por outros autores, e pelos exemplos práticos que este trabalho buscou acompanhar.

Os princípios são divididos em quatro eixos, seguindo as já conhecidas dimensões da sustentabilidade, porém acrescentando as próprias especificidades da agroecologia. Primeiro temos o eixo ambiental, responsável por organizar, por exemplo, os fundamentos conectados à preservação dos elementos do solo, à gestão da ecologia dos agroecossistemas visando a redução da dependência do uso de insumos externos, e à manutenção e preservação da biodiversidade presente nos ecossistemas envolvidos na produção agroecológica. Como segundo eixo, apresenta-se a vertente sociocultural, que evidencia o universo de conhecimento e experiência das sociedades locais – colocando os agricultores no centro dos agroecossistemas –, a troca de saberes horizontalizada entre agricultores e entre agricultores e pesquisadores, a diversidade de raça e gênero entre os adultos e jovens envolvidos, a dimensão espiritual que certas comunidades têm com a natureza, entre outros elementos não menos importantes. O terceiro eixo é o econômico, apresentando uma perspectiva social e solidária, evidenciando, por exemplo, a importância dos mercados locais e da autonomia relacionada ao estabelecimento dos mesmos, e buscando promover redes de distribuição não-lineares baseadas na confiança e procurando transparência nas relações envolvidas. Ao final, temos talvez a vertente mais importante para realidades como a do Brasil, que é a vertente política. Tal dimensão é relativa à promoção do controle e da gestão, pelos agricultores, de todos os elementos envolvidos na prática

agroecológica, como as sementes, a água, e o conhecimento necessário para o desenvolvimento de tal campo. Além disto, a dimensão política agroecológica está conectada também à reorganização das geometrias de poder existentes nos sistemas alimentares (e para além dos mesmos), à promoção de gestões auto-organizadas partindo do local, e à manutenção e luta por políticas públicas favoráveis ao campo.

Temos assim, a título de apresentação, o universo complexo dos princípios agroecológicos e suas vertentes. Utilizamos tais princípios aqui para tangibilizar os exemplos práticos acompanhados e analisados por nós tentando, neste sentido, contribuir para a discussão agroecológica apresentando as tensões e desafios existentes na aplicação de tais princípios. De tal maneira, visamos também identificar e posicionar os diferentes discursos envolvidos com a agroecologia dentro de um panorama no qual o desenvolvimento capitalista se faz hegemônico e impõe pacotes científico-tecnológicos, modelos de produção, e relações sociedade-natureza produtivistas através da agricultura.

2.1. A tríade modernidade-capitalismo-ocidente e suas implicações

Não é possível dissociar modernidade, capitalismo e ocidente quando se quer colocar em discussão a(s) ideia(as) de desenvolvimento. No contexto atual, o capitalismo, sob a forma atual rentista e financeira – como nos apresenta Ribeiro Júnior (2014) – se solidifica através de sua expansão territorial sem precedentes pelo domínio através/do racional, se (re)construindo “[...] como um modo de produção material e espiritual de âmbito global” (IANNI, 1993, p.53), que ao ser comandado por uma elite burguesa revolucionária, em seu processo histórico, todas as relações sociais. Organiza-se assim um processo de globalização neoliberal, que se conforma, segundo Coronil (2005, p.59):

[...] como um processo posto em marcha por forças do mercado crescentemente não reguladas e móveis, o qual polariza as diferenças sociais tanto entre as nações como dentro delas mesmas. Enquanto a brecha entre nações ricas e pobres, assim como entre os ricos e os pobres, se torna maior em todos os lugares, a riqueza global se está

concentrando cada vez mais em menos mãos, incluindo as das elites subalternas. Nesta nova paisagem global, nem os “ricos” podem ser identificados exclusivamente com as nações metropolitanas, nem os “pobres” com o terceiro e segundo mundos. A maior interconexão dos setores dominantes e a marginalização das maiorias subordinadas erodiu a coesão destas unidades geopolíticas.

A economia do modelo capitalista se tornou a dimensão da quantificação total dos fenômenos, na qual a natureza é mensurada e transformada na ideia produtivista e financeira de ativo natural, sendo vista através de índices e cálculos matemáticos superficiais e reducionistas, como a concepção de mitigação de impactos ambientais através da compra de créditos de carbono, por exemplo, ou até mesmo nas definições do custo de um produto ou das externalidades de uma determinada empresa.

A concepção de economia, portanto, se construiu a partir da fragmentação desta dimensão econômica em relação a outros campos, como o natural e o social. Neste sentido, métodos como o da quantificação em termos matemáticos, umas das inúmeras manifestações da racionalidade hegemônica (que na atual conjuntura social traz consigo os campos da ciência e da tecnologia, como veremos mais a frente) tendem a podar (brandamente, ou até totalmente) os aspectos socioculturais relacionados ao objeto que está sendo analisado, como, por exemplo, as práticas culturais que se dão em determinada região pelos povos que ali habitam ou a importância econômica e o valor histórico de determinadas espécies e animais para o cotidiano de povos que já não existem mais... Dentro desta conjuntura, o domínio do racional toma forma (representado, neste formato econômico, como o único caminho possível), se dissemina sobre as sociedades através do desenvolvimento capitalista.

Como já se pôde evidenciar a partir de apenas algumas poucas observações, e acompanhando o trabalho de críticos desta situação como Morin (1999) pode-se perceber claramente que a economia está sempre acompanhada de fatores sociais e de fatores dos outros campos não diretamente econômicos, pois, afinal de contas, ela influencia, e é

influenciada por todas as outras dimensões da sociedade – basta tomar como exemplo a própria bolsa de valores, que pode sofrer interferências a partir da disseminação de boatos sobre determinada empresa; de catástrofes climáticas; de crises políticas, e assim por diante. Portanto, a partir disto, uma das falhas econômicas, ou instabilidade – mais precisamente – pode ser vista no caráter duvidoso dos investimentos, carregados sempre de alguma incerteza, como desenvolve Castoriadis (1987), pois nunca estamos lidando com questões meramente/unicamente quantitativas, numéricas. Dessa forma é importante evidenciar que um dos principais fatores que deve ser criticado, portanto, é a homogeneidade deste modelo racional que aparece como uma fórmula mágica reducionista pregando os ideais da ciência e da tecnologia como a única estrada disponível.

Avançando, Souza (1996), nos evidencia que o projeto da modernidade ainda não se concretizou, permanece inacabado e, portanto, em progresso principalmente por este estar associado à lógica capitalista de expansão e acumulação a qualquer custo, sendo esta parte do modelo de desenvolvimento hegemônico em investigação neste trabalho. Faz-se necessário, portanto, partimos de uma perspectiva crítica em relação à modernidade, outro elemento importante da tríade comentada no início deste subitem.

O termo (modernidade/moderno) é geralmente colocado em um sentido de diferenciação em relação ao negativo, entre aquilo que seria “antiquado”, “atrasado” e o “novo”, “avançado”; neste sentido, a modernização se associa diretamente a ideia de desenvolvimento enquanto progresso (em direção a um objetivo mais evoluído; a uma concepção de melhoria) e organizado em torno de um valor “positivo”, “benéfico”, e majoritariamente econômico (nos termos escritos anteriormente), tudo isto sendo concebido e sedimentado na figura do ocidente como um modelo para o resto do mundo, modelo este que criou estereótipos em relação ao oriente e ao próprio ocidente (caso que pode ser visto com clareza nas tensões e movimentos culturais cujo fluxo

migratório internacional atual decorrente de guerras, como a da Síria, ou de crises político-econômicas, como a da Grécia, ou da Venezuela, intensificou). Neste contexto, a ocidentalização ajuda na ampliação das formas de dominação sociais, culturais, econômicas, etc. (e suas representações), deixando toda a carga negativa relacionada ao desenvolvimento na mão dos “dominados”, ao mesmo tempo em que homogeneiza tanto as sociedades do ocidente quanto do oriente.

A modernidade se alastra pelo mundo – rural e urbano – através de um movimento padronizador, integrando espaços diferenciados dentro de um mesmo modelo dito “moderno”. Seu tempo se mostra instantâneo, fragmentado, transformando a vida em prazos, metas, uma espécie de tempo teleológico que despreza temporalidades diferenciais, inclusive a própria temporalidade da natureza com seus processos, fluxos e sistemas particulares; “[...] o tempo técnico-social se separa também da temporalidade biológica e natural” (CHESNEAUX, 1996, p.26) tanto no sentido do próprio homem, como no sentido da relação deste com a natureza.

A ciência, a tecnologia, e, portanto, as técnicas, estão ligadas diretamente a esta visão hegemônica de modernidade (e seus ideais de inovação e progresso técnico), tudo isto incrustado, por exemplo, nas máquinas agrícolas modernas de colheita, nos sensores automatizados de controle de irrigação e plantação, nos agrotóxicos – que cada vez mais participam do cotidiano das populações do campo e da cidade –, e/ou nas sementes transgênicas constantemente desenvolvidas visando a otimização da colheita, a resistência à certas “pragas” e agrotóxicos (não seriam os agrotóxicos as próprias pragas?). Todo este panorama de transformações advindos da modernidade altera, portanto, de uma maneira sem precedentes, os costumes próprios de uma determinada região (os exemplos dados exemplificam principalmente a questão do espaço rural moderno), modificando a relação do homem com a natureza e com ele mesmo, alterando e subvertendo – de maneira negativa – neste percurso, a própria lógica intrínseca da natureza.

A realidade natural encontra-se distante do cotidiano moderno hegemônico no qual a natureza é absorvida unicamente como um artefato para o homem, mal integrada, por exemplo, aos processos de urbanização e industrialização dominantes que se mostram, em sua maior parte, defensores e proliferadores do: concreto e da tecnologia fechados em si mesmos; da exploração sem limites; e do domínio do homem sobre a mesma, que derruba hectares de florestas para a construção de condomínios “sustentáveis” dentro de cidades completamente poluídas, ou de complexos agroindustriais que visam à monocultura de soja ou milho transgênico, por exemplo. A natureza sob o viés moderno, portanto, é enxergada majoritariamente através do viés científico-econômico quantificador; sob o domínio da exploração e da catalogação, características estas presentes no movimento de ocidentalização.

Ianni (1993) nos apresenta uma crítica sobre o movimento de ocidentalização, demonstrando-o como multidimensional, desigual, e contraditório, sendo responsável pela padronização e “esterilização” de culturas⁶ e sociedades que antes mantinham suas especificidades claras, evidentes e diferenciadas, mas que no caminhar do processo dado começam a ser transformadas em direção a uma linguagem homogênea propagada pelo discurso da globalização através de instrumentos como a urbanização e a industrialização (acompanhadas sempre da disseminação abrangente da racionalidade e do progresso técnico). Como já citado anteriormente, não é só a produção de alimentos que é alterada através da modernização do maquinário, por exemplo, mas também os modos de vida das pessoas naquele espaço, suas formas de habitação e trabalho (principalmente, com a chegada dos

⁶ Sobre a categoria “cultura” concordamos com os posicionamentos trazidos por Schech e Haggis (2000, p.2), que tentam construir uma definição de cultura – a partir de uma perspectiva crítica da deste conceito com o conceito de desenvolvimento (e os processos a ele atrelados): “[...] as a process, and as a discourse itself implicated within specific cultural contexts of meaning and power”. Estas autoras trabalharam a partir de, resumidamente, cinco definições anteriores: cultura como o cultivo de terras, alimentos, e animais; como cultivo da mente, das artes e de civilizações; como um processo de desenvolvimento social; como significados, valores, e modos de vida; e como práticas que produzem significado.

complexos agroindustriais e dos investimentos financeiros intrínsecos a estes), alterando, portanto, as próprias cidades, que são integradas a este movimento homogêneo e modelador de cidades, culturas e técnicas em direção a somente um objetivo.

Como estamos analisando uma tríade de elementos que se apresentam enquanto totalidades que influem uma sobre a outra, suas lógicas, conformadas no modelo de desenvolvimento hegemônico atual, se cruzam, caracterizando um complexo de significações poderoso. Portanto, a lógica de acumulação e expansão do capitalismo, buscando sempre novos mercados e mercadorias, atua através da globalização transportando e disseminando, neste processo, por exemplo, a indústria cultural (IANNI, 1993, p.74), necessária para a homogeneização (social, econômica, cultural...) essencial para a aplicação adequada do modelo de desenvolvimento em questão. Como exemplos dessa homogeneização, pode-se considerar o inglês tomado como língua universal, e o sistema financeiro mundial baseado e representado em algumas das principais capitais do ocidente (Londres, Nova York, por exemplo), representando dois exemplos de poder e dominação ocidentais instaurados ao longo da história.

Porém, esta homogeneização não serve simplesmente para conformar e padronizar uma determinada realidade social; ela serve também para que os capitalistas, ao mesmo tempo em que padronizam, apropriem-se das potencialidades (um determinado “mercado” que ainda não foi descoberto, ou explorado, como a prática do turismo rural em determinadas regiões, por exemplo), riquezas (florestas repletas de espécies ainda não exploradas, ou ainda não conhecidas, que podem ser utilizadas pela indústria madeireira ou cosmética – como é o caso de determinadas regiões da Amazônia), e modos de vida próprios de uma determinada região, como uma determinada comunidade, como alguns agricultores tradicionais, camponeses, ou até mesmo quilombolas, que se mantiveram distantes em certo sentido do modo capitalista de exploração e de sua divisão do trabalho (que, na maioria destes casos,

aproveita para reduzir tais comunidades e indivíduos em mão de obra barata), por exemplo. Este “comportamento” representa o *modus operandi* da tríade aqui em questão que se manifesta reproduzindo relações neocoloniais de dominação, no qual a lógica da colônia-império/colonizador-colonizado se apresenta em práticas como as demonstradas anteriormente.

Fazendo um resumo, referindo-se ao ocidentalismo, e evidenciando este *modus operandi* anterior, Coronil (2005, p.56) afirma que este está organizado:

[...] como um conjunto de práticas representacionais que participam da produção de concepções do mundo que 1) dividem os componentes do mundo em unidades isoladas; 2) desagregam suas histórias de relações; 3) convertem a diferença em hierarquia; 4) naturalizam essas representações e 5) intervêm, ainda que de forma inconsciente, na reprodução das atuais relações assimétricas de poder.

Uma breve observação: é importante salientar que a ocidentalização, a modernidade e o capitalismo se apresentam enquanto *processos*, e não determinações trans-históricas, mostrando que a possibilidade de emancipação também se apresenta como tal e só poderá ocorrer dentro, e não fora, desse magma de processos e significações. Em Souza (1996) pode-se ver que é preciso levar em conta o fato de que o ocidente não é apenas responsável pelo negativo, trazendo, por exemplo, a concepção da razão (outro tipo que não a formal ou somente a identitária-conjuntista) como uma das condições para a emancipação.

Ianni (1993) nos mostra dois obstáculos, ou possibilidades de construção de alternativas, que podem ser vistos na expansão do processo de ocidentalização: os dominantes atuam diferentemente uns dos outros, abrindo espaços para atuação; e os indivíduos e sociedades mais ou menos inseridos na lógica deste processo continuam produzindo suas culturas, oferecendo novas formas originais de expressão e de vida.

Paralelamente a ocidentalização, outras formas de vida continuam

se afirmando, sobrevivendo e demonstrando a sua capacidade de diálogo com a lógica dominante – como as feiras da reforma agrária que acontecem no centro urbano do Rio de Janeiro que estão dando margem para a abertura de novas formas de consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos (contribuindo para o processo de ressignificação das relações sociedade-natureza e fazendo frente ao modelo do agronegócio homogeneizador), por exemplo – evidenciando, a tensão existente entre diferenciação e alteridade sociocultural, e a uniformização civilizatória (que no exemplo anterior, pode ser vista no modelo hegemônico da produção de alimentos) propagada pela ocidentalização através do movimento de globalização.

Ao longo desta “tensão” encontram-se, ao mesmo tempo, a alienação e a possibilidade de emancipação social, evidenciando como certas configurações socioespaciais são capazes de produzir ferramentas que podem ser recriadas e resignificadas pelas sociedades que mantêm uma capacidade de se contrapor a este processo (de novo, se utilizarmos o exemplo da produção de alimentos, pode-se ver que ao mesmo tempo em que o modelo hegemônico de desenvolvimento propaga o agronegócio como o único caminho possível, ele também incorpora, sob a lógica do capitalismo, a produção orgânica e agroecológica – dando um certo tipo de “voz” a estas – porém inserindo as mesmas dentro de uma esfera elitista, encarecendo os preços dos alimentos que são produzidos dentro desta lógica alternativa e, portanto, reduzindo o acesso das pessoas aos mesmos. Porém, esta incorporação abre espaço para que cada vez mais pessoas conheçam esta lógica alternativa de produção – considerando aqui, obviamente, que o movimento do capitalismo não é a única forma responsável pelo conhecimento de lógicas alternativas – e se questionem sobre o movimento contraditório capitalista que ao mesmo tempo propaga a lógica do agronegócio e a lógica das produções sustentáveis de alimento).

Existe, portanto, a possibilidade de manejar as influências

ocidentais através de um processo mais complexo do que a antropofagia, um processo de retroação e/ou, como afirma Escobar (2005, p.76) ao falar da situação da América Latina, um processo de “hibridização cultural” baseado-no-lugar, questões que iremos abordar mais a frente. A título de resumir esta posição, temos que,

O lugar – como a cultura local – pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade (ESCOBAR, 2005, p.76).

Neste ponto do texto, queremos conectar os movimentos discutidos neste primeiro momento (a tríade ocidente-capitalismo-modernidade) com as problemáticas mais próximas do contexto agrário que procuramos abordar. Para isto, acreditamos que o movimento de industrialização (mais diretamente a Revolução Verde), aliado ao desenvolvimento técnico hegemônico, e ancorada na tríade apresentada, seja esta interface ideal.

Temos, portanto, a esfera da etapa industrial/pós-industrial, que cresceu com uma promessa de mudanças significativas na esfera do trabalho, que ampliaria assim a capacidade de emancipação do homem, mas que não se manifestou enquanto tal, disseminando na verdade a antiga industrialização por diversos setores, especializando e fragmentando assim o conhecimento, que foi valorizado em sua dimensão majoritariamente técnica e científica (contribuindo para o fortalecimento do modelo de desenvolvimento capitalista aqui em investigação). Um pacote foi sendo, portanto, formatado em torno da especialização técnica e da industrialização, fazendo com que os países ditos subdesenvolvidos, ou “em vias de desenvolvimento” a depender da perspectiva econômica, aceitassem (através da imposição pelos mais “fortes”) esta fórmula mágica (que apareceu na forma do capital estrangeiro) e que teria como resultado o crescimento exponencial da riqueza – a aclamada solução para as suas condições enquanto subdesenvolvidos (economicamente falando) – mas não para o crescimento da dimensão humana e ética, como se pode ver atualmente.

Desta maneira, a industrialização se fez aliada à crise social, alterando as civilizações, seus modos de vida e de conhecimento; a indústria serve como “casa da cultura” (LATOUCHE, 1994, p.85), cultura esta “renegada” pelos ideais científico-econômicos dos dominantes, mas que justamente foi formatada para ser a base da sua dominação e da perpetuação das relações de poder neocoloniais. Pode-se desta forma, entrar na questão da técnica e de como a mesma contribui para a perpetuação desta dominação e das relações de poder inerentes a ela.

Inicialmente considerada como inerente ao progresso, e, portanto, vista como “benéfica” para quem a adota (sob a forma do progresso técnico), a técnica passou a ser vista como inerentemente boa como meio para o desenvolvimento. Porém, como nos aponta Castoriadis (1987), a mesma é passível de ser utilizada tanto para o bem quanto para o mal, dependendo intrinsecamente do sistema social vigente e estando ancorada ao fato de que, na maioria das vezes, estaria atrelada a uma camada pequena, mas dominante e elitista da sociedade. Este autor, portanto, nos coloca a seguinte questão: “O sistema tecnológico de uma sociedade não pode ser separado, idealmente ou realmente, daquilo que essa sociedade é” (CASTORIADIS, 1987, p.157). Portanto, o uso da técnica com valor positivo ou negativo – sendo que o seu aspecto negativo vem sendo amplamente tomado como o mais importante – começa a ser colocado em questão; ela (a técnica) vista como ilusão onipotente, está com suas raízes na concepção de poder, somado ao fato de que não é possível questionar o desenvolvimento heterônomo sem questionar o sistema tecnológico moderno dominante em determinada sociedade. Nesta conjuntura de dominação tocada pelo ocidente, a própria necessidade de dominação total é a força motriz do desenvolvimento tecnológico da modernidade que dentro deste período sempre foi considerado como capaz de ser aumentado e superado, apesar da ideia de limite ligada ao poder. Porém, ao mesmo tempo em que este modelo de desenvolvimento prega o aumento do poder/dominação através da tecnologia (em seus múltiplos alcances dimensionais), nos aponta Castoriadis (1987, p.158) que o seu uso

permanece com a possibilidade de se fazer diferente do objetivo para o qual foi pensado originalmente.

Para exemplificar as questões anteriores, podemos tomar como exemplo – novamente – a produção de alimentos. A revolução verde prometeu acabar com a fome (que hoje continuam assolando diversas regiões do planeta) no mundo através da aplicação de um pacote tecnológico que envolvia máquinas modernas de colheita e plantio (direcionadas, dentro deste pacote, para a monocultura) - e agrotóxicos para acelerar o desenvolvimento e a eficiência das espécies, por exemplo. Este pacote não alterou somente as tecnologias usadas para a produção, mas também a divisão social do trabalho nas regiões atingidas por essas tecnologias, modificando a interação do homem com a natureza e criando novas hierarquias de poder nas relações de trabalho. Além disso, começou-se a descobrir mais tarde que, por exemplo, os agrotóxicos usados nas plantas, aumentavam a eficiência somente até certo ponto, além de que muitos deles são prejudiciais à saúde do homem e do solo. Porém, vendo por outro lado, hoje se pode ver que muitas produções orgânicas e agroecológicas utilizam algumas dessas máquinas em conjunto com o trabalho humano (trabalho semi-mecanizado), ao mesmo tempo em que condenam o uso de agrotóxicos, se distanciando, portanto, do objetivo inicial do “pacote verde”.

Avançando sobre as questões anteriores, podemos evidenciar que o poder/dominação pressupõe a fragmentação/separação para o devido controle dos fatores e de seus efeitos, considerados apenas em um pequeno intervalo de tempo, ou seja, em curto prazo. Isto é muito fácil de observar quando analisamos, por exemplo, o conhecimento científico que, sob a “luz” da modernidade, se torna fracionado, dividido em áreas e em especializações que não se comunicam, tornando difícil, ou até mesmo impossível, o entendimento (principalmente a médio e longo prazo) de importantes questões, principalmente nas que tocam à questão ambiental (é só se lembrar do exemplo dado anteriormente). No entanto, na conjuntura atual, não é possível, de repente, deixar de lado a

razão incontrolável do capital e optar simplesmente pela razão crítica emancipatória. Porém, o conhecimento produzido

[...] pode nos ajudar em muito se ele nos tornar capazes de denunciar e destruir a ideologia racionalista, a ilusão da onipotência, a supremacia do "cálculo" econômico, o caráter absurdo e incoerente da organização "racional" da sociedade, a nova religião da "ciência", a ideia do desenvolvimento pelo desenvolvimento. Isso nós podemos fazer se não renunciarmos ao pensamento e à responsabilidade, se considerarmos a razão e a responsabilidade na perspectiva apropriada, se formos capazes de reconhecer nelas criações históricas do homem (CASTORIADIS, 1987, p.163).

Castoriadis nos chama a atenção para uma retomada da ética e da razão crítica por detrás do pensamento racionalista. Torna-se necessário retornar a estes pressupostos se se quer ressignificar o racionalismo vigente fechado em si mesmo (através da manutenção dos poderes e da dominação), e abrir espaço para a construção de novos significados de cidadania e autonomia a partir de uma racionalidade que é crítica de si mesma.

2.2. Construindo uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico buscando a ótica da complexidade

Em Souza (1996) vê-se a ideia de desenvolvimento, em termos gerais, legitimada por excelência na conjuntura cultural da modernidade no ocidente, como uma mudança/transformação, de valor positivo e social. A ideia de desenvolvimento majoritariamente aceita, ou o seu “mito” (mais precisamente falando), estaria, portanto, ligado ao projeto de modernização conectado ao capitalismo que começou a ser fomentando como ideologia no período do pós- segunda-guerra mundial; esta concepção seria enquadrada dentro da noção de *desenvolvimento capitalista* (termo já utilizado no presente texto), que privilegia, em detrimento de todas as outras, a dimensão econômica, dando suporte à lógica da acumulação, da competição e da propriedade privada e todas as suas contradições, sintetizadas na ideia do “fetiche do crescimento”. Dávalos (2010) nos aponta que o crescimento econômico e a modernização seriam os objetivos máximos de tal forma de

desenvolvimento que vem acompanhado de uma visão da razão como um princípio essencialmente produtivista (que busca fazer-se universal) e necessário para o domínio efetivo da natureza, ao mesmo tempo em que rompe diversas dimensões importantes da relação do homem com a mesma (natureza) através de práticas como a “*apropriação* da renda da terra” (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p.57). O desenvolvimento ligado a estes preceitos econômicos estaria, portanto: associado a um projeto finito e possível de ser aplicado universalmente a partir de regras também universais; ligado à ideologia neoliberal capitalista do livre-mercado, ancorada na propriedade privada e no individualismo; valorizando as hierarquias e escalas superiores em detrimento das inferiores (a escala do local, por exemplo, estaria desfavorecida); e seguindo o modelo, e a liderança, das grandes organizações econômicas e dos países ditos “desenvolvidos” associados a elas (RIHANI, 2005, p.56). Rihani mostra como as políticas amplamente divulgadas e adotadas pelos países tidos como líderes mundiais, sempre foram voltadas para o favorecimento da conjuntura de dominação econômica dos mesmos; a dimensão do econômico seria um fim em si mesmo.

Este modelo desenvolvimentista se mantém vivo hoje através de uma política reformista (manutenção de elementos e fatores padronizados, que não variam) geograficamente desigual, combinada, e contraditória, que também foi responsável pela criação e disseminação – ao longo da história e em meio a toda esta conjuntura problemática – do subdesenvolvimento (que foi sendo formatado em um discurso eufemístico), principalmente, em relação aos países do “sul”, criando um contexto em que duas dicotomias (norte e sul, ocidente e oriente) coexistem no mesmo universo imaginário e cultural hegemônico.

O crescimento, aliado ao consumo, se construiu em um imaginário no qual a sua limitação, estagnação e/ou diminuição em todo o mundo, são inconcebíveis. Mais do que isso, o crescimento seria um princípio norteador da prosperidade e da riqueza de um país, encobrindo o fato de que estes “parâmetros” são distribuídos desigualmente pelo espaço e na

sociedade; o desenvolvimento do dito “primeiro mundo” deveria se alastrar como salvação para o “terceiro mundo”, criando uma relação de dependência, na qual – ainda na atualidade – alguns dos países considerados como terceiro mundo “acreditam” nesta salvação, ou apenas estão de acordo com ela por conta de toda uma estrutura de investimentos e empréstimos que acabam por financiar e sustentar somente as elites.

Já está mais do que claro que este modelo de desenvolvimento se construiu a partir de um princípio completamente antiecológico, aumentando os impactos ambientais em grande escala e proporção através de interferências advindas de certos processos como a industrialização e a urbanização. Uma preocupação maquiada, superficial, e quantificada, em relação aos índices de qualidade de vida foi sendo criada, índices estes que passavam por cima da questão ambiental, reduzindo-a a meros fatores de custos e rendimentos, criando, por exemplo como nos aponta Castoriadis (1987), uma política empresarial das externalidades. Dentro deste movimento, até o próprio ideal de sustentabilidade se mostra confuso e contraditório: sustentar o que? Uma “nacionalidade econômica” como evidencia Latouche (1994)?

Souza (1997) coloca uma forte e embasada crítica sobre as concepções de desenvolvimento reforçadas a partir do período pós-segunda guerra: a “monodimensionalidade” – vista, por exemplo, no conceito de desenvolvimento de característica econômica; a “separação simplista entre endógeno e exógeno” exemplificada na forma heterônoma de se enxergar o subdesenvolvimento; a monoescalaridade, ou uma multiescalaridade muito superficial, usada na análise dos fenômenos sociais; a subestimação e má utilização do *espaço* e a separação deste das relações sociais, sendo apenas utilizado de forma superficial em concepções como a do desenvolvimento sustentável ou do desenvolvimento urbano; e por final o “caráter fechado, absolutizante, etnocêntrico e teleológico” presente nestas teorias, demonstrando um processo etapista, simplificado e trans-histórico (SOUZA, 1997, p.48-51).

Compartilhando a visão de Castoriadis (1987) de que um conjunto de “significações imaginárias” é capaz de determinar um período (que de forma dialética também às criou e foi criado por elas) e suas especificidades, continuaremos o processo de clarificar e evidenciar determinadas significações que giram em torno da concepção de desenvolvimento (ou das múltiplas concepções deste termo). Porém, antes é preciso explicitar de forma sucinta as categorias “imaginário” e “lógica dos magmas” (magmática).

Meira (2010) e Losada (S/D) nos trazem desenvolvimentos sobre tais categorias que nos oferecem a possibilidade de explicitá-las aqui de forma sucinta, porém sem perder a profundidade do pensamento de Castoriadis. Por imaginário temos que esta categoria corresponde ao conjunto de significados desenvolvidos de maneira indeterminada ao longo do processo histórico-social, estando este conjunto conectado à criatividade, à imaginação e, portanto, aos aspectos psíquicos individuais - àquilo que ultrapassa a racionalidade - responsáveis por dar sentido ao conjunto de símbolos de determinada instituição social individual ou/e coletiva. Já a lógica dos magmas é a terceira dimensão (magmática) entre a ordem e a desordem responsável por abarcar as significações imaginárias produtoras de realidades abertas (que trabalham a partir da perspectiva da criação, da criatividade), ou seja: uma dimensão que pode capturar fluxos e indeterminações que não estão presentes na lógica conjuntista-identitária.

Dentro do panorama apresentado (levando em conta as categorias apresentadas), tanto o capitalismo, como determinadas formas alternativas de se contrapor a este sistema se inserem dentro deste mesmo imaginário do progresso através da perspectiva técnico-científica. Para Castoriadis estaríamos vivendo um período de conformismos e banalidades generalizados, nos quais a produção científica e artística aderiu ao “pensamento fraco” (CASTORIADIS, 1992, p.23), os movimentos políticos de contraposição se tornaram apáticos e raros, e a razão crítica foi posta de lado; tudo isto conformado em uma

“linguagem” - dita pós-moderna – mas que serve como perpetuação das estratégias de dominação para as elites permeada de “[...] meias verdades pervertidas em estratagemas de evasão” (CASTORIADIS, 1992, p.25). Somado a isto, o autor nos mostra o que ele chama de “significação imaginária social” ligada ao desenvolvimento moderno ocidental, a “[...] ideia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, *de fato*, o objetivo central da vida humana” (CASTORIADIS, 1987, p.149), acrescentando a isto a razão (quantificada) vista através da perspectiva do poder ilimitado. As seguintes palavras se mostram claras para apresentar a deturpação presente neste discurso: “O nível mais elevado de produção significa apenas um nível mais elevado de criação de necessidades que urge um nível mais elevado de satisfação” (GALBRAITH, 1987, p.130, apud IANNI, 1993, p.65).

Neste contexto, conhecimento, racionalidade e poder se tornam ideias-chave para a manutenção do processo de desenvolvimento sob um ideal de progresso/crescimento econômico ilimitado e indefinido. Não existem limites e/ou normas de regulação - as que existem são superficiais e acabam servindo apenas como recurso para a dominação em todas as esferas possíveis. Resumindo alguns tópicos evidenciados aqui, Castoriadis (1987) estabelece na presente época algumas significações imaginárias sociais importantes para o presente texto: a técnica como potência; o conhecimento científico visto como ilimitado e dominante; a racionalidade econômica; e o homem visto como ser econômico e, portanto, passível de ser manipulado através de uma razão quantificadora.

A concepção de imaginário radical – na qual as significações imaginárias assumem a linha de frente na base do pensamento organizado por Castoriadis – surge em um panorama no qual concepções do pensamento moderno não consideram a ideia de criação e singularidade, presentes estas no conceito do imaginário radical (que considera o processo constante de formação e transformação do ser).

Diferente disto, as concepções (paradigmas) “tradicionais” do pensamento moderno estão ancoradas nas questões relativas à identidade e à permanência (LOSADA, S/D, p.45). Dentro da perspectiva apresentada por Castoriadis, o imaginário passaria, portanto, para o centro do conhecimento, retirando o lugar reducionista e fragmentário da razão (sintetizados no paradigma da modernidade).

Dentro da perspectiva dominante, a ordem, a fragmentação e a razão são princípios que regem a ciência moderna. Esta seria ainda comandada pela “ontologia da determinação” (LOSADA, S/D, p.47) - ontologia esta já atrasada, pois foi a responsável pela constituição da razão em sua forma heterônoma. Dentro desta concepção a natureza existe apenas como destinada a ser explorada pelo homem, que estabelece sempre uma relação distante em relação ao seu objeto de estudo (perspectiva positivista) através de um processo que se constitui como um “procedimento empírico-racional” através de uma “lógica conjuntista-identitária” (LOSADA, S/D, p.47). Porém este paradigma da modernidade se encontra em queda livre, criando a possibilidade da construção de um novo, que seria a inversão do dominante – o tal “paradigma da simplificação” (SOUZA, 1997) – dentro de uma conjuntura social, e também científica, na qual parte dos indivíduos não enxergaria mais a separação entre os campos da ciência (naturais e sociais), possibilitando a construção de uma razão retroativa (aberta) que retoma a perspectiva crítica em relação a si mesma buscando a evolução em espiral dos seus métodos e teorias gerais, levando em conta o ser humano a partir de sua perspectiva criadora.

A ordem (as normas, leis, etc.) pregada pela modernidade não abre espaço para a esfera do imaginário (criação). Porém a lógica conjuntista- identitária (determinação/coerência/absoluto/universal) não deve ser posta de lado, e sim pensada junto com o mundo das significações (indeterminação/criação/magma/regional). É necessário salientar que a indeterminação, no sentido colocado, não é arbitrária e sim que:

“[...] a criação é posição de novas determinações, de novas formas, de novos *eidos*, isto é, de novos possíveis e impossíveis, definidos a partir do momento em que a forma é colocada” (LOSADA, S/D, p.49)

Desta maneira se cria uma lógica paradoxal e circular no qual a criação pressupõe a criação, fazendo com que se possa escapar da verdade absoluta presente na, e procurada pela, lógica formal, sintetizando as questões trabalhadas por Losada.

Partindo desta ideia paradoxal e da circularidade da criação, uma nova maneira de pensar as ciências naturais e sociais pode ser construída. Castoriadis propõe a concepção de pensamento em espiral, um estilo de pensar junto, e não unicamente; seria uma nova maneira de organizar o conhecimento de uma forma não estancada. O imaginário radical, dentro de um contexto de devir e complexidade, permitiria assim a (re)análise das ciências de maneira paralela, coincidente, no qual os diferentes estratos do conhecimento (suas regionalidades) podem ser pensados de forma conjunta, respeitando os dois momentos principais (o momento da lógica conjuntista- identitária, e o da lógica dos magmas).

Não se deve cair no beco sem saída da especialização e do fechamento do saber fragmentado ou dos dogmas da concepção de saber total e absoluto, apesar destes serem os paradigmas dominantes, porém responsáveis pela crise do modelo civilizatório hegemônico. Neste sentido, Morin (1999) sugere ainda que o nível da hiperespecialização atrapalha, senão interrompe o processo de contextualização e globalização da informação, processos inerentes à psicologia cognitiva do ser humano. Castoriadis, portanto, propõe uma reforma do pensamento através do “processo aberto de elucidação interrogativa” (LOSADA, S/D, p.57).

A crítica da razão feita por este autor poder-se-ia resumir da seguinte maneira: ela (a razão) é necessária, porém insuficiente; deve estar referida à dimensão imaginária. Não se trataria, então, de uma volta ao irracionalismo, mas de colocar a razão no seu lugar. Isto porque aritmética (razão) e mito (imaginação) são diferentes, porém inseparáveis (LOSADA, s/d, p.58).

A razão deve ser vista apenas como uma das muitas esferas do

pensamento, e não como a entidade dominante; “Não existe um fundamento certo para o conhecimento” (LOSADA, S/D, p.59). A razão, portanto, deve ser tratada de maneira aberta (como já explicitado), através do diálogo e não do absoluto, considerando o pensamento tradicional, porém mantendo a capacidade de ultrapassá-lo para depois retornar a este de forma diferente. Morin (1999) coloca a ideia de retroação como central para o pensamento em espiral, colocando a razão em um processo aberto. A ideia de retroação pode ser entendida no seguinte exemplo: “a cultura é uma emergência social que retroage sobre os indivíduos, lhes dá a linguagem e o saber, e, por isso, os transforma” (MORIN, 1999, p.28) somado ao fato que a cultura também é criada por esses mesmos indivíduos. O ponto chave crucial de Morin é a concepção da ideia de “dialógica certeza-incerteza, separação-inseparabilidade” (MORIN, 1999, p.30), pela qual circula o conhecimento; neste processo deve ser formado um diálogo entre a fragmentação e a unidade, entre o simples e o complexo.

Dito de outro modo, o nível paradigmático é o núcleo forte que comanda todos os pensamentos, todas as idéias, todos os conhecimentos que se produzem sob o seu império. E, de alguma forma, o paradigma dominante até hoje, que começa a ficar um pouco combalido, era um paradigma de disjunção e de redução. Queremos conhecer separando, ou desunindo, a ciência, a filosofia, a cultura literária, a cultura científica, as disciplinas, a vida, a matéria, o homem, etc. Desunimos, separamos o inseparável, sem lembrar que o homem tem um espírito, mas este espírito está ligado ao cérebro: tudo está relacionado (MORIN, 1999, p.33).

É necessário, nos diz Morin, operar a partir da concepção de diferença; o pensamento complexo é capaz de fazer isto através da união, do pensar conjuntamente, contextualizando sempre o conhecimento e a produção técnica, nos reeducando a partir do pensamento complexo, retroativo, “aberto”, circular e em espiral.

Souza (1997, p.54-55) coloca que as ciências sociais, ao contrário do que se pensa, já tinham iniciado o desenvolvimento de algumas concepções que tocam a noção de complexidade, (mesmo que esse desenvolvimento não tenha sido de acordo com os pressupostos esperados pela ciência da época, vide a aplicação majoritária da noção

de quantificação em relação aos fenômenos socio-históricos, que produziria essencialmente, na opinião do autor, reducionismos); estas concepções seriam mais tarde creditadas principalmente a área das ciências naturais. Faz-se necessário, portanto - como já dito – o diálogo entre as duas áreas, respeitando a busca da “singularidade do social”, através do enfrentamento de ideias (SOUZA, 1997, p.56). Souza então traz três conjuntos de ideias-chave que circulam sobre o paradigma da complexidade e que contribuem para a construção teórica do desenvolvimento socio-espacial (a ser abordado diretamente mais a frente): a teoria do caos; a dialética ordem-desordem; e a sinérgica. Pretende-se fazer aqui um breve resumo das principais contribuições de cada um destes temas para o presente objetivo deste subitem.

Analizando a Teoria do Caos, três coisas se fazem relevantes na digressão de Souza: as “flutuações” e o acaso; e a crítica à noção de sistema amplamente utilizada na atual conjuntura socio-histórica. A ideia de flutuação está ligada à de perturbação e à teoria do efeito borboleta, a qual prega que mínimas perturbações/flutuações dentro de um determinado sistema podem ser aumentadas e causar alterações drásticas neste por conta do comportamento caótico de certos fatores ligados aos sistemas dinâmicos. Essas flutuações demonstram a imprevisibilidade, ou o fator do acaso, ligado principalmente aos “sistemas” sociais (mais fluidos e incertos), nos quais, vindo desta maneira, um determinado conjunto de sujeitos ou fatores podem se aglomerar e iniciar uma alteração qualitativa. Já falando da crítica à noção de sistema, Souza enfatiza que “[...] a realidade social não é plenamente redutível a um sistema” (SOUZA, 1997, p.62). A própria concepção de contradição não se mostra efetiva junto à ideia de sistema e de equilíbrio (SOUZA, 1997, p.60-61). Dentro da noção de sistema não cabe o “mundo da vida” (SOUZA, 1997, p.62), no qual as subjetividades dos sujeitos e toda a complexidade ligada a eles se fazem presentes em toda a indeterminação dos fenômenos sociais.

A noção de sistema, portanto, estaria ligada a uma ideia de

organização na qual os fatores, efeitos, e consequências, podem ser vistos e previstos, reforçando assim a ideia de um desenvolvimento etapista, “pré-determinado”, que prega o ideal da estabilidade do que está vigente. O que então se pode tirar de positivo destas críticas? O principal é que o desenvolvimento deve ser visto de forma “aberta” e, portanto, passível de ser construído a partir da relação dialógica entre as determinações e as indeterminações, compreendendo e assumindo a imprevisibilidade dos fenômenos sociais e modificando a visão de certas tomadas de decisão e atitudes em diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais...), consideradas como determinações, em direção a noção de flutuação, incorporando, portanto, os devires como multidimensionais na construção do(s) conceito(s) de desenvolvimento.

A segunda ideia-chave seria a dialética ordem-desordem que gira em torno da “[...] *compreensão da criação de ‘desordem’ a partir de uma ‘ordem’ que é pretensamente encarnação do progresso universal, assim como do surgimento de novas ‘ordens’ a partir da ‘desordem’*” (SOUZA, 1997, p.66). Esta dialética ainda abarcaria duas questões relevantes dentro do estudo do desenvolvimento: a escala de análise dos fenômenos (urbano, rural, local, território...) e a necessidade em considera-los dentro de um panorama multiescalar – que será definido pela problemática; e a subjetividade envolvida na percepção de cada sujeito em relação ao que seria “ordem e desordem”, devendo este fator ser levado em consideração dentro da construção do desenvolvimento principalmente por conta da multiplicidade de conjunturas socio-espaciais vividas pelos diferentes sujeitos dentro de um território como o Brasil, por exemplo. Poderia se considerar, portanto, dentro dessa lógica, o sistema capitalista como um paradigma ordenador – e criador de desordem – multidimensional e transescalar, visto dentro da tríade ocidente, capitalismo e modernidade, detentor de uma lógica fragmentadora, centralizadora e concentradora; enquanto que as apropriações sociais e culturais de determinadas localidades e populações, criando novas relações sociais (como, por exemplo, as cooperativas, ou as associações de agricultura familiar), podem ser

vistas como novas formas organizacionais de diálogo com esta ordem heterônoma (ou conjuntura desordenada, a depender do ponto de vista) que podem ou não estar submissas, mas que também podem iniciar um processo de abertura retroativa de novas ordens, novas hierarquias de poder e assim por diante (é importante não endeusar este movimento em torno de um valor positivo – progressista – e sim analisar que tanto novas organizações sociais benéficas, quanto maléficas podem ser originadas da desordem).

A terceira e última ideia-chave apontada por Souza é a Sinérgica. Esta concepção sugere que diferentes tipos de processos e fatores ocorrem ao mesmo tempo, porém com diferentes temporalidades, de forma paralela, que são capazes de, ao se encontrarem em momentos eventuais, causarem perturbações e fenômenos na esfera do macro, Souza (1997, p.76). Desta forma uma multiplicidade de fatores, escalas, temporalidades, dimensões, determinações e indeterminações, devem ser levantadas e consideradas ao se analisar uma problemática específica. Em Souza (1997) a questão da sinérgica ainda levanta duas questões: a auto-organização; e a auto- instituição. De forma breve, a primeira estaria mais associada ao campo das ciências naturais, conectada à lógica do conceito de sistema e a uma perspectiva identitária-conjuntista e, portanto, com uma visão de complexidade ainda um tanto reducionista (da previsão e da simulação), particularmente se considerarmos a dimensão subjetiva – ou relativa ao imaginário radical – já abordada no presente texto, e a transposição de tal conceito para o campo das ciências sociais.

Já o conceito de auto-instituição, advindo de Castoriadis, abarcaria a dimensão do social em seu lado mais complexo através da incorporação à análise dos magmas de significações presentes no imaginário social, demonstrando assim que o conceito de complexidade varia a depender do campo (social ou natural) que analisa a problemática (no caso o desenvolvimento), e que é, portanto, necessário uma flexibilização teórica que nem considere somente o caráter

identitário-conjuntista – que é a base de contato para se ter um diálogo entre ciências naturais e sociais (SOUZA, 1997, p.78) – presente na ideia de auto-organização, mas que também não diminua a dimensão social e a subjetividade do sujeito presentes no conceito de auto-instituição. Souza (1997, p.73-74) também nos alerta para o fato de que as ciências naturais contribuíram mais para a discussão entre ordem e desordem, por exemplo, servindo de inspiração para o campo das ciências sociais que devem, portanto, ter cuidado na transposição deste conhecimento, pois os referenciais dos dois campos não são os mesmos, sendo, na sua visão, o campo social dotado de uma subjetividade que escapa ao natural.

Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento pode ser visto como afirma Rihani (2005), como um processo passível de sofrer adaptações ao longo de sua evolução, construído através da noção de complexidade. Este autor aponta para a questão de que as nações que se conduzem dentro da lógica apresentada, sob a qual podem surgir – espontaneamente – estruturas auto-organizadas (e/ou auto-instituídas?) a partir de significativas interações locais entre indivíduos e grupos, podem fazer com que a dependência do “externo” (outras nações, grupos hegemônicos...) seja reduzida em prol da construção de uma organização “interna” sem interferências substanciais (RIHANI, 2005, p.55). É necessário pontuar, como já foi evidenciado aqui, que a ideia de auto-organização deve ser usada com cautela por conta de seus referenciais ligados às ciências naturais, que podem – ao serem transpostos para a escala dos fenômenos sociais – causar mais reducionismo; porém, tomando os devidos cuidados, desta forma o desenvolvimento aparece como um processo aberto, sem previsões ou simulações. Uma consideração de Rihani que se assemelha ao ponto trazido por Souza – ao apontar a sinérgica como ideia-chave para enxergar o desenvolvimento sob o viés da complexidade – é olhar para o desenvolvimento das nações como diferentes entre si, seguindo temporalidades específicas a cada uma delas e, portanto, caminhos que se diferenciam por conta da multiplicidade distinta de fenômenos,

escalas e dimensões que se apresentam em cada nação. Rihani também evidencia o desenvolvimento, através da complexidade, como tendo processos cíclicos de adaptação, sobrevivência, e aprendizado, que, na sua opinião, devem partir de dentro do próprio país (RIHANI, 2005, p.55).

Rihani também compartilha da opinião de que o desenvolvimento em termos humanos é muito mais do que o crescimento/progresso econômico e, portanto, não pode ser reduzido a tal deixando de considerar outras dimensões das sociedades. A economia retirou o lado humano do papel principal e transformou o ser humano em *homo economicus*, colocando o mercado como uma “[...] personificação da racionalidade humana e da felicidade” (CORONIL, 2005, p.65).

2.3. Investigando e compreendo outros modelos de relação sociedade-natureza

Já vimos que o desenvolvimento heterônomo se organiza em torno da tríade capitalismo, modernidade e ocidente, oferecendo todo um pacote tecnológico-científico, econômico e cultural. Os valores econômicos e racionais se instituíram como centro dominante dentro da cultura propagada pelo desenvolvimento capitalista, retirando o valor humano, e a sua subjetividade, do centro das teorias. É aí que se encontra a chave da questão: retomar a cultura (ou as culturas) para o centro das teorias desenvolvimentistas. Junto à cultura, vem, no sentido sendo desenvolvido neste texto, as relações sociedade-natureza. Relações estas que se recriam, refazem-se, e possibilitam um novo olhar para o desenvolvimento, para a sociedade, a natureza, e o conhecimento.

Ao longo das idades, povos indígenas têm desenvolvido inúmeras tecnologias e artes. Criaram meios de cultivar desertos sem irrigação e produzir a abundância em florestas, sem destruir o delicado equilíbrio que preserva o ecossistema; aprenderam a navegar vastas distâncias no Pacífico, usando o seu conhecimento das correntes e percebendo a intermitência das vagas que arrebatam nas ilhas distantes; exploram as propriedades medicinais das plantas; e adquiriram o entendimento da ecologia básica da flora e fauna. Muito desta competência e sabedoria já desapareceu

e, se negligenciada, a maioria do que resta poderia perder-se na próxima geração (IANNI, 1993, p.62).

É possível entender a partir das palavras de Ianni (1993) que o movimento de expansão do capitalismo se evidencia como um “holocausto cultural”, sustentando por um ideal de civilização mundial sem particularidades nem singularidades diversas. Nesta perspectiva, como já evidenciado, somente a ciência vinculada ao ocidente assume o status de “conhecimento legítimo”, fazendo com que uma série de outros conhecimentos ligados aos povos tradicionais, como os indígenas e a sua cultura sejam perdidos ao longo da história, saberes estes que se mostram essenciais na atualidade para a reconstrução de um desenvolvimento que respeite a natureza da natureza, colocando o homem, e sua pluralidade sociocultural, no centro das teorias (esta perspectiva ainda não está perdida, com parte dos teóricos começando a enxergar a necessidade de uma transformação estrutural). A ciência, apesar de carregar consigo a possibilidade de emancipação e, ao mesmo tempo, a capacidade de conformação dos sujeitos (alienação), se mostra majoritariamente aliada ao desenvolvimento econômico capitalista – e aos seus ideais técnicos, racionais, e produtivistas – se tornando, portanto, um dos principais motores de dominação sociocultural, visto toda a conjuntura criada pela dita revolução verde e seus ideais.

A superioridade europeia se deve mais à eficácia de um modo de organização que mobiliza todas as técnicas para realizar seu objetivo de dominação, da disciplina militar à propaganda, do que às próprias técnicas (LATOUCHE, 1994, p.27).

“As sociedades que não adotaram a forma nacional-estatal não têm existência jurídica; existem para ser descobertas, conquistadas e civilizadas” (LATOUCHE, 1994, p.94). Esta citação expõe a principal problemática das populações tradicionais existentes hoje, refletindo exatamente nos seus respectivos sistemas agroalimentares. Ribeirinhos, camponeses, indígenas e quilombolas, e suas organizações civilizatórias particulares e singulares, tentam negociar com a esfera heterônoma dentro de uma conjuntura de dominação extremamente violenta (principalmente no Brasil), tanto simbolicamente quanto fisicamente –

“um novo tipo de fascismo social” (ESCOBAR, 2005, p.28). Suas identidades culturais, e consequentemente suas relações sociais e seus espaços de atuação, ficam em risco dentro de um desenvolvimento que não as enxerga ou, melhor dizendo, que finge que não as vê, observando somente mais alguns números numa equação. Faz-se necessário, portanto, evidenciar e caminhar para a reconstrução de relações sociedade-natureza que façam dialogar o tempo técnico-social do homem e a sua própria temporalidade natural e biológica, com a dimensão espaço-temporal da natureza, de forma retroativa e integrada, que faça com que a técnica seja organizada baseando-se nos conhecimentos e relações que se evidenciarão neste diálogo (agroecológico?). Um diálogo que integre o homem à natureza, respeitando os processos específicos e singulares de cada um.

No panorama latino-americano os estudos pós/de-coloniais e pós-desenvolvimentistas se fazem necessários principalmente por conta da manutenção, nos países pertencentes a esta região, das relações coloniais (neocolonialidade) e do imperialismo, como Coronil (2005) nos evidencia. Analisando as relações entre natureza e ocidentalismo, capitalismo e colonialismo, o autor nos mostra que colocar a terra (natureza) dentro da relação dialética entre capital e trabalho evidencia a interação e transformação do homem para com o meio natural com o objetivo da produção de riqueza, ampliando o horizonte de análise da natureza não apenas como fator de produção, formando assim uma conjuntura na qual “a exploração social é inseparável da exploração natural” (CORONIL, 2005, p.57). Desta forma uma nova tríade de análise se constrói aglomerando o capital, o trabalho, e a terra, evidenciando que ao mesmo tempo em que o trabalho sofre uma divisão internacional, a natureza também passa pelo mesmo processo. Assim, tal tríade demonstra a capacidade de colocar outras perspectivas sobre como as relações colonizador-colonizado foram construídas.

A natureza, desta forma, teria um papel essencial na formação do capitalismo (e das relações coloniais), principalmente a partir da lógica

da acumulação primitiva e da dominação dos recursos naturais; mão de obra barata e riqueza natural se tornam parâmetros essenciais do ponto de vista das empresas transnacionais, que detêm poder sobre tecnologias avançadas que visam a maior eficiência na transformação da natureza em mercadoria e na pesquisa e desenvolvimento a partir de elementos naturais que serão incorporados à lógica mercadológica do sistema, como as novas sementes híbridas feitas a partir de manipulação genética. Constrói-se assim a “tecnonatureza” (ESCOBAR, 1997, apud CORONIL, 2005, p.60), capaz de apagar as barreiras entre o meio natural e o meio cultural, dilatando a resignificação da natureza a partir da lógica de mercado. Não só a tecnonatureza acaba com essas barreiras, de forma negativa, mas também o agronegócio, o turismo rural ou baseado no meio natural (quando aplicado sem as devidas considerações e cuidados), e os empreendimentos modernos no meio natural servem como exemplo.

Parâmetros que visam à quantificação em termos econômicos são então criados, como o “capital natural” e os “recursos humanos”, que emergem como representações de riqueza em relação ao desenvolvimento das nações, sendo organizadas em um modelo amplamente difundido pelas organizações financeiras mundiais, como o Banco Mundial, que querem pensar a natureza e o homem através da ideia de *portfolio* (CORONIL, 2005, p.61). Tudo isso se traduz em uma conjuntura na qual tais relações entre o homem e a natureza são organizadas visando à definição de objetivos para o desenvolvimento que tem como base o gerenciamento deste *portfolio* de relações e recursos. Somado a isto está a financeirização da economia, que fragmenta, homogeneíza, e torna a natureza abstrata, conformada em um processo de “transmaterialização da riqueza” (CORONIL, 2005, p.62), que pode ser visto no mercado de *commodities* ligadas ao agronegócio, por exemplo.

Dentro deste contexto de globalização neoliberal, no qual se manifesta o processo de financeirização, e do globocentrismo como

umas das novas maneiras de expressão do ocidentalismo, como nos explicita – novamente – Coronil (2005), se faz necessário pensar não só na relação que o local estabelece com o global, mas também na perspectiva na qual o global está ancorado no local – “localização do global” e a “globalização do local” (ESCOBAR, 2005, p.77), o que pode demonstrar também – enxergando sob outra perspectiva – um processo de criação e reconstrução original das identidades coletivas sob um viés de contestação e contraposição à ordem heterônoma. Dentro disso

Com sorte, o esforço de dar sentido à relação entre o que, por falta de melhor expressão, chamamos de a dialética entre localização e globalização no contexto de condições de conhecimento e produção globalizadas, ao descentralizar as epistemologias do Ocidente e ao reconhecer outras alternativas de vida, produzirá não só imagens mais complexas do mundo, mas também modos de conhecimento que permitam uma melhor compreensão e representação da própria vida (CORONIL, 2005, p.65).

Estes “modos de conhecimento” passam pelo desmonte contínuo do discurso universalista do modelo civilizatório capitalista guiado pelos ideais do neoliberalismo, através da “[...] resistência local de grupos de base às formas dominantes de intervenção” o que pode gerar a possibilidade da “[...] desconstrução do desenvolvimento” (ESCOBAR, 1995, apud LANDER, 2005, p.18) discurso este ancorado dentro das ciências sociais, responsáveis por cientificizar a sociedade liberal, como nos escreve Lander (2005).

[...] é possível afirmar que, em todo o mundo ex-colonial, as ciências sociais serviram mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica universal (*normal*) da experiência européia (ferramentas neste sentido de identificação de carências e deficiências que *têm* de ser superadas), que para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais (LANDER, 2005, p.14).

Este autor também nos mostra como as relações de poder se encontram entranhadas dentro dos diversos campos do conhecimento, principalmente se considerarmos as relações neocoloniais e imperiais. Lander evidencia que o conhecimento ocidental foi, e é construído com base em múltiplas separações da realidade, começando na religiosidade (a separação entre Deus, homem, e natureza), e passando pela fissura

entre o corpo e a mente (a razão objetiva-formal e o mundo visto sem subjetividade – características, já faladas aqui, da modernidade enquanto cultura que cria o mundo dos especialistas, e o mundo “normal”).

O conhecimento eurocêntrico, e suas categorias, se estabelecem como universais, as únicas formas possíveis do saber, que deve ser espalhado pelo restante do planeta. Somado a isto foi criado um conjunto de direitos jurídico-burocráticos, sedimentados em seu principal representante – a propriedade privada – com o objetivo de regular o espaço, negando assim este conjunto de direitos a sociedades que não se enquadram na lógica estabelecida, como os indígenas e quilombolas, por exemplo, ou outras comunidades tradicionais (LANDER, 2005, p.10). Organiza-se, portanto, um metarrelato no qual os tópicos anteriores se aglomeram e se expandem através das relações de poder imperialistas e neocoloniais que colocam o “outro” como primitivo e atrasado.

Um breve parêntesis: quando falamos em tradicional, principalmente em relação às sociedades ou povos tradicionais, estamos nos referindo a um sentido de tradicional não como atrasado ou estando a um passo anterior – em direção – às sociedades modernas, e sim sociedades e povos que ainda conseguem manter suas próprias cosmovisões e singularidades. Porém também é importante não romantizar ou mistificar o tradicional, uma determinada visão de rural idílico, o local, e/ou a dimensão do regional, pois essas também têm suas contradições e problemáticas internas, e muitas vezes podem apenas permanecer como utopia teórica. O local, muitas vezes, se apresenta como ponto focal de sedimentação da lógica, e do imaginário global dominante, ficando, em determinados casos como, por exemplo, no dos espaços rurais dominados pela lógica do agronegócio, sem sofrer grandes resistências ou transformações em direção a outro caminho alternativo, visto o tamanho da dominação simbólica e material que tais práticas exercem sobre tais espaços. Agora, é importante evidenciar que certas práticas locais relacionadas às comunidades tradicionais (aqui em questão) baseadas neste espaço demonstraram uma preocupação maior

em satisfazer valores e necessidades que não são simplesmente materiais, abrindo, portanto, espaço para perspectivas de desenvolvimento que não estejam ligadas somente aos aspectos materiais de uma sociedade como Escobar (2005) se propõe a investigar, abrindo espaço também para a investigação de outras relações sociedade-natureza e, portanto, de outras organizações espaciais.

Faz-se importante, portanto – dentro do contexto apresentado de investigação de outras relações sociedade-natureza espacializadas – considerarmos a relação entre espaço, lugar, e natureza:

[O espaço] é tanto o produto como a própria condição de possibilidade das relações sociais. Como uma relação social, o espaço é também uma relação natural, uma relação entre sociedade e natureza através da qual a sociedade ao mesmo tempo em que produz a si mesma transforma a natureza e dela se apropria (LANDER, 2005, p.19, apud Coronil, 1997, p.28).

Neste sentido, ao inserir a natureza nessa relação com o espaço, continuando o pensamento de Coronil apresentado anteriormente sobre a relação entre a terra (natureza), o capital e o trabalho – e, conseqüentemente, também com o lugar, Escobar (2005) – abrem-se as dimensões do político, o Estado-nação, e a sua presença e atuação em determinado território, e a atuação de agentes como os latifundiários e empresas transnacionais ligadas ao agronegócio, por exemplo. Sendo assim, fica claro que a exclusão de certas dimensões importantes do espaço (talvez as mais importantes, como a dimensão cultural e a dimensão da natureza) na perspectiva desenvolvimentista heterônoma, visa à retirada, ou encobrimento, da própria natureza e da noção de territorialidade, em um panorama multidimensional.

Ao fazer-se a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade moderna, que posteriormente se expande às regiões “atrasadas”. Nesta construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva destas experiências históricas. Estão ausentes as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu. Desaparece assim do campo de visão a presença do mundo periférico e

de seus recursos na constituição do capitalismo, com o qual se reafirma a idéia da Europa como único sujeito histórico (LANDER, 2005, p.19).

A noção de pós-desenvolvimento que carrega consigo a valorização das culturas tradicionais, aliada a redução na especialização do conhecimento, dando espaço para a criação de realidades humanas e ecológicas que viriam de lugares como as lutas dos movimentos sociais (ESCOBAR, 2005, p.20), também se faz importante se se quer pensar na reconstrução das relações sociedade-natureza. Neste sentido, as populações que, na visão heterônoma, deveriam ser *objetos* do desenvolvimento, têm a possibilidade de se tornarem agentes e sujeitos de um novo processo aberto de construção de suas realidades. Escobar evidencia que, se tratando da Ásia, África, e da América Latina – principalmente por serem estes contextos nos quais existem e sobrevivem muitos grupos étnicos diferentes, foi criada uma “[...] ecologia política alternativa baseada nas noções de sustentabilidade, autonomia, diversidade e economias alternativas que não se conformam com o discurso dominante do desenvolvimento” (ESCOBAR, 2005, p.22).

Entraremos agora mais profundamente na questão do lugar, da dialética local-global, e dos saberes e comunidades que estão conectados a este espaço, através da análise e do levantamento das questões trazidas por Escobar (2005) que julgamos imprescindíveis para o desenvolvimento do presente texto. O autor nos mostra que o lugar (e a sua reafirmação), deixado de lado pela modernidade – e pelas teorias desenvolvimentistas ligadas a ela – é essencial para se observar novas perspectivas em relação à cultura, à natureza e ao conhecimento.

Novas concepções de natureza que tem o lugar como base principal surgem ao mudarmos a perspectiva de análise. Estes modelos trazem consigo um novo emaranhado de racionalidades e práticas capazes de delimitar realidades e organizações alternativas, principalmente se esses modelos estiverem baseados no lugar, que evoca o sentimento de pertencimento e, portanto, concepções diferenciadas de localidade. A cultura se faz essencial neste espaço,

principalmente se considerarmos as relações entre identidade, poder, e o próprio lugar (ESCOBAR, 2005, p.70). Neste sentido, não é a toa que a modernidade e o ocidente fizeram questão de exercer um “domínio do espaço sobre o lugar” (ibid., p.70) acabando com a possibilidade de se perceber e considerar particularidades e singularidades de práticas e populações – somadas as suas concepções de natureza – baseadas no lugar e na região⁷. Acredita-se aqui na posição defendida por Escobar de que “[...] o lugar e o conhecimento baseado no lugar, continuam sendo essenciais para abordar a globalização, o pós-desenvolvimento e a sustentabilidade ecológica, de formas social e politicamente efetivas” (2005, p.71). Também é importante salientar que o processo de caracterização das concepções de natureza baseadas no lugar – espaço do vivido no sentido lefebvriano – ainda não se organizaram em torno de uma perspectiva unificada, apesar de terem pontos em comum (ESCOBAR, 2005, p.72), como nos mostra a problemática dos quilombolas, indígenas, e ribeirinhos em relação à demarcação de terras, e a problemática relacionada à reforma agrária, por exemplo.

Escobar demonstra algo muito importante: o fato de que em alguns contextos, principalmente os não ocidentais, não existe uma separação definitiva entre as esferas dos mundos humano, biofísico, e supranatural; pelo contrário, se estabelece uma relação integrada entre estas três dimensões, através da construção de um conjunto cultural de significações imaginárias que se difere do conjunto ocidental heterônimo. Natureza e cultura, portanto, são consideradas de uma maneira complementar na qual seus mundos estariam integrados, demonstrando também, nesta perspectiva, que as relações sociais e outras formas de interação socioeconômica não remetem somente ao ser humano, mas também aos elementos pertencentes às três esferas anteriormente citadas. Sendo assim,

⁷ Conforme Haesbaert (2014, p.14) conceito relacionado à “[...] diferenciação/des-articulação (analítica e/ou prática) do Espaço Geográfico (com destaque para as desigualdades econômicas)” aparecendo, ao mesmo tempo, como categoria de análise e da prática relativa à um “[...] nível mais amplo do que os conceitos como território e lugar” (HAESBAERT, 2014, p.19).

Um modelo local da natureza pode mostrar traços como os seguintes que podem ou não corresponder aos parâmetros da natureza moderna, ou só o fazer parcialmente: categorizações do ser humano, entidades sociais e biológicas [...]; cenários de limites [...]; uma classificação sistemática dos animais, plantas e espíritos; etc. Também pode conter mecanismos para manter a boa ordem e balanceamento dos circuitos biofísico, humano e supranatural; ou pontos de vista circulares do tempo e da vida biológica e social, no final das contas validada pela Providência, os deuses ou deusas; ou uma teoria de como todos os seres no universo são “criados” ou “nutridos” com princípios similares, já que em muitas culturas não modernas, o universo inteiro é concebido como um ser vivente no qual não há uma separação estrita entre humanos e natureza, indivíduo e comunidade, comunidade e deuses (ESCOBAR, 2005, p.72).

Desta forma os modelos locais da natureza, que podem ser vistos (alguns deles) dentro de uma conjuntura de ação, práticas e ideias não-capitalistas, podem servir de base para que se entenda melhor as possíveis integrações entre as áreas do conhecimento antes tomadas como opostas e não integráveis (os campos da ciência natural e social), além do fato de evidenciarem relações sociedade-natureza alternativas, contribuindo também para entender como tais conhecimentos e modelos de natureza são organizados dentro da própria perspectiva ecológica relacionada à agricultura de tais povos, criando a possibilidade de se formatar um modelo de agroecologia que comporte tais conhecimentos.

Nesta perspectiva o conhecimento local estaria enquadrado como – e orientado para – um conjunto de práticas situadas e desenvolvidas historicamente em interação com a natureza, podendo, em alguns casos, não falar só de interação, mas sim de integração (como no caso indígena ou quilombola). Tudo isto por conta de que “efetivamente, os modelos locais são, ‘experiências de vida’; desenvolvem-se através do uso na imbricação das práticas locais, com processos e conversações mais amplos” (GUDEMAN; RIVERA, 1990, p.14, apud ESCOBAR, 2005, p.73).

Apesar disso, acredita-se aqui, seguindo os autores anteriores, que essas “experiências de vida” podem se conformar em um conjunto de concepções que servem para compreender o mundo e suas interações (uma ou mais cosmovisões). Pretende-se, ao considerar os

modelos locais, ultrapassar as hierarquizações e fragmentações tão comuns à lógica identitária-conjuntista e à razão formal, contribuindo na verdade para o direcionamento à noção de complexidade (aliando características da teoria do caos, da dialética ordem-desordem, e da sinérgica – explicitadas anteriormente), com o objetivo de evidenciar relações retroativas e efetivas entre a natureza e a cultura (sociedade) – através da consideração dos sistemas agroalimentares – na qual a práxis do homem está diretamente relacionada e inserida no mundo, sendo esta capaz de produzir culturas, relações sociedade-natureza e, portanto, sistemas agroalimentares extensamente, e geograficamente, diferenciados. É necessário atentar para o fato de que estes modelos, apesar de carregarem toda esta contraposição alternativa ao sistema heterônomo, também estão dentro de diversas construções geométricas e assimétricas de poder, como nos apontam Coronil (2005) e Escobar (2005), evidenciando a verdadeira complexidade que é se mover em direção a uma transição para um modelo local de natureza, que pode lidar tanto com as questões agrárias como com as questões ambientais, tratando-as como uma problemática integrada.

A questão do espaço, mais especificamente do território, na perspectiva apresentada, deve se apresentar vinculado à cultura, em relação com o lugar, dentro de uma visão ecológica, formatando assim um conjunto de “dinâmicas ecoculturais complexas” (ESCOBAR, 2005, p.78) que devem ser incorporadas em uma ecologia política que possa dialogar com a construção de uma nova noção de desenvolvimento. Sob esta perspectiva o manejo, regulação, e gerenciamento dos recursos naturais se mostram em uma conjuntura completamente diferente:

Dito de outra maneira, a construção de paradigmas alternativos de produção, ordens políticas e sustentabilidade são aspectos de um mesmo processo, e este processo é impulsionado em parte pela política cultural dos movimentos sociais e das comunidades na defesa de seus modos de natureza/cultura. É assim que o projeto de movimentos sociais constitui uma expressão concreta da busca de ordens alternativas de produção e ambientais, prevista pelos ecólogos políticos (ESCOBAR, 2005, p.78).

Citando Leff (1992; 1995a; 1995b), Escobar (2005, p.78) evidencia

que se torna importante, a partir desta linha de pensamento, “[...] repensar a produção como a articulação de produtividades específicas de lugar, ecológicas, e tecnoeconômicas”. Também é importante tornar visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas que emergem sem cessar das comunidades de todo o mundo (ESCOBAR, 2005, p.80); no âmbito brasileiro, tais emergências se dão principalmente através da resistência dos povos tradicionais, que procuram manter sua autonomia em relação aos seus territórios, às investidas de empresas que buscam a apropriação das terras através da espoliação, como, por exemplo, nos evidencia Ribeiro Júnior (2014). Neste contexto, citando Dirlik (2000), Escobar (2005, p.80) nos oferece algumas ações possíveis para a sobrevivência nos modelos culturais baseados no lugar. A primeira seria o estabelecimento da simetria entre o global e o local, dentro de um contexto no qual o pensamento não-capitalista e estes mesmos modelos sejam incorporados dentro de estratégias e táticas de ação. Dessa maneira, novas geometrias de poder – incorporando o lugar ao espaço – podem se estabelecer, fazendo com que o lugar possa recuperar seu papel de importância dentro das análises desenvolvimentistas. O segundo ponto seria a emergência de um imaginário de significações não-capitalista que faça a defesa do local e suas culturas, projetando-se em espaços dominados pela lógica da modernidade e do capitalismo. Neste sentido, dimensões importantes do espaço podem ser incorporadas, a partir do lugar, dentro da construção de um novo desenvolvimento.

Sem dúvida, os lugares e as localidades entram na política da mercantilização de bens e a massificação cultural, mas o conhecimento do lugar e da identidade podem contribuir para produzir diferentes significados – de economia, natureza e deles mesmos– dentro das condições do capitalismo e da modernidade que o rodeiam. As esferas ecológicas públicas alternativas podem abrir-se desta maneira contra as ecologias imperialistas da natureza e da identidade da modernidade capitalista (ESCOBAR, 2005, p.80).

A título de exemplificar o que chamamos de alternativas relações sociedade-natureza, abordaremos, trazendo os pontos mais importantes,

o Sumak Kawsay, ou “Bem Viver” (DÁVALOS, 2010; RADCLIFF, 2012; QUIJANO; 2010). Proposto pelos indígenas de países como Equador, Bolívia, e Peru, o bem viver oferece um novo contrato social – advindo de um modelo ancestral de interação com o mundo – no qual a ética e o respeito são retomados dentro das relações sociedade-natureza – e nas relações do homem consigo mesmo e com a sua história, sendo incluídas neste modelo também as esferas política, jurídica, e econômica, buscando reverter a contradição basilar do capitalismo entre valor de troca e valor de uso. A natureza, neste modelo, é vista como inerente à história do homem (aqui considerado como um sujeito comunitário, com valores e práticas não-modernas, e tomado ontologicamente através da sua relação com a natureza). Dessa forma, o bem viver evidencia a existência de outros espaço-tempos em espiral ocorrendo no mesmo contexto que o espaço-tempo linear e circular da modernidade, além de abrir espaço para que a alteridade, não só relativa aos seres humanos, mas também a outros seres (e dimensões além da humana, como a supranatural), possa ser vista e considerada na produção do desenvolvimento.

Até o tempo nas sociedades tradicionais é manifestado de forma diferenciada; é o “tempo da duração” (CHESNEAUX, 1996, p.25), construído de maneira coletiva, e não individualista, valorizando a memória e, ao mesmo tempo, o cotidiano. O conceito assim está baseado na construção (aberta e dinâmica) de um sistema comunitário, no qual “comunidade” aparece em sentido amplo, e a natureza também se torna detentora de direitos (a partir da aplicação de conceitos baseados na experiência humana como “ecologia profunda” e “*pachamama*”). O bem viver, portanto, representa “[...] um novo paradigma radical de desenvolvimento que inicia uma série de transformações socioeconômicas [...]” (RADCLIFF, 2012, p.241, tradução nossa). Esta autora ainda mostra como o bem viver está direcionando o governo do Equador para o estabelecimento de sistemas de bem-estar universal através de práticas e estratégias de redistribuição do crescimento com o reconhecimento das populações marginalizadas, e

de seus territórios, conjuntamente com a (re)configuração civilizatória baseada no lugar, produzindo e evidenciando, portanto, pensamentos alternativos sobre desenvolvimento de dentro para fora, contribuindo neste caminho para a construção da autonomia de tais povos. O restabelecimento de relações sociedade-natureza dentro de um modelo como este, tem como consequências, por exemplo, a possibilidade do banimento das sementes genéticas, da construção de uma “biopolis”, e da busca pela soberania alimentar de uma determinada nação, procurando estabelecer neste processo um estado plurinacional e intercultural (RADCLIFF, 2012, p.245).

Acredita-se aqui em uma concepção de desenvolvimento fora do capitalismo, na qual o desenvolvimento seja visto de forma aberta, como um processo e não como um ponto final, fora de determinações europeizadas e da busca por uma verdade absoluta e única; o desenvolvimento visto através de uma perspectiva também espacial (com atenção especial para o lugar, o território, e a região), levando em conta a questão de que as organizações espaciais (com toda a multidimensionalidade que o conceito de espaço pode abarcar) e tecnológicas devem mudar para que ocorra uma verdadeira transformação social, possibilitando assim novas relações sociais e uma tomada de posição em relação a economia que não a torne um fim em si mesmo, mas sim um meio para o desenvolvimento humano.

Buscando um princípio norteador que possa sustentar a concepção de desenvolvimento como processo, Souza sugere a autonomia, princípio/conceito amplamente discutido e analisado por Castoriadis. Esta seria um “princípio ético e político” que

[...] não “define” um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias (SOUZA, 1996, p.9-10).

Souza atenta para algumas questões referentes à concepção de autonomia: o conceito está presente em sua origem no imaginário do

ocidente; a ocidentalização, a partir da globalização, diminui as possibilidades de emancipação; a autonomia não aparece como um modelo para aplicação espontânea em qualquer projeto (principalmente quando se quer levar em conta territorializações específicas e/ou a multiescalaridade espacial). A autonomia, que seria tanto individual quanto coletiva, na visão do autor, se apresentaria, portanto, como “um horizonte de pensamento e ação” (SOUZA, 1996, p.11). A preocupação máxima de Souza é trazer a espacialização do conceito de autonomia, levando em conta o espaço como condição, meio, e produto, formatando assim (partindo também de uma perspectiva do coletivo) a ideia de “[...] *territorialidade autônoma*, ou seja, a gestão autônoma, por parte da coletividade em questão, dos recursos contidos em seu território, que é o espaço por ela controlado e influenciado” (SOUZA, 1996, p.11).

A questão escalar aparece fortemente no argumento de Souza (1996) tanto na discussão teórico-conceitual como na metodológica. A análise multiescalar possibilitaria uma maneira mais ampla de perceber as problemáticas que envolvem a questão do desenvolvimento, possibilitando a percepção de determinados conjuntos de particularidades e singularidades específicas de certos níveis de análise (mas que podem aparecer em um grau de relevância maior ou menor em outras escalas), traçando, portanto, panoramas analíticos tanto qualitativos quanto quantitativos que demonstrem a abrangência dos processos condizentes com cada escala.

Estes pensamentos estariam conformados na concepção de desenvolvimento socio-espacial trazida por Souza, que parte do pressuposto de que cada coletividade é responsável pelo estabelecimento de suas prioridades, se apresentando assim como uma teoria aberta (através da sua capacidade em ter múltiplos alcances e construções), descentralizadora (em relação ao etnocentrismo), não-intervencionista, e tendo na cultura sua base principal de referência e construção. Esta noção de desenvolvimento compreenderia também a multidimensionalidade imbricada na sociedade, se distanciando de uma

perspectiva fragmentada – que criou, por exemplo, a concepção de desenvolvimento econômico – partindo para um panorama de interdependência entre o econômico, o cultural, o político, e o espacial, que não podem ser dissociados se se quer a compreensão total de suas dinâmicas específicas e integradas (seguindo a ideia de que o todo é, ao mesmo tempo, maior e menor que a soma das partes). A reincorporação do espaço (estando este respeitando o lugar, como já falado) à noção de desenvolvimento permite, portanto, a percepção de modernidades alternativas, “subalternas” (CORONIL, 2005), que incorporam e resignificam aspectos ocidentais às suas próprias especificidades, fazendo cair por terra o aspecto trans-histórico do discurso ligado à modernidade ocidental, eurocêntrica e, na atualidade, globocêntrica, iniciando, portanto, um processo de descolonização do conhecimento, através de um desenvolvimento no qual o seu movimento se dá pela retroação no e pelo espaço.

Já falando especificamente do Brasil, que tem uma grande área rural e uma biodiversidade natural e cultural sem igual – principalmente se partirmos de uma análise comparativa entre as nações, que não é o caso a ser desenvolvido aqui – compartilhamos a visão de Ribeiro Júnior quando o mesmo escreve que,

Para o campo, este modelo de desenvolvimento deve necessariamente passar pela Reforma Agrária, pelo combate à grilagem/corrupção/violência, criação de assentamentos novos, descriminalização dos movimentos sociais, bem como demarcação de todas as formas de uso comum da terra. Desse modo julgamos que o campesinato desempenha um papel fundamental, ímpar, na construção de uma nova ordem social [...] (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 30-31).

É certo que as bases do desenvolvimento mudarão nos próximos anos; a questão a se saber é em que direção, e sob qual formato, as teorias e a realidade se moverão. Como nos diz Rihani, “[...] é necessário entender a natureza do processo de desenvolvimento, os principais jogadores neste processo, e as forças que movem o processo em frente” (RIHANI, 2005, p.59, tradução nossa). O imaginário relativo à ideia de desenvolvimento deve mudar, e o mais importante é que ele já está em processo de mudança. A própria crise do paradigma da

modernidade/simplificação representa esta reconstrução. Estamos em um período de transição de paradigmas, como já foi posto aqui. A construção de um novo paradigma se faz necessária, principalmente porque é preciso pensar fora da caixa da modernidade. Escobar (2005), citando Boaventura de Souza Santos, coloca que a atual conjuntura de transição na qual a modernidade não oferece a solução para seus próprios problemas, acontece dentro de uma tensão entre a regulação social, e suas práticas, e a possibilidade de emancipação social. Em sua perspectiva, é possível contribuir para tal perspectiva emancipatória a partir da recuperação e da revalorização das teorias sociais críticas que advém da realidade latino-americana.

O diálogo entre os campos científicos da natureza e do social, somados a partir da problemática do desenvolvimento, e das relações sociedade-natureza, se faz importante, pois, seguindo as palavras de Rihani, é necessária uma síntese científica e técnica, mas não limitada a estes parâmetros, que possa expressar a lógica e a perspectiva da complexidade que enquadra os tópicos discutidos. A construção de um novo imaginário deve dialogar e se mostrar presente também dentro da lógica identitária-conjuntista. Desta forma, na opinião do autor supracitado (que é compartilhada por nós aqui), instituições e leis devem se tornar mais flexíveis, não no sentido da diminuição da rigidez na fiscalização e/ou regulação, mas no sentido da adaptação a cada problemática abordada, substituindo processos burocráticos por processos participativos que tenham os seres humanos e as suas respectivas culturas e espaços como centro de investigação, da análise e da prática.

Lander (2005, p.15), citando Monteiro (1998), traz um conjunto de ideias (um imaginário) que estão presentes na construção de um novo paradigma na América Latina:

- Uma concepção de comunidade e de participação assim como do saber popular, como formas de constituição e ao mesmo tempo produto de uma *episteme de relação*. - A idéia de *libertação* através da práxis, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduz à

desnaturalização das formas canônicas de aprender-construir-ser no mundo. - A *redefinição do papel do pesquisador social*, o reconhecimento do Outro como Si Mesmo e, portanto, a do sujeito-objeto da investigação como ator social e construtor do conhecimento. - O *caráter histórico*, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento. A multiplicidade de vozes, de mundos de vida, a *pluralidade epistêmica*. - A *perspectiva da dependência*, e logo, a da *resistência*. A tensão entre minorias e majorias e os modos alternativos de fazer-conhecer. - A revisão de métodos, as contribuições e as transformações provocados por eles.

Pode-se ver que este conjunto de ideias pode se organizar e contribuir para a construção de novas relações sociedade-natureza e, portanto, para a (re)construção de um novo paradigma social, como falado anteriormente. Porém é necessário considerar que este se constitui como um processo, não como uma determinação repentina, principalmente se considerarmos que a modernidade neoliberal continua se inserindo nos espaços criando novas geometrias de poder através da violência e da dominação material e simbólica. Esta construção de paradigma, no que tange aos princípios ecológicos e principalmente em relação à América Latina, pode se dar através de uma análise que não separe o conhecer do fazer, principalmente se estamos falando dos sistemas agroalimentares vistos através da ótica das relações sociedade-natureza praticadas pelos povos tradicionais. Neste sentido, citando Maturana e Varela (1987), Escobar (2005, p.74) demonstra em suas palavras que:

Ao rejeitar a separação do conhecer e do fazer, e estas da existência, estes biólogos nos oferecem uma linguagem com a qual se pode questionar radicalmente as relações binárias e as assimetrias: natureza/cultura, teoria/prática; também corroboram as percepções agudas daqueles que documentam etnograficamente a continuidade entre a natureza e a cultura, e os aspectos corporizados do conhecimento, como nas idéias de desenvolvimento de habilidades e performatividade. A ecologia transforma-se em um vínculo entre o conhecimento e a experiência (a ecologia como a ciência da experiência transformativa, baseada no reconhecimento da continuidade da mente, do corpo e do mundo), e isto, por sua vez, tem conseqüências na maneira como estabelecemos os vínculos entre a natureza e a experiência.

Neste contexto evidenciado por Escobar, o que se procurou

demonstrar também aqui neste capítulo é que a construção de outras formas de desenvolvimento também deve passar, em nossa perspectiva, pela construção de novas formas de interação sociedade-natureza que podem emergir dos modelos locais de natureza focados em relações ecológicas baseadas também na cultura e, conseqüentemente, na dimensão política das comunidades envolvidas em tais modelos (que, em nossa perspectiva, podem partir da agroecologia).

Desta forma, podemos falar em uma nova interação entre os campos de conhecimento da natureza e do social, (transpassando a dicotomia sociedade e natureza) que aconteceria criando também a possibilidade da organização de tais conhecimentos e práticas em ecologias políticas alternativas e outras racionalidades ligadas a estas que possam reconfigurar os sistemas tecnológicos, retirando o caráter dominador vinculado ao ocidente e à modernidade, criando assim “espaços intersticiais”, Pickerill e Chatterton (2006), capazes de contribuir para a formação de sujeitos autônomos através da abordagem da “contra-ordem socio-espacial” evidenciada por Soares (2011). Abordaremos tal perspectiva no decorrer do presente trabalho, buscando partir de exemplos empíricos para desenvolver estes aspectos.

Pode-se através deste conjunto de práticas e estratégias construir um desenvolvimento que produza, evidencie, e beneficie a construção de espaços contra-hegemônicos? Nos próximos capítulos entraremos mais profundamente nas questões empíricas, como já falado, começando pela análise e investigação do projeto Cesta Camponesa - RJ, projeto do Movimento dos Pequenos Agricultores, e no último capítulo analisando e problematizando a agricultura sintrópica de Ernst Gotsch. Nosso objetivo foi realizar as investigações destes projetos com base nos princípios agroecológicos introduzidos na introdução do presente trabalho e utilizados ao longo do mesmo. “Construir o lugar como um projeto, transformar o imaginário baseado no lugar numa crítica radical do poder, e alinhar a teoria social com uma crítica do poder pelo lugar, exige aventurar-se por outros terrenos” (ESCOBAR, 2005, p.77); estas

análises por vir são parte imprescindível de nossa aventura.

A título de introduzir a discussão presente nos próximos capítulos, pode-se iniciar um breve conjunto de identificações sobre a agroecologia, seus princípios, e a questão do desenvolvimento, tentando relaciona-los com os principais tópicos apresentados anteriormente. Para relembrar: estamos considerando o relatório da CIDSE (2018) sobre os princípios agroecológicos como base para os estudos a serem demonstrados. Tais princípios seguem quatro vertentes: sociocultural; ambiental; econômica; e política. Eles serão apresentados como “pontos de checagem e inflexão” dentro das discussões levantadas a partir daqui e até os próximos capítulos.

Fernández (2001) nos apresenta uma série de argumentos sobre a relação entre agroecologia e a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, colocando em questão a produção hegemônica de recursos renováveis (alimentos) através de tecnologias que se alimentam por combustíveis não renováveis – uma característica que vai contra um dos princípios agroecológicos ligados a vertente ambiental, que é a escolha por recursos energéticos renováveis dentro dos sistemas produtivos que buscam algum tipo de sustentabilidade. A hegemonia da estrutura agrícola que se baseia nas trocas econômicas – agronegócio – em detrimento da lógica ecológica que salta aos olhos ao se observar as particularidades de cada ambiente natural e potencial para o desenvolvimento agrícola (um dos focos do método agroecológico – a valorização das especificidades de um lugar), inviabiliza a busca pela sustentabilidade dos agroecossistemas, dificultando e distanciando assim a discussão sobre a gestão étnica e autônoma dos recursos renováveis por determinadas comunidades.

O alinhamento de argumentos feitos por Fernández (2001), ao se debruçar sobre a questão de que a agroecologia tem a condição de evidenciar o papel imprescindível que o conjunto de saberes tradicionais tem para o desenvolvimento de sistemas produtivos que funcionem em sintonia com os agroecossistemas, permite o desenvolvimento do

pressuposto de que os espaços de produção de alimentos deveriam se organizar a partir de tecnologias não-universais, um princípio agroecológico da vertente sociocultural. Outra questão que precisa ser lembrada com frequência ao falar destes aspectos é da existência de diferentes discursos agroecológicos, onde nem todos estão alinhados com estas proposições (e no fundo princípios) trazidos por Fernández, que - para nós - fazem parte do discurso agroecológico campesino, ou seja: o viés que respeita a origem dos conhecimentos que serviram de base para o desenvolvimento da disciplina sem tentar ressignificá-los em torno de uma perspectiva puramente científica, tecnológica e colonizadora. Tal questão será levantada com mais profundidade quando entrarmos, nos próximos capítulos, na parte empírica que embasa este tipo de pensamento.

Tendo feito esta ressalva necessária, em Fernández (2001) e Guzmán (2001) pode-se encontrar os posicionamentos de que o local, as espacialidades de resistências das populações tradicionais (vertente sociocultural), os modelos de natureza baseados-no-lugar (um cruzamento entre a perspectiva sociocultural e a perspectiva ambiental da agroecologia), e a própria lógica intrínseca a cada ecossistema diferente (vertente ambiental), oferecem a possibilidade de evidenciar e construir tais tecnologias, criando, desta maneira, a possibilidade de uma alternativa contra-hegemônica ao pacote científico-tecnológico aplicado pelo desenvolvimento moderno. Assim, pode-se ver que, nos discursos levantados pelos autores, as problemáticas e conceitos levantados fazem um cruzamento entre os princípios agroecológicos, revelando a verdadeira complexidade que está inserida em sua aplicação na realidade. Tal conjunto de práticas evidencia a necessidade de reconstrução, na opinião dos autores, do desenvolvimento rural sustentável, ou até mesmo um ressignificação do chamado “desenvolvimento sustentável” como um todo.

Guzmán (2001), partindo de outra perspectiva, nos confirma a posição de que a agroecologia serve como oposição à política

neoliberalista, justamente por que a mudança de paradigma agroalimentar deve passar pela transformação da sociedade como um todo em direção à desconstrução da alienação dos indivíduos sociais, estando estes conscientes da perspectiva autonomista presente no discurso agroecológico (manifestado pelo autor). Se observarmos os princípios da vertente política agroecológica a seguir, veremos que o posicionamento do autor pode ser visto nas entrelinhas:

4.1 A agroecologia dá prioridade às necessidades e interesses dos pequenos produtores de alimentos que fornecem a maioria dos alimentos a nível mundial e deixa dar destaque aos interesses de sistemas industriais alimentares e agrícolas de grande dimensão. 4.2 A agroecologia transfere o controlo das sementes, da biodiversidade, das terras e dos territórios, da água, do conhecimentos e dos bens comuns para as mãos das pessoas que fazem parte do sistema alimentar e, assim, consegue uma gestão de recursos mais bem integrada. 4.3 A agroecologia pode mudar as relações de poder ao incentivar uma maior participação dos produtores e dos consumidores de alimentos na tomada de decisão no âmbito dos sistemas alimentares e oferece novas estruturas de governança. 4.4 A agroecologia exige um conjunto de políticas públicas favoráveis e complementares, decisores políticos e instituições solidárias e investimento público a fim de alcançar todo o seu potencial. 4.5 A agroecologia promove formas de organização social necessárias para uma governança descentralizada e gestão adaptativa local de sistemas alimentares e agrícolas. Incentiva ainda a auto-organização e gestão coletiva de grupos e redes a diferentes níveis, do local ao global (organizações de agricultores, consumidores, instituições de investigação, instituições académicas, etc.). (CIDSE, 2018, p.9)

Desta maneira, desenvolve o autor (considerando também o ponto anterior da utilização de tecnologias não-universais), que novos processos de transição agroecológica podem começar a ser instaurados considerando também o diálogo com outros métodos e tecnologias não necessariamente autóctones:

Se trata, pois, de criar e avaliar tecnologias autóctones, articuladas com tecnologias externas que, mediante o ensaio e a adaptação, possam ser incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprio de cada comunidade (GUZMÁN, 2001, pág. 37).

Através de tal construção de ideias (e trazendo outro princípio agroecológico da vertente sociocultural), Guzmán sugere como método prático (repercutindo da disciplina agroecológica) a “agricultura

participativa” (GUZMÁN, 2001, p.36) que, segundo o autor, não nega a metodologia científica tradicional e o seu modelo de inovação/experimentação, e sim tenta transformá-la alterando as geometrias de poder que estão incorporadas na ciência convencional (no paradigma da simplificação e na lógica conjuntista-identitária) em direção a esfera do conhecimento local, e dos modelos de natureza baseados-no-lugar (como preferimos chamar devido ao desenvolvimento teórico feito até então, pois o autor, dentro de sua esfera científica, se referencia no conceito de desenvolvimento “endógeno”). Dentro desta concepção agroecológica, o autor ainda insere o conceito de “estilos de manejo dos recursos naturais” (GUZMÁN, 2001, p.41) que faz, em suas palavras:

[...] referência ao espaço sociocultural e ecológico que existe entre o homem e os recursos naturais, gerado como consequência da co-evolução no interior de um específico etnoecossistema. Significa, pois, aqueles ajustes entre os elementos da biosfera (ar, água, solo e diversidade biológica) e a matriz cultural que permite sua articulação, gerando tecnologias específicas e locais. Isto, por sua vez, leva à aparição de um repertório ecológico e cultural próprio, que não é senão o produto dos intercâmbios gerados entre o pedaço da natureza (agroecossistema) que adquire uma identidade específica na co-evolução e os contínuos elementos externos que dinamizam esta, introduzindo uma mudança sociocultural e uma alteração da sucessão ecológica, retardando-a e simplificando o ecossistema em comparação com seu estado pré-agrícola. (GUZMÁN, 2001, p.41).

Alguns métodos de agricultura como a Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch (que será apresentada no terceiro capítulo desta pesquisa), vão colocar em discussão não só o caráter desenvolvido por Guzmán no final da citação anterior – relativo à parte em que o mesmo se refere à simplificação do ecossistema a partir da atividade agrícola – mas também a questão da produção em larga escala dos alimentos orgânicos, por exemplo, visto que a AS visa a complexificação dos agroecossistemas, e também pode ser encontrada em diferentes escalas de produção (dos pequenos agricultores aos grandes produtores empresariais, por exemplo). Porém concordamos com o restante das considerações de Guzmán (principalmente sobre o desenvolvimento de tecnologias locais e específicas, através do reconhecimento de estilos de manejos diferentes), e evidenciaremos mais a frente o contraponto

apresentado com mais detalhes.

O importante a considerar neste momento é que a disciplina agroecológica – seja através da agricultura participativa, ou da dimensão política que se tem da agroecologia através dos camponeses, e/ou dos movimentos sociais ligados à mesma (todos estes aspectos e dimensões fazendo, ao mesmo tempo, parte de um conjunto de princípios que busca guiar e tangenciar práticas espaciais agroecológicas de resistência) – é composta (em seu interior) por combinações, conflitos, e tensões heterogêneas, assim como dentro da própria esfera do agronegócio, que também é responsável por gerar um determinado conjunto de tensões externas e internas ao se relacionar com a agroecologia (através de retaliações e apropriações).

As contribuições de Leff (2002) nos evidenciam o quanto a disciplina e a prática agroecológica (inseridas, para nós, na esfera da agroecologia camponesa) estão conectadas não só com o desenvolvimento de um novo paradigma produtivo, mas também com a recuperação do valor de uso da terra. Dentro desta perspectiva da recuperação está a integração de outros saberes que não só os puramente técnicos (como a questão étnica e cultural de cada povo tradicional – suas cosmovisões particulares, abrangendo os posicionamentos de Guzmán sobre “estilos de manejo” e os próprios princípios agroecológicos) “[...] abrindo perspectivas para uma nova ordem econômica e política mundial” (LEFF, 2002, p.47). Dessa forma – se considerarmos a importância dos movimentos sociais (principalmente num contexto brasileiro, no qual a dimensão política tem extrema relevância) associados à agroecologia (em suas múltiplas dimensões) estabelecemos, desta forma, um panorama preliminar que nos permite iniciar uma análise e investigação mais precisa nos próximos capítulos, nos quais iremos partir das análises empíricas.

3. A agroecologia através da Cesta Camponesa – RJ, e do universo orgânico dos agricultores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

Este capítulo está dedicado a fazer uma sistematização e apresentação da Cesta Camponesa do Rio de Janeiro, projeto do Movimento dos Pequenos Agricultores, observando e investigando a sua relação com a agroecologia, ao mesmo tempo em que – posteriormente – apresentaremos o universo da agricultura orgânica exemplificado no papel de alguns agricultores pertencentes ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, também buscando identificar as suas tensões e relações com a agroecologia. De tal maneira, o que se quer aqui é traçar um panorama das tensões, contradições, e relações positivas e negativas que tais projetos têm com a agroecologia, identificando neste processo as dificuldades na implementação dos princípios agroecológicos e as

diferenças principais entre duas organizações que se propõem como vias não-hegemônicas dentro do panorama carioca/brasileiro.

Neste sentido, em um primeiro momento, faremos uma apresentação do projeto Cesta Camponesa, seu contexto, e um breve histórico do mesmo - utilizando, além das entrevistas com membros da organização, textos e trabalhos relacionados à Cesta, como Silva (2019) e Teixeira e Melo (2017). Ao longo do trabalho, colocaremos em discussão os principais aspectos e características (em relação com a agroecologia) da Cesta Camponesa, tendo em mente os princípios agroecológicos alinhados pela CIDSE – divididos nas dimensões sociocultural, ambiental, econômica e política – buscando traçar inicialmente o plano de fundo planejado.

Em um segundo momento, partiremos para a apresentação do panorama da agricultura orgânica, utilizando a CCFO, e seus agricultores participantes, como exemplificações de nossos questionamentos, buscando sempre relaciona-los e problematiza-los com a nossa perspectiva principal que é a agroecologia. A investigação aqui exposta partiu de entrevistas com os agricultores, e de trabalhos como Valença (2016), e Mesquita (2015) – que investigaram diretamente o CCFO – além de outros trabalhos mais gerais que têm como tema a agricultura orgânica e a agroecologia. Já no terceiro momento, buscaremos traçar e resumir as principais questões e relações entre a perspectiva dos agricultores da CCFO, a perspectiva da Cesta Camponesa, e as esferas de conhecimento e ação que a agroecologia proporciona.

Voltando ao presente momento do trabalho, antes de abordarmos propriamente a Cesta e sua ligação com a agroecologia, é necessário traçar um breve histórico do MPA, pois tal movimento nasceu em uma conjuntura socioeconômica muito específica, e hoje está organizado de uma forma diferente da que estava em sua origem.

3.1. Uma breve análise do Movimento dos Pequenos Agricultores

Segundo Santos (2016), o nascimento do MPA tem relação direta com a política neoliberal propagada pelo Banco Mundial e FMI – representantes e propagadores de um modelo de desenvolvimento que já foi amplamente criticado no primeiro capítulo deste trabalho – vinculada ao Estado brasileiro na década de 1990. Somada a tal aspecto político, tem-se a histórica falta de incentivos e investimentos relacionados à agricultura camponesa⁸ (gerando um estado de abandono da agricultura camponesa brasileira – que de certa forma permanece, e se faz acentuada nos dias atuais), e uma grande crise climática (seca) que afetava os estados da região sul entre 1995 e 1996. Desta forma criou-se uma conjuntura social, política, e econômica favorável à organização de tal movimento, que foi criado com o intuito de representar e organizar os agricultores que se apresentavam em condições frágeis e mal agregados às cadeias produtivas.

[...] é com o coletivo dos grupos de base que o MPA foi oficializado em 12 e 13 de dezembro de 1997 no Rio Grande do Sul. Essa também foi a tônica do crescimento do Movimento em outros estados, naquele momento em Rondônia e depois no Espírito Santo. Entre marchas, mobilizações, manifestações, vigílias, reuniões, negociações entre outros, a força do coletivo, a força da base formada pelos camponeses deu uma nova concepção de organização para o Movimento Social e, dessa forma, reacendia uma ponta de esperança para a “pequena agricultura” no Brasil. Apesar das contradições, que são inerentes a todos os Movimentos, o MPA reúne em sua recente história uma marca de defesa dos trabalhadores do campo (SANTOS, 2016, p.24).

Para Santos, o movimento surgiu através de uma tentativa de organizar os camponeses a partir de suas reais necessidades, visando o enfrentamento da política neoliberal associada ao agronegócio voltado para exportação, conectado à indústria, e que se construía na época a partir das políticas de crescimento econômico organizadas tendo como foco o próprio agronegócio. Tais políticas neoliberais (redução de

⁸ Torna-se necessário reforçar aqui o entendimento de que estamos trabalhando com a definição de camponês como trabalhada por Wanderley (2013; 2015) a partir de, portanto, uma perspectiva brasileira de resistência política – como também desenvolvida no panorama evidenciado em Oliveira (2001; 2007). Neste sentido percebemos o conflito de tensões que existe na multiplicidade de categorias usadas para denominar os agricultores, conflito este que não se apresenta enquanto uma questão específica, ou uma problemática, a ser desenvolvida ao longo deste trabalho. Utilizaremos e defenderemos (de forma majoritária), portanto, a denominação agricultura camponesa.

impostos na importação, abertura econômica para empresas do exterior, por exemplo) favoreceram a produção em escala cada vez maior, agitaram a competição dos mercados, tirando assim a voz dos pequenos produtores (BOSETTI; BONI, 2017, p.3).

Para Bosetti e Boni (2017, p.2), nesse contexto, o MPA “[...] propõe uma via de desenvolvimento rural a partir da agricultura camponesa”. Para se organizar de tal maneira, o MPA teve em seu momento inicial o auxílio estratégico de organizações como o MST⁹ (principalmente para a questão das formas de enfrentamento popular) e a Via Campesina¹⁰ (relacionada às formas de organização e aliança com estratégias espalhadas ao redor do mundo), e de organizações formadas por educadores populares que conseguiram contribuir para a aplicação e ampliação de debates importantes, como o debate de gênero e as experiências de produção alternativa, como a agroecologia.

Internamente, no MPA, a busca pela consciência política e a aplicabilidade das diretrizes provenientes do aprendizado na luta estão presentes na condução diária da vida do Movimento. É nesse contexto que as lideranças buscam inserir o camponês a fim de levá-lo a compreensão de seu papel no mundo contra o modelo imposto pelo capital (SANTOS, 2016, p.24)

No MPA os camponeses são a base de todo o movimento. A partir de núcleos de base, estes debatem os temas e questões principais, que passam para a coordenação municipal, depois para a regional, estadual e por fim chegando à direção nacional. Estes departamentos superiores são responsáveis pela construção das táticas e das estratégias de ação, mas o importante é perceber que os agricultores participam de

⁹ Sigla relativa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido também por Movimento dos Sem Terra. Apresenta-se como o maior movimento social do Brasil, nascido a partir da organização das lutas pela terra, pela formação de uma sociedade igualitária sem exploração e desigualdade, e pela reforma agrária. Está presente em 24 estados do Brasil, em todas as regiões do país (CALDART, 2001).

¹⁰ A Via Campesina é um dos principais movimentos internacionais pela defesa dos camponeses, servindo como ponto de conexão entre diversos movimentos espalhados pelo mundo. A bandeira principal do movimento é a soberania alimentar (em síntese, o direito de cada nação na definição de suas estratégias políticas alimentares e agrícolas, junto à tomada de decisão de cada um sobre sua capacidade de produção agrícola e alimentar a partir de suas perspectivas culturais) sobrepondo-se, portanto, ao conceito de segurança alimentar defendido pela Organização Mundial do Comércio, por exemplo, um das muitas organizações internacionais problematizadas pelo movimento (RIBEIRO, 2013).

todos os processos decisórios, além de integrarem grupos de trabalho e discussão específicos que não estão diretamente relacionados com a produção em si, como a própria L.T. menciona em entrevista resumida a seguir:

Os produtores que são identificados com o movimento participam desses coletivos também, das estâncias organizativas: coordenação estadual, coordenação regional do movimento, e estão distribuídos pelos coletivos. Agora de cabeça não vou conseguir dizer todos os coletivos, mas o maior deles é o coletivo de produção onde todo mundo está, produção e abastecimento, aí a maior quantidade de camponeses estão nele, mas alguns estão no coletivo de cultura, outros estão no coletivo de mulheres, aí todas as mulheres camponesas estão no coletivo de mulheres, alguns no coletivo de juventude também, e nós temos um coletivo de educação e tecnologia também alguns estão aí... (L.T, Coordenadora da Cesta Camponesa, entrevista 2019).

Dessa forma começa a se perceber como o trabalho do movimento busca, mesmo que de maneira não tão alinhada e fragmentada, ultrapassar os aspectos meramente produtivos e técnicos, inserindo em sua rotina outras formas de discussão de temas que estão presentes na realidade dos agricultores participantes do movimento, ainda que de forma inicial – pois, como visto nas entrevistas realizadas, os aspectos relacionados à produção, à distribuição/logística, e ao consumo, pelo menos no caso da Cesta Camponesa carioca, tomam boa parte do tempo e da energia dos organizadores.

O que fica claro com este tipo de iniciativa é a preocupação do movimento com outras esferas presentes no espaço/vida dos agricultores, reforçando assim a construção de iniciativas e discussões que evidenciem e contribuam para a dimensão política do movimento. Discutir educação, tecnologia, gênero, e cultura dentro de uma organização que se propõe camponesa, é contribuir assim para o alinhamento de tais camponeses com alguns dos principais temas que permeiam a política (principalmente quando relacionada aos movimentos sociais que trabalham com tais temas) nos dias atuais, contribuindo assim para a própria formação sociopolítica de seus participantes. Porém é necessário lembrar e reforçar que o próprio alinhamento político do MPA começa já no principal

aspecto/conceito encontrado nas entrevistas, que é a denominação camponesa dada ao movimento.

Não se quer aqui, trabalhar profundamente a discussão sobre o que é a agricultura camponesa, e o que a diferencia de outros modelos – não é o objetivo do presente trabalho. Porém, identificar este conceito no movimento – mesmo que brevemente, e em conjunto com alguns aspectos que o acompanham – se faz necessário para a trilharmos o caminho de identificar o alinhamento do projeto Cesta Camponesa com os princípios agroecológicos, buscando também as diferenças em relação ao universo dos orgânicos, exemplificado nos agricultores do CCFO, e ao que será apresentado posteriormente no terceiro capítulo.

Para isso, abrindo um pequeno parêntesis, acreditamos que a dimensão política é um ponto chave para a identificação das alternativas não-hegemônicas e de “contra-ordem sócio-espacial concreta”, conforme desenvolvido por Soares (2011), que demonstra que os movimentos enquadrados em tal categoria organizam-se em torno da luta política nos espaços públicos, orbitando a esfera do “sujeito autônomo ético e responsável”, lutando para o estabelecimento de novas metas para a sociedade como um todo, não só para indivíduos específicos, a partir do espaço vivido lefebriviano, baseados (tais movimentos de contra-ordem) também na alteridade e na democracia.

De tal maneira, retomando a discussão anterior, pode-se ver brevemente que quando se fala em pequeno produtor/agricultor, tal denominação não carrega um peso relativo à identidade enquanto conceito, estando mais relacionada à escala de produção, podendo o agricultor inserido nesta categoria estar ligado aos orgânicos, à agroecologia, ou ao modelo convencional do agronegócio. Já a agricultura familiar está relacionada às relações de produção e trabalho particulares, e que – se seguirmos a legislação brasileira – podem atingir certos públicos específicos, que em um sentido podem ser contrários às relações hegemônicas (lógica capitalista), e em outro podem ser complementares no sentido da troca de mercadorias. Nesse sentido,

pode-se encontrar um pequeno, médio, e/ou grande produtor/agricultor familiar que trabalhe com a lógica da agroecologia, ou do modelo convencional. Já a agricultura camponesa se conecta mais com o conceito de resistência, trazendo em si um arcabouço de jogos políticos relacionados ao MST e à Via Campesina – por exemplo - movimentos estes que se opõem a lógica capitalista reforçando o antagonismo entre o sujeito camponês e o sujeito capitalista.

O camponês, no entendimento do MPA, é o sujeito que mesmo inserido no sistema de mercadorias não se define como capitalista escapando às simples definições, pois, apresenta um modo de vida que o diferencia nas mais diversas localidades do planeta, constituindo, a partir de suas relações, formas distintas de produção que traduzem o seu entendimento de mundo e dessa forma a sua identidade, ou seja, apresenta características que lhe são próprias. [...] a palavra camponês é fundamental para a identificação da luta de classes, confirmando-lhe a posição enquanto sujeito social, político e como classe social (SANTOS, 2016, p.26)

Enxergar o camponês como detentor de modos de vida e produção específicos que, mesmo estando em contato e negociação com o sistema hegemônico vigente, de alguma maneira, consegue se firmar através da resistência e da luta política e social no campo brasileiro (sofrendo todo o tipo de ataque simbólico e/ou material) – ainda procurando, neste processo, por uma via produtiva alternativa – é essencial para entendermos a força e as dificuldades por trás de um movimento como esse, em um contexto como o do Brasil. Porém é importante considerarmos que parte destes agricultores foram, ou ainda são, praticantes das técnicas e conhecimentos do pacote científico-tecnológico modernizador (apesar da orientação agroecológica do movimento), já criticado no primeiro capítulo deste trabalho, que fez com que muitos deles estivessem atrelados de forma mais direta ao sistema dominante que, em muitos casos - principalmente nos dos agricultores mais humildes - enganou muitos destes, endividando-os e prendendo-os a uma estrutura de exploração. Essa situação é também amplificada ainda mais pelo fato de que o MPA, em sua origem, não nasceu agroecológico, e sim foi se orientando por tal caminho ao longo de seu desenvolvimento enquanto movimento, segundo Bosetti e Boni (2017).

Neste sentido é importante estarmos atentos para a questão de que nem toda agricultura familiar (assim como a agricultura familiar camponesa ou, mais especificamente – no sentido aqui a ser trabalhado – a agricultura camponesa) – seguindo a legislação brasileira – (que ainda sofre com a problemática da falta de uma definição que atenda adequadamente toda a diversidade existente dentro de tal categoria) é agroecológica e/ou orgânica no panorama brasileiro, fazendo com que o movimento, em sua forma atual, trabalhe justamente em cima do conceito de transição agroecológica, que abordaremos mais a frente. Desta forma pôde-se ver brevemente, porém de forma um pouco mais clara, o emaranhado de contradições residentes no campo brasileiro que permeiam as dificuldades (em múltiplas dimensões) dos movimentos sociais que buscam apresentar uma solução contra-hegemônica.

A partir de seu nascimento e ao longo do seu desenvolvimento, o MPA traçou diversos objetivos, como a Subsistência Familiar, a defesa da Soberania Alimentar, e a produção farta, saudável, e diversa de alimentos através de uma agricultura denominada “ecológica” (SANTOS, 2016, p.27). Analisando a luta política do MPA, Bosetti e Boni identificam as seguintes fases:

A trajetória de reivindicações políticas do MPA possui três fases. Na primeira, o movimento reivindica o acesso às políticas como o PRONAF, já que nem todos os agricultores conseguiam acessá-lo; na segunda ocorrem reivindicações para melhorias no programa, como a redução dos juros e a criação de programas diferenciados para atender às demandas plurais existentes; na terceira faz uma crítica incisiva à lógica de dependência da agricultura familiar ao agronegócio e afirma, assim, sua identidade camponesa (BOSETTI; BONI, 2017, p.5)

Dentro deste contexto, Bosetti e Boni também afirmam que, a partir da terceira fase (que se caracteriza também pela adesão do movimento à Via Campesina), o MPA começa a problematizar e criticar a utilização do termo “agricultura familiar” – por acreditar que tal termo se encontra também relacionado à estrutura do agronegócio, evidenciando um lado mais empresarial dos produtores a ele associados – preferindo, assim, utilizar os termos “camponês”, “agricultura camponesa”, e “pequenos produtores” para denominar a sua orientação sociopolítica de contraposição à lógica capitalista dominante, o que fica mais claro quando

analisarmos a Cesta Camponesa e o seu discurso. Neste sentido, fica mais claro a percepção do porquê o Estado brasileiro utiliza somente a denominação agricultura familiar, visto que a mesma se apresenta como um termo genérico sem a carga política de resistência que a categoria camponês apresenta.

Tal análise e investigação se torna importante para nós justamente por conta do fato de que estamos observando a abordagem agroecológica do movimento – responsável por produzir projetos como a Cesta Camponesa. Na análise de Bosetti e Boni:

O projeto político do MPA está alicerçado na ideia de uma agricultura camponesa de base agroecológica. O movimento não surgiu com este ideário, mas foi construindo-o com o passar do tempo. A ênfase do binômio campesinato/agroecologia tornou-se o pilar da estratégia política de construção de uma perspectiva alternativa ao modelo do agronegócio. Conceber isso como um projeto é significativo por se tratar de uma ação política concertada, tendo em vista a construção de novas perspectivas de produção e de relações socioambientais (BOSETTI; BONI, 2017, p.7-8).

Em nossa análise, e em conjunto com as conclusões de Amorim e Barth (2017, p.10-11) quando escrevem que “[...] a agroecologia é tida como um princípio norteador para a construção dos diferentes eixos do PC¹¹, e o MPA faz nela sua aposta para construir suas pautas [...]”, a partir da incorporação do pensamento agroecológico, os objetivos do MPA, até aqui citados, se tornam um pouco mais fundamentados dentro de uma esfera única e ampla, não que antes não estivessem, mas, a partir da agroecologia, o movimento é capaz de ter mais contribuições teóricas, práticas, e científicas, além de estar alinhado com outras organizações sociais com um maior alcance popular como, no Brasil, o MST, e no mundo, a Via Campesina, enfatizando mais uma vez sua dimensão política.

Nesse sentido, ainda podemos concordar com a afirmação de que “[...] a recomposição da categoria agricultura camponesa combinada às proposições agroecológicas reforçou a identidade política do movimento” (BOSETTI; BONI, 2017, p.8). Em conjunto com este resgate camponês

¹¹ Plano Camponês do MPA, a ser descrito mais a frente.

aliado ao pensamento agroecológico, Bosetti e Boni (2017, p.14) também nos evidenciam que o MPA tem buscado uma aliança mais ampla com a classe operária, tendo realizado seu congresso nacional no ano de 2015 em São Bernardo do Campo, lugar conhecido pelo histórico da luta operária, além de tal iniciativa estar condizente com um dos objetivos principais do MPA, que é a busca por uma melhor relação entre o campo e a cidade.

O MPA, sendo um movimento camponês, tem uma grande preocupação com a construção de autonomia por parte de seus agricultores, tendo criado para este objetivo, o Plano Camponês. Tal projeto começa a ser discutido dentro da própria organização a partir de uma orientação que vai reforçar a perspectiva campesina do rural (evidenciando a preocupação do movimento com os aspectos também teórico-metodológicos), em um contexto de “[...] esgotamento do PRONAF enquanto política pública, estando o mesmo inserido na lógica bancária, transformando-se em uma forma de transferência de lucros para indústrias do agronegócio [...]” (AMORIM; BARTH, 2017, p.2).

O Plano Camponês, de acordo com as informações e discursos obtidos em MPA (2012), está fundamentado em alguns pontos, como por exemplo: na recuperação da identidade camponesa e sua diversidade; na recuperação, implementação, e reforço dos “sistemas camponeses de produção” (MPA, 2012, p.13-15), caracterizados por um arranjo particular entre plantas e árvores para consumo próprio, diversos animais, e o cuidado com o solo; na propagação da agroecologia, principalmente em suas perspectivas prática, política e ideológica – inserindo-a no contexto da luta de classes no campo e na cidade; no projeto/conceito integrador ALIMERGIA (alimentação, meio ambiente, e energia); e nos seus objetivos de produção de alimentos saudáveis, de respeito à natureza, e de alimentação da população trabalhadora, estando ela no campo ou na cidade. Além destes fatores, o Plano Camponês já identifica que uma de suas principais dificuldades é a transição agroecológica das propriedades individuais, pois:

[...] para desenvolver os sistemas camponeses de produção é necessário um conjunto de infra-estruturas e mão-de-obra que existiam nas famílias camponesas quando eram maiores. Hoje, a realidade é diferente: são famílias pequenas com pouca disponibilidade de mão-de-obra e, além disso, são pequenas propriedades (MPA, 2012, p.19).

Nesse sentido, como caminho de solução para tal questão, oferecem o desenvolvimento dos chamados “eixos estruturantes” (acreditamos aqui que a Cesta é uma tentativa de construção desses eixos), que são:

[...] um conjunto de estruturas de serviços voltados para as famílias camponesas com o intuito de que estas possam desenvolver ao máximo possível os sistemas camponeses de produção e uma produção amplamente diversificada para o abastecimento local, e quando a nível local já não absorve toda a produção, contribua para que seja comercializado na cidade mais próxima, desenvolvendo ao máximo possível a produção e consumo em circuitos curtos (MPA, 2012, p.20).

Finalizando a estrutura organizativa do Plano Camponês, têm-se os eixos principais do plano, divididos em: produção; educação e formação; vida de qualidade; comunidade camponesa; e soberania, esta última dividida em soberania alimentar, energética, genética, e hídrica. Se analisarmos do ponto de vista agroecológico, o MPA promove algumas ações que vão diretamente ao encontro com a problemática da autonomia, como: a produção e distribuição de sementes crioulas, ou seja, de origem tradicional que não passaram por nenhum processo de manipulação genética artificial, mas sim foram se desenvolvendo em toda sua potência através da experiência e da práxis histórica de cada agricultor; o projeto/conceito ALIMERGIA, que busca a atuação sinérgica em três frentes – alimentação, meio ambiente, e energia – através do desenvolvimento de agroindústrias e cooperativas operadas pelos próprios agricultores em seus terrenos visando à busca, ao mesmo tempo, pela sustentabilidade energética e alimentar dos sistemas produtivos, e começando a se comportar, segundo Amorim e Barth (2017, p.6), como uma espécie de “selo” para organizar os produtos produzidos pelos agricultores do movimento; e projetos como a Cesta Camponesa. Nas palavras de Santos e Richards (2017, p.97), em resumo:

O plano camponês consiste na interligação dos sistemas camponeses de produção e as agroindústrias. Tais sistemas

vão desde a produção de sementes, oleaginosas, leite, alimentos em geral, adubação verde e orgânica, até os sistemas agroflorestais, além do processamento e comercialização dos derivados do leite, mel, café, óleos, erva mate, cana, entre outros.

Tais projetos e estratégias são extremamente necessários no atual contexto brasileiro de instabilidade climática, política, e social, justamente porque almejam dar segurança para os agricultores camponeses pequenos que, historicamente, se encontram em uma condição no mínimo delicada em relação aos médios e grandes agricultores, estejam estes atrelados ao agronegócio ou não.

Em sua cartilha de 2012 sobre o Plano Camponês, o MPA apresenta algumas perspectivas da agroecologia, apresentando a sistematização produtiva da agroecologia em cinco dimensões: ambiental ecológica; social; econômica; política; e cultural. Considerar essa divisão é importante neste trabalho por conta do fato de que estamos seguindo a organização feita pela CIDSE (2018) que nos apresenta uma organização das dimensões ligeiramente diferente, apresentando as dimensões: social e cultural, unidas; ambiental; econômica; e política. Essas diferenças são encontradas com frequência na ciência agroecológica, devido aos múltiplos discursos que surgem a partir de cada realidade específica.

A nossa intenção aqui não é excluir ou menosprezar algum destes discursos, e sim, pelo contrário, evidenciá-los, diferenciá-los, colocando-os em problematização. Nesse sentido, acreditamos que a organização das dimensões a partir da visão da “[...] agroecologia enquanto sistema de produção [...]” (MPA, 2012, p.16), está relacionada com o aspecto prático/produtivo da perspectiva camponesa, que merece ser evidenciada considerando a importância de tal discurso para o próprio estabelecimento de uma agroecologia autêntica que respeite e seja oriunda dos conhecimentos tradicionais, e que não – pelo contrário – os re-signifique e os padronize dentro de uma abordagem científica tecnicista. Porém, queremos evidenciar aqui a agroecologia como uma possibilidade de apresentar outro paradigma, que não o paradigma da simplificação analisado no primeiro capítulo deste trabalho e, para isso,

outros aspectos dos sistemas agroecológicos, que não os produtivos, devem ser mostrados e trabalhados em conjunto com a perspectiva dos camponeses.

Neste sentido conseguimos ver que não é só o sistema de produção adotado, ou a própria escala de produção (ou até mesmo as técnicas envolvidas em determinado sistema) as responsáveis por aproximar e/ou distanciar determinada prática – no caso aqui apresentado, a agroecológica – de um viés técnico e produtivista. Tais elementos são importantes sim (sem dúvida), mas o que uma organização como a Cesta Camponesa deixa claro é que o posicionamento político é um dos principais fatores que antecedem e corroboram tais elementos, capaz de diferenciar estruturalmente a produção, o processamento, a distribuição, e o consumo de alimentos, principalmente dentro de um contexto sociopolítico como o brasileiro.

Assim, se prestarmos atenção na dimensão política, e - em seu conjunto – na dimensão cultural envolvidas em determinada prática relacionada à agricultura, é possível identificar a importância da ação, das táticas e estratégias, Ferreira (2007), do posicionamento, e da resistência - de certos sujeitos espaciais - necessária para uma transformação estrutural que vá além dos aspectos técnicos. Dessa maneira, as cartilhas do MPA e da Cesta Camponesa são mais do meros guias e orientações para os agricultores, contendo estratégias para a ação política e, nesse caminho, atestam a orientação do movimento e podem evidenciar a conexão ou não dos agricultores com determinado posicionamento político.

Não só as cartilhas, mas também: os encontros semanais na sede carioca do projeto (Raízes do Brasil) – localizada no bairro Santa Teresa; a própria organização da Cesta que se pretende autônoma – sendo realizada por e-mail e por grupos de *WhatsApp* com os seus participantes e coordenadores; as rodas de conversa, seminários, e eventos projetados para engajar a população em relação aos temas que circundam os sistemas alimentares e o contexto sociopolítico contemporâneo; o dia de

entrega dos alimentos para os feirantes – que são verdadeiros encontros e ocupações realizados em praças e pontos públicos principais; e a própria participação dos agricultores dentro de um projeto como este, que corre por fora de certos circuitos hegemônicos, como – por exemplo – as grandes redes varejistas e de distribuição de alimentos, os projetos de extensão técnica oficiais do governo, e as próprias feiras orgânicas já estabelecidas (como o CCFO, revelando dessa forma conflitos e contradições em relação a tais universos relativamente próximos em alguns quesitos). Desta forma fica claro o caminho político que se quer fazer contra-hegemônico, na linha do que Soares (2011) chama de contra-ordem sócio-espacial, apesar de, como é de se esperar em todos os movimentos e projetos sociais, das contradições internas inerentes a estes.

Tal caminho se mostra inserido como uma das dimensões possíveis contidas no conceito geográfico de espaço como trabalhado por Santos (2006), e Lefebvre (2006, 2013), nos quais – respectivamente – o espaço aparece como o conjunto de sistemas de ações (intencionalidades) e de sistemas de objetos (naturais e criados), e como meio-produto-condição das relações sociais (e naturais, como demonstraremos posteriormente) espacializadas através do processo de (re)produção das sociedades. A dimensão política e, conseqüentemente, o embate entre ordens espaciais hegemônicas e contra-hegemônicas (e as relações de poder presentes neste conflito) se apresentam como essenciais para entender o processo de resistência camponesa e o papel social de projetos como a Cesta Camponesa.

3.2. Entendendo a Cesta Camponesa e seus desafios

A Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis - RJ é uma iniciativa funcionando com o objetivo de possibilitar uma melhor integração entre o campo e a cidade através da produção e distribuição alternativa de alimentos e produtos oriundos de pequenos agricultores do Rio de Janeiro

(principalmente), e de outros estados do Brasil. O projeto piloto que, segundo Silva (2019, p.77) também já foi iniciado no Espírito Santo (local da primeira experiência do MPA com projetos deste tipo) e no Paraná (instaurado no final de 2016), é iniciado em 2015, através da conexão do MPA com o projeto de extensão “Assentados da Reforma Agrária e Universidade”, vinculado ao laboratório de pesquisa, ensino, e extensão “Questão Agrária em Debate” (QADE) da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mais precisamente no campus da Praia Vermelha, Urca, com os seguintes objetivos:

- 1) aprofundar o conhecimento sobre a forma camponesa de produção, fortalecendo a produção agroecológica; 2) construir vínculos diretos entre os camponeses e os trabalhadores urbanos de forma que se retire o “intermediário”, o comerciante, no processo DE circulação dos alimentos; 3) debater com trabalhadores urbanos e camponeses a lógica de produção capitalista; 4) fortalecer a organização camponesa na perspectiva da construção de um sistema de ‘associação’ de produtores livres (MELO; TEIXEIRA, 2018, p.9)

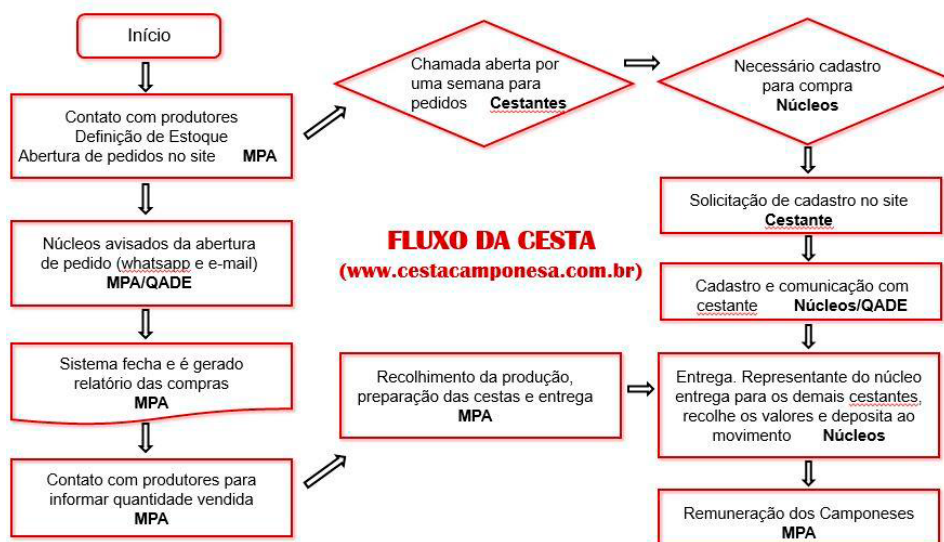
O projeto foi iniciado como uma experiência de testes em relação à distribuição, inicialmente no campus da UFRJ, dos alimentos oriundos dos agricultores camponeses, visando também o objetivo de aproximar o debate acadêmico relativo à produção de alimentos, e sua distribuição, ao movimento social. Tal distribuição era realizada pelo projeto de extensão (responsável por assessorar o MPA) após o recebimento dos produtos que eram entregues pelo MPA. Em sua origem, o projeto não contava com site, apenas com uma organização primária (via internet) que começou a partir dos itens pré-selecionados pelo MPA que seriam disponibilizados, passando, por conta do aumento na procura pelos produtos, para uma lista de pedidos dos consumidores que só era emitida após o MPA informar a lista de produtos disponíveis para venda e distribuição, o que dava aos agricultores uma maior segurança em relação ao que ia ser vendido ou não, prevendo e cobrindo de tal maneira, custos iniciais da produção e de transporte. Para que isto fosse feito da melhor maneira, foi estabelecido um valor mínimo relacionado à cesta comprada, e uma quantidade mínima e máxima de cestas a serem entregues, visto que as questões de logística sempre foram as maiores

dificuldades do projeto. Hoje as quantidades máxima e mínima de cestas para venda e distribuição estão em 100 e 40, respectivamente, e o valor mínimo a ser comprado está em R\$60,00 – dentro da cidade do Rio de Janeiro.

Dentro deste panorama, é necessário evidenciar que este projeto também visa a eliminação dos intermediários tão característicos na realidade do comércio de alimentos, o que aumenta as chances de interação entre o consumidor e o agricultor, aumentando também o saldo final destinado a cada agricultor, algo de suma importância, visto que a Cesta Camponesa pretende não só melhorar o acesso ao consumo de alimentos saudáveis para a população urbana, mas também contribuir para a melhoria da condição financeira dos agricultores participantes do projeto, seguindo desta forma os princípios agroecológicos.

Na atualidade, o sistema de compra e organização da Cesta se apresenta conforme o fluxograma abaixo:

Fluxograma 1 – Cesta Camponesa



Fonte: SILVA, 2019, p.83

Antes de continuarmos descrevendo certos elementos específicos da Cesta, é necessário evidenciar o seu contexto de implantação no Rio de Janeiro. Para a melhor percepção de dados relativos a tal contextos,

consultamos uma das coordenadoras do projeto, L.T., que nos descreveu com detalhes o contexto de implantação:

“No Rio se foi percebendo que uma demanda que poderia ser muito interessante de se trabalhar, é trabalhar a aliança campo-cidade, que é uma orientação geral pro país via alimentação. O que é que a gente observa no Rio de Janeiro? Primeiro um discurso muito intenso, inclusive nas próprias universidades, de que não existe camponês, não existe campo (campo no sentido rural no Rio) – o Rural no Rio é muito residual – (se a gente pega os dados do IBGE, o IBGE vai registrar tipo 3% da população do Rio na Zona Rural – e existem muitas polêmicas em relação a estes dados e informações). A gente observa que, mesmo que for estes 3%, 3% da população do Rio de Janeiro são 500 mil pessoas... Isso é muito mais gente do que em alguns locais, que tem 60% da população rural, mas não alcança um quantitativo desse de gente. Por outro lado uma produção de alimentos que é muito residual... A gente tem um produtor de arroz no Rio de Janeiro... Então a gente começou a ver isso inclusive, politicamente a importância de reativar a produção e aí começar a discutir também o que produzir... Claro, produzimos de forma agroecológica, produzindo com agrofloresta, mas também olhando as necessidades alimentares da população, pra começar a fazer esse diálogo campo-cidade de forma que no urbano as pessoas voltem a se alimentar de coisas que foram perdendo – nossa alimentação foi reduzida a poucos produtos, alguns alimentos que, as vezes por questões regionais, as vezes por desconhecimento, as pessoas foram parando de comer... Por outro lado voltar para a produção de uma forma que a gente produza alimentos que as pessoas necessitem” (L.T., Coordenadora da Cesta Camponesa, entrevista 2019).

A partir de tal posicionamento fica claro a necessidade de um projeto como a Cesta para contribuir para a tentativa de tirar da obscuridade estatística os agricultores do Estado, convertendo para, ou reforçando – neste processo – os sistemas de produção camponeses sob uma orientação agroecológica, capaz não só de recuperar conhecimentos, mas também espécies. Embutido no discurso de L.T. estão os múltiplos papéis que os agroecossistemas orientados através dos conhecimentos agroecológicos podem ter na vida dos agricultores e dos consumidores residentes nas cidades urbanas. A partir da abordagem agroecológica utilizada pela Cesta, a recuperação de espécies que foram esquecidas se torna um dos passos para o fortalecimento da aliança campo-cidade, como a própria entrevista menciona.

Neste contexto, a recuperação de espécies se torna a recuperação de memórias, é uma ação que tem a capacidade de resgatar espaços e relações particulares de um determinado lugar que foram sendo apagadas e esquecidas ao longo do tempo por conta de diferentes razões (padronização alimentar, mudanças climáticas, imposição de certas dietas, pacotes científicos-tecnológicos convencionais...). Se observarmos dessa maneira, em conjunto com os tais alimentos recuperados ou evidenciados – relacionados a determinado ambiente (ou apenas alimentos que surgem, como nos fala a entrevistada, de uma maior demanda a vir dos consumidores), também são resgatados e reforçados - se considerarmos a prática agroecológica, que é a prática da Cesta Camponesa - saberes, técnicas, métodos de manejo, ou seja: relações socioespaciais homem-natureza que estavam perdidas e/ou fragmentadas.

Tal prática de recuperação também se faz muito importante por conta do fato de que, como menciona L.T. em entrevista, muitos alimentos da Cesta ainda vêm de fora do RJ, pois não se tem uma produção de certos alimentos no estado. Neste sentido, outras bases do MPA são acionadas, como no Espírito Santo, as vezes responsáveis pelo café (que também vem da Bahia) e pelo feijão comercializado na Cesta, ou no Rio Grande do Sul, que através da aliança com o MST (o maior produtor de arroz da América Latina) consegue comercializar arroz orgânico de qualidade com baixo preço.

L.T. explica ainda que a ideia principal da cesta é ter uma oferta de produtos que substitua o supermercado, ou faça paralelo com o mesmo, (o que pode ser visto na lista de produtos comercializados, que vão da carne, passando por frutas – ainda uma deficiência por conta da falta de diversidade – legumes e verduras, queijos, cafés, bebidas, produtos processados, e assim por diante), e que a Cesta, pouco a pouco, consiga reativar a produção do Rio de Janeiro. Essa recuperação/reativação da produção de certos produtos no Estado enfrenta diversos problemas segundo L.T., como o custo e a mão de obra

envolvidas na plantação de tais alimentos, o conhecimento de tais produtos pelos consumidores, e a precificação destes. Desta forma podemos ver que, economicamente, os obstáculos são grandes, e podem ser ainda maiores se comparamos a situação dos alimentos orgânicos e dos convencionais.

A entrevistada reconhece que se torna necessário um balanço neste sentido, visto que ao mesmo tempo em que um dos objetivos da Cesta é melhorar a renda dos agricultores camponeses (principalmente, se está se falando de uma perspectiva agroecológica, os agricultores mais beneficiados devem ser os mais próximos da área de comercialização das mercadorias, seguindo desta forma os princípios agroecológicos de reforço dos circuitos, e das produções, locais), outro objetivo também é o do comércio justo, uma tentativa de reduzir os custos dos alimentos para os consumidores, revelando desta maneira mais uma dificuldade na adaptação aos princípios agroecológicos, que devem ser balanceados, principalmente neste caso. Além disso, observa-se na fala da entrevistada o alinhamento da proposta feita para a região do RJ com as necessidades e objetivos traçados pelo Plano Camponês a nível nacional (o que fica mais claro na tabela apresentada mais a frente), como – por exemplo – os objetivos relacionados à aliança cidade-campo e ao abastecimento saudável das necessidades alimentícias do trabalhador urbano.

Silva (2019, p.79), salienta a Cesta como uma “[...] estratégia político econômica de fortalecimento da relação campo-cidade [...]”, plano este baseado nos objetivos explicitados no início desta seção. Neste sentido, a autora destrinchou estes objetivos em princípios de trabalho da própria Cesta, encontrados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Princípios do trabalho da Cesta Camponesa

1. Aliança campo-cidade por Soberania Alimentar

***Produzir alimentos saudáveis**

Produzir de forma agroecológica;

Eliminar a exploração do trabalho na produção;

Organizar-se politicamente para lutar por direitos sociais, políticos, econômicos;

Organizar-se para superar a lógica do capital na construção do socialismo

2. Consumir alimentos oriundos diretamente do campesinato - eliminação do atravessador

- *Ampliar a retribuição financeira aos camponeses;
 - *Reduzir o valor final do produto para os trabalhadores urbanos.
-

3. Consolidar a consciência do significado político e econômico da produção de alimentos pelos camponeses;

- *Preservação de sementes, solos, águas e conhecimento produtivo;
 - *Solidariedade na produção de alimentos - dada pela valorização dessa produção: a importância de sabermos de onde vem nossa comida.
-

4. Confiança (estabelecer laços de solidariedade de classe entre camponeses e trabalhadores urbanos)

- *Todo o trabalho da cesta é fundamentado na confiança entre os produtores, a logística de distribuição e os trabalhadores que consomem os alimentos;
 - *Não existe pagamento prévio, o que exige comprometimento com o dia da entrega e com o recurso financeiro que deverá retornar aos camponeses.
-

5. Certificação direta

- *A proposta é que ao conhecer os camponeses, como é feita sua produção, e quais as razões que levam a escolha de determinada forma de produzir, os trabalhadores urbanos saibam o que estão comendo, e eles mesmos certifiquem a qualidade dos alimentos.
-

Fonte: SILVA, 2019, p.78-79

Tais princípios de trabalho se tornam muito úteis para construirmos uma problematização relacionando a Cesta e os orgânicos, começando pelo fato de que: toda produção agroecológica é necessariamente orgânica, mas nem toda produção orgânica é agroecológica. Porquê? Como já denunciado por movimentos como a Via Campesina, e em trabalhos como os de Moro (2011) e Abreu *et al.* (2012), os orgânicos se aproximam muito fortemente da lógica do desenvolvimento capitalista por conta da industrialização presente nos seus sistemas de produção – acompanhada esta de relações de trabalho (trabalho assalariado, por exemplo), e de um conjunto específico de modos de organização/divisão do espaço (por exemplo, os complexos agroindustriais), típicos de tal modelo de desenvolvimento. Além disto, a preocupação principal da alternativa orgânica é a substituição de insumos, objetivo este que, dentro da agroecologia, se torna mais um ponto a ser seguido dentro de sua dimensão ambiental/ecológica.

Como iremos mostrar mais a frente, este conjunto de configurações não se encontra em todo produtor orgânico, havendo também aqueles que, de certa maneira, se contrapõem à lógica dominante, enxergando em seu fazer a potência das “outras” relações homem-natureza que tal modelo pode proporcionar. Porém, dentro deste contexto atual, vê-se que através de um grande movimento preponderante, os orgânicos – ligados à monocultura, à industrialização, às relações de trabalho capitalistas, à uma falsa ideia de sustentabilidade, e à um sistema de políticas públicas e certificações que valoriza uns em detrimento de outros – começam a avançar nas redes de processamento, distribuição, e consumo convencionais, construindo – e participando – de tal maneira de um agronegócio que quer se mostrar “sustentável” e, como determinados grupos midiáticos hegemônicos procuram promover, *pop*, a partir da incorporação dos orgânicos como um nicho de mercado em plena valorização e crescimento. Tais alimentos, portanto, entram nos mercados com preços superiores – por estarem associados a um selo que atesta a qualidade e a origem dos mesmos (o que acabar por, em uma “linguagem capitalista de *marketing*”, agregando “valor” a estes produtos) – escondendo que, em sua maioria, os mesmos estão contribuindo para a manutenção da estrutura do agronegócio – solapando pequenos agricultores (camponeses ou não) que praticam o mesmo modelo orgânico, porém associados à uma outra estrutura não hegemônica. Este é um processo que pode ser chamado de “convencionalização do orgânico”, como posicionado por Niederle e Almeida (2013), e é possível de ser visto em diferentes empresas como a Korin, empresa especializada na criação sustentável de animais (sem antibióticos e hormônios, por exemplo), a Fazenda Vale das Palmeiras, pertencente ao ator Marcos Palmeira – produtora esta de alimentos orgânicos com certificado – e em uma das maiores plataformas *web* de venda de produtos orgânicos Organomix. Pode-se ver tal crítica nas próprias palavras da entrevistada L.T., que nos diz o seguinte:

“E a crítica que o movimento faz aos orgânicos é justamente essa que eu comentava contigo né, pra gente é possível produzir orgânico, não estou dizendo que as pessoas que produzem orgânicos fazem assim, mas é perfeitamente possível produzir orgânico mantendo as mesmas relações

sociais de produção. Você pode ter uma fazenda de orgânicos explorando o trabalhador... Pro movimento é muito importante que isso também seja resolvido né, que não seja uma produção apenas sem o uso de agrotóxicos, sem o uso de adubo químico, que se transite né para os insumos biológicos, depois para o manejo natural do sistema, essa é a lógica na produção agroecológica, mas também que seja realizado isso de uma forma que as relações sociais sejam melhoradas, desde a perspectiva da exploração de classe, da desigualdade de gênero, da relação com a juventude, da relação com os idosos, a gente consiga avançar também neste aspecto. Isso é construído junto né, não há uma fórmula para isso, a partir de cada realidade você vai debatendo e discutindo formas um pouco melhores disso”. (L.T., Coordenadora da Cesta Camponesa, entrevista 2019).

Neste sentido, o nosso posicionamento aqui acompanha a crítica feita pela entrevistada, que procura evidenciar que a agroecologia está preocupada também com outros aspectos e dimensões que não somente os técnicos e produtivos. Desta forma podemos começar a formatar a noção (já presente em nossas palavras desde o primeiro capítulo deste trabalho) de que a agroecologia pode ser capaz de promover um outro ordenamento espacial (se colocarmos o espaço como ponto central e fundamental para o entendimento de tal problemática), fugindo assim dos aspectos meramente técnicos e produtivos, como encontrado nos “orgânicos convencionais” e no modelo convencional agrícola de base químico-tecnológica. Retomaremos a estes pontos na última seção do presente capítulo, e também no próximo, procurando reunir as nossas problematizações a partir dos exemplos da Cesta Camponesa e dos agricultores participantes do CCFO.

Seguindo o ponto anterior, porém voltando à Cesta Camponesa, em entrevista L.T., ao falar sobre a remuneração dos agricultores, posiciona os preços da Cesta como bem mais baixos que o “orgânico convencional”, afirmando que a ideia do projeto é popularizar a comida buscando oferecer alimentos saudáveis para a população como um todo (tentando, para isto, chegar ao preço do convencional, da feira comum). A partir desta ideia, L.T. também demonstra a meta da Cesta em chegar até as favelas, o que acaba por demonstrar uma contradição interna ao projeto, pois se um dos objetivos é alimentar a população com produtos sem veneno e, portanto, saudáveis (sob uma orientação socialista, como

visto na Tabela 1), quem mais precisa de tais alimentos são os trabalhadores urbanos residentes nas regiões mais pobres e precárias. Nesse sentido, a entrevistada afirma que o posicionamento da Cesta na região da zona sul do Rio de Janeiro é uma crítica já feita pelo próprio movimento, ao explicar que a zona sul serviu de piloto para o desenvolvimento do projeto, por conta do seu local de surgimento (Campus da UFRJ na Praia Vermelha, Urca).

Acredita-se aqui que uma das razões principais também para esta questão é o dilema financeiro que ronda sobre os produtos orgânicos/agroecológicos, muito por conta de que, como a própria entrevistada demonstra, alguns produtos ainda tem um preço muito longe do convencional, o que acaba contribuindo para a escolha das zonas de comércio de tais produtos, e também – em contrapartida – para a visão estereotipada relacionada ao alto preço dos produtos orgânicos/agroecológicos. Apesar do fato de que a sociedade deve sim problematizar os altos preços que geralmente se encontram relacionados à esfera dos produtos “orgânicos convencionais”, encontrados nos supermercados e em algumas feiras – e não dos produtos agroecológicos/orgânicos ligados a outras lógicas contra hegemônicas – também se deve problematizar, até mesmo mais do que a questão anterior – o porquê dos produtos convencionais serem tão baratos (ou com um preço sempre menor do que os produtos orgânicos/agroecológicos).

É em 2016 que a Cesta passa para o que virá a ser o seu formato atual, o dos núcleos auto-organizados pelas pessoas envolvidas no projeto, os próprios consumidores. Tais “núcleos de consumo” (SILVA, 2019, p.81) foram espalhados na época pela zona sul, zona norte, e centro do Rio de Janeiro. “Estima-se que neste ano tenham sido entregues sessenta e duas (62) toneladas de alimentos, totalizando trezentas e vinte e duas (322) cestas e envolvendo cento e trinta (130) pessoas nas compras e organização” (SILVA, 2019, p.81). A entrevistada L.T. nos mostra que tal crescimento não se deu de forma simples e sem

obstáculos. Muito pelo contrário, a entrevistada detalhou que a passagem de 2015 para 2016 se deu com alguns períodos de descontinuidade (seis meses sem distribuição das cestas) em função da dificuldade de logística envolvida na organização. Neste processo, a conformação do *site* em 2016 (e sua posterior reorganização em 2017) – com a ajuda de voluntários e militantes do MPA – foi uma grande evolução para o desenvolvimento do projeto e para o início da superação do obstáculo da logística, como mencionado pela entrevistada. O *site* automatiza a criação dos relatórios em relação ao que foi pedido, gera confirmações para os consumidores, e ainda contribui para os relatórios de pesquisa dos grupos universitários. A entrevistada descreve ainda que dois grupos universitários, um da UNIRIO (nutrição), e outro da UFRJ (serviço social), trabalham a partir de tais dados visando à construção de indicadores para a tomada de decisões e estratégias pela própria organização do movimento.

Desta forma pode-se ver como o projeto da Cesta criou uma rede de integração e colaboração entre universitários, trabalhadores urbanos, camponeses, voluntários, militantes, entre outros, criando um ambiente de diversidade de conhecimentos e fazeres envolvidos no desenvolvimento de um projeto em comum. Tal modo de organização está alinhado com alguns dos princípios da dimensão política da agroecologia, no sentido de que, a partir de tal modo, começa a surgir em diferentes escalas, a construção de outras geometrias de poder a partir do momento em que o projeto confere outros sujeitos e papéis sociopolíticos no processo de tomada de decisão em relação aos sistemas alimentares como um todo, da produção até o consumo.

Neste sentido, se seguirmos o pensamento de Massey (2000) em relação às geometrias de poder construídas a partir de um movimento de compressão tempo-espaco que se desenvolve a partir da diferenciação socioespacial (a qual, em um movimento hegemônico, ao estar presente na rotina dos mais poderosos, acaba por arruinar o poder dos “menos favorecidos”), pode-se ver que a Cesta caminha para o reforço de um

sentido oposto a este. Por quê? Justamente por organizar camponeses, militantes, voluntários e outros sujeitos de maneira mais horizontalizada em um processo que se quer fazer de “baixo para cima”, descentralizado e auto-organizado – em algumas dimensões.

De tal maneira, cria-se um(a) contraponto/conflito/tensão em relação às geometrias de poder presentes na estrutura do agronegócio e/ou dos orgânicos convencionais, que tiram a voz e a ação sociopolítica dos pequenos agricultores camponeses (e outros sujeitos) ao estarem apoiados nas poderosas estruturas e fluxos econômicos transescalares do capital, como: as corporações multinacionais detentoras de sementes transgênicas e de agrotóxicos; as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para subsidiar e incentivar tais sistemas alimentares; as instituições técnicas responsáveis por criar “alternativas” relacionadas à produção (porém sob um viés majoritariamente técnico-científico e produtivista); e – entre outros – as cadeias de distribuição e processamento de tais alimentos que trabalham a favor da lógica econômica.

Porém é necessário atentar para um fato: o tamanho da Cesta Camponesa ainda é pequeno para falarmos em uma contraposição que realmente faça força para uma outra direção que não a destes fixos e fluxos muito grandes e poderosos. As tensões neste sentido se dão de forma diária, pois ao mesmo tempo em que um passo a frente é dado pela Cesta, outro passo gigantesco é dado por projetos que seguem uma lógica capitalista: as geometrias de poder contra-hegemônicas são constantemente reorganizadas e necessitam de um trabalho constante para se manterem vivas e em atividade, principalmente dentro de uma perspectiva de micropolítica (constituindo assim projetos de produção do espaço conflitantes), que pertence também a uma ordem espacial de dominação, ou ao espaço dominado (concebido) em um sentido lefebvriano. A Cesta Camponesa atuaria assim através dos espaços percebido e vivido para engendrar as suas ações de resistência e de “contra-ordem sócio-espacial”, como nos aponta Soares (2011), na

tentativa de organizar novas relações de poder nas quais estejam presentes e evidenciados os sujeitos sociopolíticos antes suprimidos pelo modo de produção capitalista e suas manifestações.

Assim podemos ver que iniciativas como a Cesta Camponesa são cada vez mais comuns e, através de seus crescimentos, atestam e denunciam a necessidade por uma reforma nos sistemas alimentares como um todo; além de que, em uma escala local, a Cesta consegue suprir a necessidade de diversos grupos sociais que procuram alguma maneira de não contribuir para a manutenção da lógica hegemônica que reside nos sistemas alimentares convencionais, evidenciando desta maneira o seu potencial de resistência e ainda compartilhando princípios e saberes agroecológicos neste processo.

Neste sentido, a questão escalar se faz muito importante, pois é em cada uma delas que os conflitos e tensões estão sendo travados ou não. Se analisarmos a conjuntura da Cesta Camponesa, considerando a atuação do MPA – e suas alianças com movimentos como o MST e a Via Campesina – veremos que existe uma atuação multiescalar do MPA, que é evidenciada através de seus processos e projetos, como a própria Cesta (um projeto dentro de um conjunto de iniciativas nacionais). O MPA tem uma atuação local e territorial por conta da Cesta e de inúmeros outros projetos que acontecem em outros estados (como o projeto/conceito ALIMERGIA), capazes de mobilizar agricultores de diferentes localidades e realidades. A própria Cesta pode ser um exemplo disso, capaz de integrar produtos vindos de agricultores que não estão somente no Rio de Janeiro (produtos produzidos no Espírito Santo e Bahia, por exemplo), como também de agricultores pertencentes a outras organizações (MST, por exemplo, no caso do arroz).

Neste sentido, além da integração dos produtores, vê-se também a formação de relações socioespaciais que se diferenciam da lógica hegemônica presente no campo brasileiro, reforçando ideias de resistência e solidariedade, e a recuperação de valores, saberes, ações, e relações sociedade-natureza camponesas, reforçando também neste

processo, por exemplo, modelos de natureza locais, Escobar (2005). Ao mesmo tempo o movimento mantém coordenações nacionais e regionais, com o objetivo de reunir as demandas e problemas estaduais e traçar estratégias e práticas que possam ser reproduzidas em diversos locais e territórios. Somado a isto, a partir da aliança com a Via Campesina – um movimento camponês de atuação global e presente em diversos países – o MPA também busca se alinhar com os objetivos traçados por outras organizações em uma escala global.

Existe ainda um ponto da Cesta ainda muito importante de ser evidenciado: os núcleos de entrega e como os mesmos estão relacionados com os princípios agroecológicos. Como já foi falado, tais núcleos são pensados para serem auto-organizados pelos próprios consumidores, apesar da existência de coordenadores responsáveis por concentrar certas tarefas. Silva (2019, p.81) faz um resumo do processo de entrega detalhando a estrutura organizativa dos núcleos:

As entregas ocorrem em praças públicas da cidade, em cada núcleo respectivo. A definição desse local foi realizada pelos sujeitos envolvidos no início da criação do núcleo. Hoje a organização conta também com um/a (alguns dois) coordenadores/as de núcleo. Estes/as tem a tarefa de cadastrar novos entrantes no sistema e deixá-los a par do funcionamento da cesta, assim como a cada entrega organizar quem fará a recepção dos itens. O/A coordenador/a não necessariamente precisa estar em todas as entregas e assumir essa tarefa da distribuição no local, mas a de organizar e sensibilizar para que as pessoas participem de forma mais orgânica. Os/as coordenadores/as também possuem a tarefa de organizar os encontros de núcleo com regularidade, para avaliar, conhecer os desafios e traçar estratégias junto ao projeto, ao MPA e aos camponeses/as. Ademais, são previstos no processo encontros com os/as camponeses/as que fazem parte do sistema para realizar essa troca e estreitar a relação campo-cidade. Apesar de existirem algumas funções mais permanentes a ideia é que haja uma autogestão nos núcleos e esses papéis tornem-se mais fluidos.

Em nossas pesquisas, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas entregas, e percebeu-se a importância e o potencial de mobilização que as mesmas têm e, neste sentido, como as entregas são verdadeiros “eventos sociais”. Se seguirmos a definição de Santos (2002, p.61) de que “Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente [...]” e

capazes, portanto, de redefinir ações, contribuindo assim para a redefinição do próprio objeto, pode-se ver que a Cesta consegue redefinir de tal maneira o ato da compra de alimentos e, conseqüentemente, a relação dos sujeitos com estes produtos e com o espaço utilizado, redefinindo também – mesmo que por um espaço-tempo específico – a função das relações socioespaciais envolvidas neste processo, e a função deste mesmo espaço – que, com a cesta, aparece como: uma praça pública sendo ocupada por um determinado conjunto de pessoas que tem como objetivo a retirada de diversos produtos agroecológicos, através de um projeto/organização que sistematizou pela *web* os produtos produzidos por agricultores de diversas regiões e localidades, sendo todos estes produtos monitorados, organizados, e distribuídos por membros dessa mesma organização, que consegue, desta maneira, conectar consumidores e produtores, criando assim uma lógica alternativa aos sistemas alimentares convencionais.

São muitos os vetores envolvidos nestas dinâmicas/processos, estes com a potência de dar – não só ao consumo de tais alimentos, como também as outras etapas envolvidas – uma conotação política, cultural, econômica, ambiental, social e, portanto, espacial, completamente diferente.

Figura 1 – Entrega da Cesta Camponesa



Fonte: Acervo do autor.

Figura 2 – Entrega da Cesta Camponesa



Fonte: Acervo do autor.

Ao observar alguns dos princípios agroecológicos das vertentes cultural e econômica, vê-se que tais eventos conseguem sim propagar a solidariedade, o comércio justo, a ação popular social e coletiva, o contato entre pessoas de diferentes gêneros, raça, e orientação sexual, ainda que em uma escala de produção-processamento-distribuição-consumo pequena em relação à escala praticada pela agricultura convencional, pelos orgânicos convencionais e, portanto, pelo agronegócio (que atuam não somente em uma escala, mas em um movimento multiescalar que, no caso do modo de produção capitalista e suas manifestações, chega até mesmo ser transescalar). E é neste contexto que a Cesta Camponesa se afirma e, aos poucos, se desenvolve com todos os problemas inerentes a um projeto que se constrói de maneira independente e a partir do voluntariado e da militância ligados a um movimento social.

3.3. O universo orgânico a partir do CCFO e suas tensões com a agroecologia seguindo o exemplo da Cesta Camponesa

Nesta seção iremos começar uma discussão para mergulhar mais em outro lado do panorama que estamos abordando: os orgânicos e as suas interações com a agroecologia, a partir da aplicação, ou não, dos princípios agroecológicos. Inicialmente, já se faz necessário afirmar algo que já foi dito e explicado neste capítulo: toda produção agroecológica é

obrigatoriamente orgânica, porém nem toda produção orgânica é agroecológica, uma afirmação inicial que foi capaz de desdobrar amplos questionamentos sobre estas duas perspectivas na seção anterior. Deve-se ter o cuidado observado por Valença (2016, p.18) de que, ao analisar/comparar a agroecologia e a agricultura orgânica, não se deve colocar a agroecologia “[...] apenas como um sistema de produção agrícola”, sendo que a mesma se apresenta como visto através do exemplo da Cesta – corroborando para com o seguinte posicionamento defendido por nós – como uma outra forma de reordenamento espacial seguindo e ajudando a formatar, portanto, outra lógica de desenvolvimento que não a capitalista (retomaremos isto na última seção deste capítulo e no próximo).

Desta forma, viu-se até então, uma parte da complexidade relacionada a estas esferas pertencentes ao universo da agricultura: assim como podem ser encontradas diversas perspectivas da agroecologia (técnico-científica ou camponesa, por exemplo) – divididas e/ou presentes em seus três principais ramos (a ciência agroecológica, as práticas e princípios agroecológicos, e a agroecologia enquanto movimento social) – também podem ser encontradas diferentes formações da agricultura orgânica sendo que estas podem ter uma orientação mais conectada à estrutura da agricultura convencional, ou à algo mais orientado para uma perspectiva das relações sociedade-natureza não hegemônicas, aproximando-se, portanto, da agroecologia.

Não se pretende aqui fazer uma ampla descrição e análise detalhada da agricultura orgânica e das correntes associadas à mesma, porém evidenciar as suas existências é necessário para entendermos a complexidade da discussão abordada aqui.

Tabela 2 – Principais Correntes de agricultura orgânica no Brasil.

Principais Correntes Agrícolas Orgânicas no Brasil				
Nome	Data	Local	Criador	Características

Orgânica	1899 a 1940	Índia	Sir Albert Howard	Baseado no processo Indore ⁸ de compostagem desenvolvido na Índia. Caracteriza-se pela diversificação e integração da produção interna, todas as atividades da fazenda (olericultura, fruticultura, criações, etc.) seriam partes de um corpo dinâmico, interagindo entre si.
Biodinâmica	1924	Alemanha	Rudolf Steiner	Forte foco filosófico e espiritual. Utiliza preparados biodinâmicos borrifados sobre as plantas ou adicionados aos adubos. As atividades agrícolas são realizadas de acordo com um calendário astrológico.
Biológica	Década de 1930	Suíça	Hans Peter Müller	Acredita que a manutenção da fertilidade do solo e o controle de pragas e doenças são feitos pelo uso de processos e ciclos naturais. Forte cunho socioeconômico e político.
Natural	1932	Japão	Mokiti Okada	Forte cunho filosófico, tendo suas bases sido estabelecidas como um dos alicerces de uma religião (Igreja Messiânica). Técnicas utilizadas: a própria força da natureza e os conhecimentos técnicos científicos adquiridos ao longo da evolução humana. Não utilização de adubos de origem animal, como esterco.

Fonte: VALENÇA, 2016, p.15.

É importante enfatizar que a agricultura orgânica de Albert Howard, considerado um dos pais desta forma de agricultura, é a mais difundida no mundo todo, e é a maior corrente ativa no Brasil. Através deste panorama, quando a agricultura orgânica é mencionada aqui – ao falarmos do CCFO e/ou de outras estruturas relacionadas aos orgânicos – está se referindo a esta abordagem.

Dentro destes universos, já foi pontuado também a existência dos múltiplos sujeitos que permeiam tais espaços – agricultores familiares empresariais, agricultores camponeses, pequenos, médios, e grandes produtores, e assim por diante (que não atuam de maneira homogênea, nem em processos fechados) – responsáveis estes por tornar ainda mais complexo as relações, conflitos, e tensões entre os orgânicos e a agroecologia.

Entrelaçando toda esta complexidade, está a fonte de muitos dos conflitos que já foram abordados até então nesta pesquisa: a hegemonia do agronegócio e da agricultura convencional de base científica-tecnológica, ancoradas estas em uma estrutura industrial e financeira responsável por transformar a agricultura na produção em larga escala de commodities e agrocombustíveis na atualidade. Assim, aliada a uma estrutura estatal que financia e subsidia a produção hegemônica através de dispositivos como o BNDES, e políticas que beneficiam os produtores pertencentes a esta lógica produtiva – como a liberação massiva de agrotóxicos pelo atual governo – entre outros (importante lembrar que, no contexto brasileiro, a agricultura familiar e o agronegócio não são, necessariamente, antagônicos), tem-se uma superestrutura que busca a sua conformação e manutenção como parte da estratégia do modelo de desenvolvimento capitalista global, transescalar e multidimensional imposto no Brasil.

Não se pretende aqui dar conta de toda esta complexidade referente à uma multiplicidade de processos e sujeitos que se tencionam, entram em conflito, apropriam-se, e desenvolvem-se em conjunto ou não. Buscamos, no entanto, identificar e analisar uma espécie de espelho destas problemáticas, que, assim como foi encontrado no exemplo da Cesta Camponesa, também pôde ser identificado nos agricultores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas tem o seu início dentro de um panorama inicial de fortalecimento e incentivo aos alimentos orgânicos no Rio de Janeiro, segundo Valença (2016), visando também, assim como a Cesta Camponesa, estreitar os laços entre o campo e a cidade, buscando aproximar os agricultores dos consumidores urbanos. Importante lembrar que apesar do seu reconhecimento através da lei Nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003, a agricultura orgânica sem o uso de agrotóxicos sempre foi praticada no Brasil, e também no Rio de Janeiro, pelas sociedades tradicionais, e camponeses – que tinham na terra seu principal meio de vida – ainda que em minoria e sempre a margem do

modelo de desenvolvimento rural praticado no país. Porém, nas últimas décadas, observa-se um crescimento muito forte dos produtos orgânicos no país, guardando as devidas ressalvas sobre o tipo de agricultura que está se praticando e, portanto, alavancando este crescimento. Porém, não se pode negar, a agricultura orgânica é também responsável por criticar (em algumas instâncias, e com o mesmo tipo de ressalva apontada anteriormente) a agricultura convencional e, conseqüentemente, o modelo de desenvolvimento hegemônico aqui implantado.

O CCFO, de acordo com Mesquita (2015) citando uma entrevista com a presidente da ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) – organização que também é responsável pela gestão de algumas feiras pertencentes ao Circuito – teve seu início a partir de dois eventos principais que foram verdadeiros marcos para agricultura orgânica do Estado do RJ:

O primeiro foi a feira orgânica da Glória que nasceu em 1995 de maneira ainda ilegal, (já que o governo não fornecia novos alvarás para a criação de feiras), fruto de um trabalho em conjunto entre a ABIO, a COONATURA21 e a Associação de Moradores do bairro [...] O segundo marco, surgiu de um reflexo a entrada dos orgânicos nas redes de Supermercados. O que parecia ser uma grande vitória, se transformou em grande apreensão, pois essa relação entre produtores e redes de mercado destacava a fragilidade e dependência destes agricultores no que tange à comercialização de seus produtos. Segundo Carvalho (2014), as redes varejistas definiam os preços de compra dos fornecedores orgânicos e os preços de venda aos consumidores, além de obrigar esses produtores a abastecerem as gôndolas duas vezes ao dia e de assumir as perdas com o que não for vendido, tornando assim a sustentabilidade econômica desses agricultores praticamente impossível. (MESQUITA, 2015, p.94-95)

Estes dois marcos já demonstram a preocupação com a organização de um Circuito que fuja da estrutura de comercialização e distribuição que normalmente é praticada pela agricultura convencional, já denotando a orientação dos agricultores participantes e da própria organização que também, ao se preocupar com a sustentabilidade econômica destes agricultores, alinha-se assim com os princípios agroecológicos de vertente econômica.

Neste sentido, Mesquita (2015) evidencia a fragilidade e o alto custo envolvido na relação dos pequenos agricultores cariocas com as tais redes varejistas de comercialização, que exigem uma homogeneidade relacionada aos produtos e embalagens a serem comercializadas, uma alta escala de produção de tais alimentos, e uma logística de fornecimento regular – entre outras – características estas que se tornam verdadeiros obstáculos para o pequeno produtor. Dessa forma, os agricultores orgânicos buscaram meios de preservar – de certa maneira – as suas independências e autonomias em relação a esta estrutura dominadora e pouco flexível em seus termos. Auxiliados pela ABIO em diferentes esferas (certificação, comercialização, organização coletiva, assistência técnica...) os produtores orgânicos familiares encontraram nas feiras de rua (mas especificamente, de forma inicial, pelo exemplo da feira orgânica da Glória) uma maneira sustentável de escoar as suas produções, buscando firmar a conexão entre o campo e a cidade voltando assim para a tradicional relação direta com os consumidores. De tal maneira, Mesquita nos apresentada, resumidamente, este processo de organização do CCFO:

Foi somente em 2009, após um convite feito pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES, a ABIO, para a organização e realização de uma série de feiras orgânicas no Bairro da Lapa que começou a se desenhar uma parceria e uma representatividade entre o Estado e o CCFO. A ABIO neste momento tinha apresentado ao governo o projeto do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e após um ano, em maio de 2010 iniciavam-se as primeiras cinco feiras do circuito, Glória, Bairro Peixoto, Jardim Botânico, Ipanema e Leblon [...]. (MESQUITA, 2015, p.97).

Hoje a secretaria parceira do CCFO é a SMDEI – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego, e Inovação da Prefeitura do Rio de Janeiro, responsável pelas licenças, e servindo como ponto de contato do Estado com as organizações envolvidas. Mesquita (2015) e Valença (2016) atestam que a parceria com tais secretarias, principalmente no contexto de início do CCFO – momento no qual a secretaria responsável por este licenciamento era a SEDES – foi fundamental para o estabelecimento adequado e legalizado das feiras, e também para as suas respectivas manutenções. Mesquita (2015, p.96) atesta que “[...] o

Estado do Rio de Janeiro foi pioneiro na construção de um modelo de trocas direto entre produtores e consumidores, entre o rural e o urbano”.

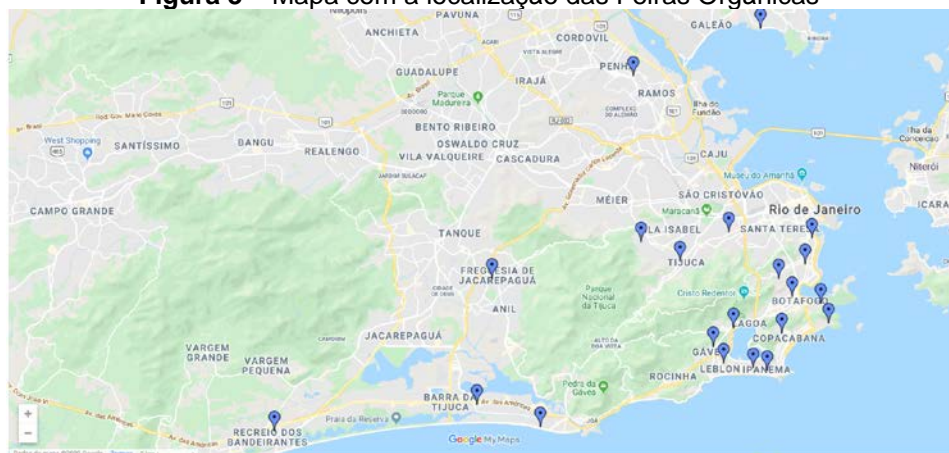
Na atualidade existem 21 feiras do CCFO espalhadas por diferentes bairros das zonas sul, norte, oeste, e uma feira especial realizada uma vez por mês na sede da prefeitura localizada no centro da cidade. Diferentes feiras são geridas por diferentes organizações, entre elas a ABIO, Essência Vital, AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), e a AULA (Associação Universitária Latino Americana).

Tabela 2 – Localizações das Feiras e instituições responsáveis

Local das Feiras	Instituição Responsável
1. Feira Orgânica – Glória	ABIO
2. Feira Orgânica - Flamengo	Essência Vital
3. Feira Orgânica - Laranjeiras	Essência Vital
4. Feira Orgânica - Botafogo	Essência Vital
5. Feira Orgânica - Jardim Botânico	ABIO
6. Feira Orgânica - Ipanema	ABIO
7. Feira Orgânica - Leblon	ABIO
8. Feira Orgânica - Peixoto	ABIO
9. Feira Orgânica - Tijuca (Praça Afonso Pena)	ABIO
10. Feira Orgânica - Tijuca (Praça Xavier de Brito)	Essência Vital
11. Feira Orgânica - Freguesia	AS-PTA
12. Feira Orgânica - Arpoador	ABIO
13. Feira Orgânica - Leopoldina	ABIO
14. Feira Orgânica - Urca	Essência Vital
15. Feira Orgânica - Barra da Tijuca (Praça General Santander)	ABIO
16. Feira Orgânica - Barra da Tijuca (Praça São Perpétuo)	ABIO
17. Feira Orgânica - Recreio	ABIO
18. Feira Orgânica - Grajaú	Essência Vital
19. Feira Orgânica - Leme	Essência Vital
20. Feira Orgânica - Ilha do Governador	AULA
21. Feira Orgânica – Gávea	Essência Vital

Fonte: Adaptado e atualizado pelo autor com base em Mesquita (2015, p.99) e nas informações presentes em www.feirasorganicas.com.br.

Figura 3 – Mapa com a localização das Feiras Orgânicas



Fonte: www.feirasorganicas.com.br

As feiras são organizadas através de um processo coletivo, visando dar aos participantes uma maior quantidade de ações relativas às tomadas de decisões internas realizadas pelo CCFO, que ocorrem – desta maneira – de forma democrática e coletiva. Nessa direção, as instituições parceiras responsáveis pela gestão das feiras são essenciais para a existência de uma boa relação entre o Estado (as secretarias envolvidas), os agricultores e comerciantes, e as associações de moradores de cada bairro.

É importante evidenciar também o papel destas associações de moradores, que são responsáveis por autorizar ou não as licenças para a realização das feiras, junto à secretaria responsável. Assim, as associações também podem:

[...] apoiar as feiras orgânicas na divulgação das mesmas, por exemplo, solicitar a feira orgânica no seu bairro, escolher os locais onde as feiras serão sediadas ou estar de acordo com o local eleito pelas gestoras. Algumas vezes a associação de moradores pode ter conflito de interesses com as gestoras do circuito, principalmente quando o assunto é a escolha do lugar onde a feira será sediada. E em outras vezes ela pode formar parceria como financiar as barracas a serem utilizadas na feira orgânica para que os produtores não precisem alugar semanalmente, como foi o caso da associação de moradores da Freguesia de Jacarepaguá (VALENÇA, 2016, p.58).

Através de pesquisas de campo e entrevistas identificaram-se diferentes papéis relacionados aos participantes das feiras: os agricultores que produzem e comercializam os seus produtos nas próprias

feiras – sendo que os mesmos são a maioria dos feirantes (todos com uma certificação própria atestando a qualidade e a origem dos produtos); feirantes comerciantes/mercadores que, através de uma certificação específica, podem atuar como atravessadores (sejam eles agricultores ou não) de outros produtos orgânicos, mas que não sejam os mesmos comercializados pelos feirantes produtores, suprindo dessa forma certas lacunas relacionadas às frutas e verduras – por exemplo – ou à outros produtos (no geral, os processados); e os feirantes que atuam no auxílio de vendas dos feirantes produtores ou dos feirantes atravessadores. Foi constatado também em uma das nossas entrevistas realizadas na feira do Flamengo (Praça José de Alencar), que certos agricultores produtores diversificam as suas vendas realizando o comércio e distribuição de alimentos não só pelo CCFO, mas também por sistemas de entregas de cestas próprios – em um esquema semelhante ao da Cesta Camponesa, porém não tão organizado quanto (algo mais relacionado a sistemas de entrega em domicílio).

No dia 20 de abril de 2015, o CCFO teve o seu regimento interno publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, o mesmo relacionado a SEDES. Dois pontos merecem destaque para as análises que buscaremos fazer a partir daqui, sendo o primeiro a definição do CCFO com uma “[...] cadeia curta de produção, comercialização e consumo, de base agroecológica [...]” (RIO DE JANEIRO, 2015, p.91), e o segundo ponto são os objetivos traçados da CCFO, que são:

- a) Criar canais de venda direta de produtos orgânicos, contribuindo, assim, para a viabilização econômica dos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro; b) Aumentar o acesso da população da cidade do Rio de Janeiro aos alimentos orgânicos, através de uma cadeia de produção de venda direta, sem atravessadores, aproximando quem produz de quem consome. c) Viabilizar a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro; d) Divulgar informações e conhecimentos que ajudem a conscientizar e instruir a sociedade sobre a importância dos alimentos orgânicos para a preservação do meio ambiente e da saúde humana. e) Incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos. f) Ser reconhecido como um “Sistema Alimentar Sustentável”, estimulando a compreensão sobre o atual modelo de produção, distribuição, consumo de alimentos e promovendo a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional

do Município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2015, p.91).

Neste sentido podemos observar algumas diferenças fundamentais entre a Cesta Camponesa e o CCFO: no primeiro caso encontra-se um sistema organizado por um movimento social, realizado pelos próprios militantes, voluntários, e estudantes universitários conectados ao projeto, que se estabelece através de uma plataforma web de entrega de cestas – e que não necessita de uma interação com o município para poder ocorrer e circular seus alimentos através das entregas realizadas nos pontos de encontro dos núcleos; no segundo caso tem-se um grupo de agricultores orgânicos familiares que, reunidos em conjunto com associações de moradores, organizações como a ABIO, AS-PTA, e Essência Vital, e em contato direto com secretarias relacionadas ao Município do Rio de Janeiro, organizam um circuito de feiras de rua – também localizadas em praças públicas e, em alguns casos, locais especiais, como a feira realizada na sede da prefeitura do RJ em toda última semana do mês.

Muitas outras diferenças podem ser pontuadas neste sentido, como a necessidade, pelos agricultores do CCFO, em ter certificações para o comércio dos produtos (uma exigência relacionada ao universo dos orgânicos), o distanciamento maior que os agricultores da Cesta Camponesa têm dos consumidores por conta do serviço de distribuição e comércio adotado pelo sistema, a escala de preço entre os produtos da Cesta e os produtos da CCFO (como já apontado na seção anterior) e – por exemplo – a ligação explícita e direta com um determinado movimento social (MPA), no caso da Cesta Camponesa. Porém o que já podemos atestar aqui é que os dois modelos se inserem dentro dos princípios agroecológicos que estamos trabalhando, mas de maneira pouco similar, enquadrando-os e aplicando-os em diferentes níveis, escalas, e dimensões. No entanto é essencial evidenciar que há uma intencionalidade muito maior e mais forte no posicionamento, discurso, e direcionamento agroecológico na Cesta Camponesa do que no CCFO, o qual tem a sua conexão com a agroecologia atrelada à ação dos

agricultores de maneira individual e às organizações responsáveis pela gestão das feiras, mas não como um todo coletivo que se posiciona de maneira explícita através da agroecologia – como o próprio nome do circuito nos mostra.

Além disso, se observarmos os objetivos do CCFO relacionados anteriormente, veremos que a palavra agroecologia não aparece nem uma vez, ao contrário dos objetivos traçados pela Cesta Camponesa (apresentados na seção anterior). Ao mesmo tempo, no regimento interno do CCFO, está a descrição de que o Circuito tem uma “base agroecológica”, porém em nenhum momento do documento – ou até mesmo do site do projeto – existe um desenvolvimento sobre o que seria esta base agroecológica e quais contribuições tal perspectiva pode dar para a organização. Considerando que organizações como a AS-PTA – esta que aparece muito ligada a iniciativas e projetos agroecológicos – participam da gestão de certas feiras de rua (a AS-PTA só gerencia uma feira de rua até então), acreditamos que existem sim agricultores participantes do CCFO com uma ligação maior com a agroecologia e seus princípios, porém, como já dito, tal posicionamento se faz de maneira mais individualizada, e não de forma coletiva como visto na Cesta Camponesa. O posicionamento de W.O., agricultor do CCFO, nos ajuda a observar que a agricultura que está sendo praticada por ele, segue os conhecimentos tradicionais passados de pai para filho, se aproximando por tanto dos princípios agroecológicos:

“Aprendi tudo com meu pai. Meu pai, minha mãe. Todo mundo da minha família é produtor orgânico, todo mundo. E foi de família, nós nunca mexemos com esse negócio de convencional, só orgânico, entendeu? Aí que tu vê a diferença da onde que é o orgânico e o convencional, entendeu?” (W.O., agricultor do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, entrevista 2019).

Em nossas pesquisas e entrevistas no CCFO este posicionamento apareceu somente ao perguntarmos sobre a ligação de tais agricultores com a agroecologia e, mesmo assim, foi um posicionamento muito relacionado ao aspecto ecológico da produção, como pode-se ver no depoimento de D.O.:

“A gente pode-se dizer que é agroecologia, a gente participa de um projeto de agricultura familiar, então acaba se encaixando entendeu? Tudo é ecológico, entendeu, a gente procura fazer o melhor possível para o meio ambiente, então se encaixa bem na agroecologia também né?” (D.O., agricultor do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, entrevista 2019).

Já na Cesta Camponesa vimos que está ressaltada a dimensão política da agroecologia, principalmente se observarmos a denominação “camponês” utilizada pelo projeto, contrária a utilização da categoria “familiar”, como é visto no CCFO. Acreditamos que esta dimensão é essencial para o que está sendo defendido aqui, que é a agroecologia como uma outra lógica de reordenamento espacial. Por outro lado, já relacionado ao CCFO, também foi visto que o mesmo tem uma grande visibilidade e consegue uma mobilização grande de pessoas, seja através do método de comércio utilizado (feira de rua), que acaba por conectar diretamente o produtor e o consumidor, e/ou da parceria com as associações de moradores vinculadas a cada bairro. Neste sentido, durante as pesquisas realizadas também foi verificado que os preços praticados no CCFO estão abaixo dos preços praticados pelas grandes redes varejistas sob os produtos orgânicos, o que também aproxima o público, denotando também, neste sentido, uma orientação de contraposição à lógica econômica praticada por tais redes, como podemos ver em outro momento da entrevista realizada com D.O., em que este deixa claro esta contraposição se apresentando como um agricultor do CCFO que está mais próximo dos princípios agroecológicos:

“Lá, é o que eu tô te falando, tem uma fração que é orgânico, mas a maioria é tudo convencional também... E devido a gente cara, em ser assim como concorrência, não vejo eles como concorrência não, até por questão de preço né... O preço da gente é muito mais em conta; o pessoal que vem aqui fala ‘p... não tem como né’, por exemplo: um pé de alface lá essa semana tava 5,99, aqui é 3,00 reais, já é a maioria das vezes 2,00 por 5,00. 2,00 por 5,00, lá era 6,00 um, entendeu? Ai não pode nem comparar os caras como concorrência não, apesar de venderem muito e tá aqui a semana inteira, a gente só tá uma vez por semana, entendeu? Mas pô, nem se compara... É totalmente diferente... Eles têm pra dizer que têm, entendeu? A gente tem porque a gente depende disso pra viver, entendeu? É assim, eles têm por que têm né, aqui é uma classe, como é que se diz, bem alta, então o pessoal que tem aquele direito de escolher o que quer comer, quer dá pra um filho, né, uma coisa melhor, o pessoal vai lá e compra, mas geralmente o pessoal vem aqui e já compra pra semana, o pessoal diz ‘a não vou comprar no hortifrúti porque tu não sabe da onde vem, que isso

e aquilo', aqui a pessoa tem esse conhecimento, entendeu? O nosso sítio é aberto a visita, vários clientes daqui já foram lá, conheceram a propriedade, compraram lá, ajudaram a colher da terra assim, entendeu... então é uma parada totalmente diferente, não tem nem como comparar não. (D.O., agricultor do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, entrevista 2019).

Este último ponto trazido por D.O., relativo à confiança em saber quem produz, e de onde estão vindo tais produtos orgânicos, também é trazido de forma interessante por L.V., agricultor fornecedor da Cesta Camponesa. Este último entrevistado também tem o certificado orgânico – apesar de estar em um projeto agroecológico que preza pela confiança no produtor ao invés de apostar nas certificações padrões dos mesmos (como visto nos objetivos da Cesta Camponesa na Tabela 1). Porém L.V., em entrevista, demonstrou-se pensativo em relação ao selo, afirmando que as instituições são muito exigentes, e que está pensando em abrir mão da certificação – tornando-se assim, em suas palavras, “agroecológico” – frisando a importância da confiança entre os consumidores e o produtor, afirmando também que “quem compra orgânicos certificados sem conhecer ou visitar, não sabe o que compra”, visto que L.V. observa que sua produção é a produção com técnicas de mais de 20 anos atrás, que foi quando o mesmo começou a identificar uma industrialização crescente dos orgânicos.

Finalizando esta seção, pode-se ver que o exemplo dado pela Cesta Camponesa nos evidencia a perspectiva agroecológica que acreditamos que seja necessária se se quer criar uma via alternativa contra-hegemônica através de um movimento de contra-ordem sócio-espacial com o intuito de seguir para a direção do reordenamento dos sistemas agroalimentares como um todo.

Acreditamos que a Cesta Camponesa e, conseqüentemente, a sua discussão agroecológica (em conjunto com sua aplicação dos princípios agroecológicos), podem aprender com os pontos positivos do CCFO – como a maior conexão direta entre produtor e consumidor, e/ou a aproximação com associações de moradores – para que, neste sentido, o projeto tenha alcance e respaldo maiores no contexto carioca, visto que, por exemplo – como evidenciado por Silva (2019, p.104) – o projeto ainda

não consegue ter um impacto positivo muito grande na renda dos agricultores participantes.

É importante também que, neste processo de crescimento e expansão da Cesta Camponesa, sejam reforçados os princípios relacionados às dimensões política, cultural, e social (já trabalhadas pelo projeto) perante todos os participantes e envolvidos, visto que são estas as responsáveis por dar um viés completamente diferente à abordagem agroecológica praticada, capaz de defender os ideais de resistência no campo e de oposição à lógica do desenvolvimento capitalista.

Torna-se importante neste momento finalizarmos alguns pontos sobre as diferenças entre a agroecologia e a agricultura orgânica, discussão esta que nos encaminhará e trará posições para conectarmos as argumentações sobre desenvolvimento (formuladas no primeiro capítulo), preparando a passagem para o próximo e último capítulo.

Sustentamos o nosso pensamento de diferenciação entre a agroecologia e a agricultura orgânica – para além das pesquisas feitas através dos dois exemplos anteriormente citados (Cesta Camponesa e CCFO) – nos posicionamentos encontrados em Fonseca (2000), Assis e Romeiro (2002), Moro (2011), e Valença (2016) que, em síntese, atestam a distinção entre as duas através de argumentos referentes ao mercado, como: a busca por atender a uma demanda crescente por alimentos orgânicos – foco no consumidor e na manutenção do crescimento dos mercados – gera, portanto, uma despreocupação com relação às outras dimensões envolvidas na produção, argumento este demonstrado por Fonseca (2000) e Assis e Romeiro (2002); neste sentido, a partir de tal preocupação em atender as demandas do mercado, são desenvolvidas – segundo Valença (2016, p.17),

[...] produções orgânicas baseadas em tecnologias que necessitam alto aporte de insumos (*ao padrão agroquímico*) alternativos externos à propriedade, e também na prática da monocultura, privilegiando fatores econômicos em detrimento de questões agronômicas, ecológicas, sociais. Dentro dessa lógica, segundo Moro (2011), a agricultura orgânica seria uma prática agrícola e um processo social que apresenta alguns vieses expressos em diferentes formas de encaminhamento

tecnológico e de inserção no mercado, respeitados os limites teóricos da Agroecologia em maior ou menor grau. O que torna a agricultura orgânica apenas uma prática que não utiliza agrotóxico.

Estabelece-se assim, como já apontado nas seções anteriores, a lógica predominante do mercado orgânico focada numa industrialização das produções, frequentemente fugindo da lógica camponesa-local, e que passa a ter a distribuição dos produtos através das grandes redes varejistas, conectando-se – portanto – à estrutura de produção-processamento-distribuição-consumo do modelo convencional do agronegócio. De tal maneira, a busca por lucro, através da predominância da dimensão econômica nas estruturas apresentadas, e da manutenção de aspectos referentes às dimensões social, cultural, e política do modelo convencional (agronegócio), quebram com os princípios agroecológicos, conectando-se, portanto, à estratégia hegemônica de desenvolvimento global imposta nos países do “terceiro mundo”, como o Brasil.

Porém, é importante denotar também que – como já visto no exemplo do CCFO, existem iniciativas relacionadas à agricultura orgânica que fogem – de certa forma – dessa estrutura, aproximando-se dos princípios agroecológicos sem romper com os mesmos, mas organizando-os e aplicando-os de outra maneira e sem a mesma intencionalidade que outros projetos agroecológicos – no caso aqui abordado, a Cesta Camponesa (que foi capaz de nos evidenciar a importância das dimensões política e cultural para o desenvolvimento de uma estratégia de contraposição à hegemonia aqui criticada). Neste sentido, queremos demonstrar aqui a agroecologia como uma possibilidade de reordenamento espacial e de manutenção de outra lógica contra-hegemônica que possa ajudar a evidenciar e delinear, em seus termos, outra estratégia de desenvolvimento, posicionamento este que conseguimos ver em parte na exemplificação da Cesta Camponesa.

Precisamos, antes de continuar o desenvolvimento do terceiro e último capítulo, traçar algumas conexões entre o posicionamento agroecológico que queremos enunciar e os outros modos de relação

sociedade-natureza que evidenciamos no final do primeiro capítulo a partir de Escobar (2005), Lander (2005), Coronil (2005), entre outros.

Ao considerarmos o posicionamento de Lander (2005) vemos que, a partir da concepção de espaço como produto e condição das relações sociais, encontra-se também o espaço enquanto relação sociedade-natureza – demonstrando que ao mesmo tempo em que a sociedade se auto-produz, esta está transformando e apropriando a natureza. Neste caminho, Coronil (2005) ao inserir a natureza como um elemento fundamental na relação dialética entre capital e trabalho, construindo assim a concepção de que ao mesmo tempo em que ocorre a exploração social, a exploração natural também a acompanha, fica desenhado, desta maneira, uma possibilidade de crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico e, conseqüentemente, à estrutura convencional do agronegócio, que está permeada de relações neo-coloniais¹².

Assim, o posicionamento dos agricultores da Cesta Camponesa, através da reunião destes em uma organização que se posiciona politicamente pela agroecologia e seus princípios, pela defesa do camponês e de seus modos de vida, e pela reconstrução dos sistemas agroalimentares, demonstra que a transformação e apropriação da natureza – que ocorrem, no caso da Cesta, através de princípios agroecológicos multidimensionais – não precisam estar acompanhadas da exploração social, pelo contrário: as dimensões cultural e social podem ser respeitadas e enaltecidas através de uma perspectiva de agricultura que não se reduz a aspectos meramente produtivos e técnicos, e que procura se construir como, antes de tudo, ciência.

Desta maneira, a partir dos argumentos dos autores anteriores, e considerando também o posicionamento de Escobar (2005) ao afirmar que a partir da incorporação da natureza em tais relações socioespaciais a dimensão política e suas relações de poder aparecem de maneira mais clara e evidente, demonstra-se, portanto, a importância do

¹² Enquadradas como, por exemplo, neoextrativistas e agroexportadoras por Svampa (2019).

posicionamento político dentro da agroecologia como visto no exemplo da Cesta Camponesa, capaz de evidenciar também que a abstração das dimensões política, social, e cultural, serve como estratégia de manutenção da lógica espacial propagada por tal modelo de desenvolvimento hegemônico modernizador, que faz “desaparecer”, como evidenciado por Lander (2005), o colonialismo – e as suas geometrias de poder – responsável por colocar tal estratégia de desenvolvimento como única, onipresente, e detentora do processo histórico.

Constrói-se assim, a partir da crítica sendo feita, uma perspectiva agroecológica ligada à noção de pós-desenvolvimento por conta também da valorização da cultura camponesa - e de seus modos de vida – ancoradas nos princípios agroecológicos, que são capazes de, como visto nas seções anteriores, ajudar a transformar pouco a pouco aqueles que seriam “objetos” de um desenvolvimento hegemônico, em sujeitos sociopolíticos construtores de suas próprias realidades. Tal perspectiva agroecológica camponesa estaria ligada também ao que Escobar (2005) chama de “modelos de natureza baseados no lugar”, demonstrando, neste sentido, saberes e conhecimentos oriundos e conectados a cada realidade socioespacial específica, ajudando a dissolver aquilo que este mesmo autor chama de “domínio do espaço sobre o lugar”.

Aproveitando o autor anterior, o qual constrói a crítica de que tais modelos de natureza baseados no lugar ainda não estão organizados dentro de uma mesma concepção, acreditamos aqui que a agroecologia – como vem sendo trabalhada e abordada aqui, em conjunto com os seus princípios – pode ajudar nessa unificação, não a título de retirar as singularidades de cada problemática construindo um só panorama (e uma solução única, que – como já visto – não existe), mas, em sentido contrário, com o intuito de evidenciar as especificidades conectadas a cada problemática, e construir assim soluções relativas à escala analítica de cada uma delas (escala do lugar – como espaço vivido)¹³.

¹³ Conforme nos ilustrou Haesbaert (2014).

Porém uma pergunta se faz importante neste momento: como conectar de forma mais evidente a perspectiva agroecológica camponesa sendo trabalhada aqui, com os tais modelos locais de natureza (e/ou a outras relações sociedade-natureza alternativas demonstradas ao final do capítulo um, como o “Bem-Viver”) no sentido de oferecer outro paradigma (complexidade) formatando assim um imaginário alternativo à lógica identitária-conjuntista já criticada? No próximo capítulo iremos desenvolver as concepções trazidas por Ernst Gotsch (1996,1997) através de sua agricultura – hoje denominada Agricultura Sintrópica – para fazer a conexão evidenciada anteriormente, tentando desta forma contribuir para a formatação de um modelo de agroecologia que contribua efetivamente para o reordenamento espacial sob uma lógica contra-hegemônica, capaz também de evidenciar outro paradigma que não o da simplificação e da razão formal, e que possa também contribuir, neste sentido, para os processos de “transição agroecológica”, conceito descrito por Caporal e Costabeber (2004, p.47) como:

[...] o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção “convencional” (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. Nesta definição, a idéia de “base ecológica” da atividade agrária se refere a um processo de ecologização dinâmico, contínuo e crescente através do tempo, e sem ter um momento final determinado. Este processo de ecologização implicaria não somente uma maior racionalização produtiva em base às especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também um câmbio de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo dos recursos naturais e à conservação do meio ambiente.

Tal conceito se torna essencial para conectar as concepções delineadas anteriormente, pois tais autores – a partir de outras leituras – também evidenciam, por exemplo, a importância da dimensão local para os processos agroecológicos de transição e, neste sentido, a importância da ação coletiva para a dinamização da transição agroecológica, duas perspectivas que já foram tocadas durante este trabalho e que permanecem como essenciais para a conexão que queremos fazer no próximo capítulo.

4. A produção de outras espacialidades agroecológicas: um exemplo a partir da Agricultura Sintrópica

Este capítulo tem a finalidade de reunir as discussões trabalhadas nos capítulos anteriores, buscando a retomada retroativa dos posicionamentos desenvolvidos relativos à agroecologia e a complexidade, por exemplo. O que procuramos defender aqui, neste sentido, é que a Agricultura Sintrópica é capaz de dar o gatilho, por exemplo, às discussões sobre complexidade, relações sociedade-natureza contra-hegemônicas, e desenvolvimento – tudo isto sob o panorama da agroecologia.

Para apresentar, enunciar e discutir a Agricultura Sintrópica, utilizaremos os trabalhos e publicações do próprio autor da mesma, Götsch (1996,1997), além de outros trabalhos publicados no site do projeto Agenda Gotsch, entrevistas com agricultores praticantes deste modelo, e também nossas próprias experiências em campo na prática

deste modelo de agricultura – com o intuito de fazer as intersecções e discussões relativas ao que queremos defender neste trabalho. É importante salientar desde já que a apresentação de tal método de agricultura passará brevemente por uma forma de abordagem (relativa à biologia e à ecologia) que não foi utilizada até então no presente trabalho. Isto pode parecer um tanto quanto contrastante, porém acreditamos que tal abordagem se mostra necessária para enunciar a AS, e para inseri-la como contraponto na discussão sendo efetuada até então. Sempre que necessário iremos pontuar e problematizar a abordagem utilizada, principalmente, na próxima seção.

4.1. Apresentando a Agricultura Sintrópica

Antes de entrarmos em uma explicação do método sintrópico em si, precisamos falar um pouco sobre o plano de fundo do organizador do método, Ernst Götsch. Ernst é suíço, atuando no seu país de origem através de pesquisas de melhoramento genético de espécies – antes de vir para o Brasil – e trabalha em nosso país desde o início dos anos 80 como agricultor e pesquisador. Foi fortemente influenciado pelo início do movimento europeu de agricultura alternativa orgânica, o que o levou a iniciar suas pesquisas e viagens ao redor do mundo (América Central – Costa Rica; África – Namíbia...) procurando por técnicas, experiências, e conhecimentos que possibilitassem um melhor desenvolvimento das plantas – através de métodos de cultivo sem a abordagem do melhoramento genético (que busca, de maneira geral, a criação de espécies mais resistentes e adaptáveis a diferentes contextos e insumos...).

Em Götsch (1996) o autor faz uma descrição das diversas experiências realizadas após 17 anos de estudos e testes tendo como base os sistemas agroflorestais (SAF), incrementados de outros princípios e lógicas, como a sucessão natural, na busca por um método de agricultura que reduzisse a quantidade de insumos externos através da “imitação” das dinâmicas próprias da natureza. Nesta publicação, estão

presentes também análises e descrições de outras experiências que o autor teve em outros contextos, como suas experiências com os povos indígenas da América Central e outros pequenos agricultores de café, onde o pesquisador observou e praticou técnicas e dinâmicas que estão hoje fortemente presentes na Agricultura Sintrópica, como: as técnicas de roçagem e poda (em diferentes níveis de intensidade) visando à dinamização dos sistemas implantados; o uso da matéria orgânica para a “alimentação” destes mesmos sistemas; e o policultivo multiestratificado combinando espécies florestais e espécies de diferentes tempos de crescimento. Desta forma, na agricultura de Ernst estão presentes diversos conhecimentos e saberes, desde o pensamento científico moderno formal até os conhecimentos de comunidades tradicionais, analisadas e pesquisadas pelo cientista, além de seu próprio conjunto de testes implantados em diversas regiões do Brasil (entre projetos de pequena e larga escala) e na sua fazenda - Olhos D'água¹⁴ - localizada no sul da Bahia, que foi completamente reflorestada e recuperada utilizando seu método.

O método sintrópico se apresenta, portanto, como uma agricultura focada em processos e princípios, e não em insumos, resultados, e receitas prontas. O sistema produtivo sintrópico é visto através de certos conceitos: o espaço ocupado por determinada espécie (estratificação); o tempo que aquela espécie irá permanecer no sistema implantado (ciclo de vida); a sucessão natural atuando naquele contexto (placenta, secundárias, clímax); e o sistema em execução (colonização, acumulação, e abundância) em determinado espaço – como enunciando e descrito em (PASINI, 2017).

¹⁴ Inicialmente chamada de Fazenda Fugidos da Terra Seca – com aproximadamente 500 hectares – a propriedade foi adquirida por Ernst Götsch nos anos 80 que, a partir de então, aplicou suas pesquisas e desenvolvimentos sem a utilização de agrotóxicos, por exemplo. Hoje a propriedade encontra-se totalmente reflorestada, com grande parte dela transformada em RPPN (Reserva Particular de Patrimônio Natural), e outra parte em Reserva Legal. O seu nome atual tem relação com a recuperação, a partir das práticas agrícolas do pesquisador, de diversas nascentes presentes na fazenda. Disponível em: <<https://agendagotsch.com/pt/ernst-gotsch/>> Acesso em 10 de Fevereiro 2020.

Todos estes conceitos se entrelaçam na prática espacial diária feito pelos sujeitos que a praticam, criando um espaço-tempo complexo no qual diferentes espécies (madeiras, frutíferas, espécies de consumo de ciclo curto...) são arranjadas com o intuito de formar consórcios que reúnam toda esta complexidade pela diversidade, sendo também organizadas visando o melhor aproveitamento do espaço-tempo necessário e único de cada espécie – através dos processos de co-definição (o qual evidencia que as espécies decidem entre si aquela mais apta a se desenvolver no contexto específico) e co-evolução (juntas uma espécie ajuda a outra a se desenvolver, contribuindo assim para a manutenção adequada do agroecossistema como um todo).

A partir das entrevistas realizadas com Y.D. e T.D., e de nossas experiências em campo, podemos sintetizar que a agricultura sintrópica está baseada na biodiversidade, no solo coberto a partir da matéria orgânica advinda dos diferentes processos de poda, no adensamento médio/alto das espécies no espaço implantado, no plantio multiestratificado e de caráter sucessional (um determinado conjunto de espécies criando condições para o desenvolvimento de um futuro conjunto de espécies), favorecendo assim os arranjos naturais locais visando a não utilização de insumos externos. Nesse sentido, em contrapartida, tem-se a agricultura convencional de base química-tecnológica trabalhando com arranjos artificiais através das monoculturas – que, ao olharmos para a natureza espontânea (florestas, bosques, e outras paisagens), parecem algo pobre e inimaginável (o cultivo de somente uma espécie por hectares e hectares de terra) – criadoras de uma cultura de degradação a partir da produção de commodities; e a agricultura orgânica convencional, que utiliza da lógica das monoculturas artificiais, sem considerar as relações ecossistêmicas, fazendo uso também de diferentes insumos externos, evidenciando assim um pacote científico-tecnológico específico dos orgânicos.

Retornando a conjuntura da AS, Pasini (2017, p.43) faz um apanhado do conjunto de conhecimentos e autores que estão

incorporados na agricultura sintrópica a partir dos discursos e escritos expressos por Ernst Götsch. Os conhecimentos são divididos em cinco áreas: Filosofia, e mais especificamente o estudo da ética ligada a Kant; Literatura, a partir de autores como Êsopos, Lao Tse, e a Bíblia; Física, subdividida em geofísica e astrofísica; Biologia, subdividida em botânica, ecologia, e microbiologia; e a área das Ciências Agrárias, mas especificamente a disciplina de ciência do solo. Em outro momento, Pasini (2017, p.43) organiza outras disciplinas não expressas diretamente por Ernst, mas possíveis de serem observadas na sua prática e teoria. Dentro desta organização, estão disciplinas como a física quântica, descrita mais especificamente como “comportamento coletivo e probabilístico da vida”, a termodinâmica, e a agroecologia. Pasini chega a abordar a ligação entre a Agricultura Sintrópica e a agroecologia tentando identificar tensões e problemáticas presentes nesta relação, mas até então continuaremos a abordar a agricultura sintrópica em si, deixando tal relação para ser analisada e problematizada na próxima seção.

Neste sentido, o plano de fundo principal da agricultura desenvolvida por Ernst reside no conceito de sintropia¹⁵, complementar ao conceito de entropia – relacionado este à desagregação de energia. Nas palavras do próprio Götsch (1997, p.5):

Os princípios em que a vida se baseia são processos que levam do simples para o complexo, onde cada uma das milhares de espécies, a humana entre elas, tem uma função dentro de um conceito maior. A vida neste planeta é uma só, é um macroorganismo cujo metabolismo gira num balanço energético positivo, em processos que vão do simples para o complexo, na sintropia. A vida é parte complementar para uma outra parte do universo que conhecemos, o qual gira na energia oriunda de processos de desagregação, predominante do complexo para o simples, num processo que conhecemos como entropia.

Ou seja, em termos básicos: partir do simples para o complexo, agregando energia, complexificando os sistemas – como os raios solares

¹⁵ Existe uma grande discussão científica e filosófica sobre o resgate, o desenvolvimento, e o uso do conceito de sintropia. Não queremos abordar tal discussão no presente trabalho, procurando – neste sentido – nos ater aos postulados e visões trazidos pelo próprio Ernst Götsch, e não ao conceito de Sintropia em si. Para uma abordagem mais detalhada do conceito de Sintropia e de outros princípios científicos da agricultura sintrópica, ver Andrade (2019) e Baleeiro (2018).

que, através da fotossíntese, movimentam o metabolismo das plantas, dando energia para o crescimento das mesmas, por exemplo – a partir da própria dinâmica da natureza. O próprio Ernst cita um exemplo claro na natureza, capaz de demonstrar a beleza, potência e dinâmica que reside em todo ser vivo:

A abelha, por exemplo, que vive do néctar e do pólen, no curso de sua vida consome e metaboliza néctar e pólen por várias vezes a quantidade daquilo que ela sintetiza em seu corpo. No balanço direto de sintropia ela é negativa, quer dizer, entrópica. Considerando, no entanto, os efeitos benéficos de seu trabalho e da função que ela cumpriu - polinizar as flores de milhares de plantas, contribuindo indiretamente para a diversidade genética daquelas plantas, o que é indispensável para a sobrevivência de cada espécie - esta abelha, no balanço da vida, tem uma função altamente sintrópica (processo do simples para o complexo). E assim como a abelha, cada espécie é feita do mesmo conceito. O princípio fundamental da vida neste planeta é a complexificação de resíduos entrópicos, primordialmente dos raios solares. Em cada lugar deste planeta a vida se organiza para otimizar o aproveitamento dos resíduos entrópicos. Muito do que observamos nos fenômenos geofísicos - como a rotação, os ventos, as correntes do mar, o movimento das placas tectônicas e o vulcanismo - nos indica que o próprio planeta, ativamente, otimiza os processos de vida. Isto nos leva à proximidade da sabedoria de povos antigos, como os celtas e outros, ou à tese do cientista moderno inglês Lovelock, que considera o planeta Terra um ser vivo, um organismo (GÖTSCH, 1997, p.6).

É possível observar que a atenção do autor para com o movimento da vida, através da sintropia e da entropia (e do uso de tais conceitos para formatar um modo de fazer agricultura), tem como objetivo questionar certos modos de vida e o papel do ser humano dentro deste movimento. Assim como outros autores trabalhados no primeiro capítulo que propõem a colocação da cultura como um critério fundamental para o desenvolvimento, o que Ernst almeja com sua agricultura está alinhado com tal forma de pensamento:

Aprofunda-te na matéria! Abre os teus sentidos! Tenta perceber as formas dadas pela própria natureza! E tu chegarás a criar laços mais íntimos com ela. Isto acarretará mais sensibilidade nos tratos, nas relações com nossos irmãos (seres vivos) no campo e na floresta, bem como nas relações entre os seres humanos. Assim, a agricultura voltará a ser o que ela era, no sentido da palavra: “cultura”. Uma tentativa culta de conseguir o necessário daquilo que precisamos para nos alimentarmos, além das outras matérias primas essenciais para nossa vida, sem a necessidade de diminuir e empobrecer a vida no lugar, na terra. Isto implica em considerarmos um gasto mínimo de

energia, onde não cabe maquinaria pesada, agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros adubos, trazidos de fora do sistema. (GÖTSCH, 1997, p.5).

Desta maneira, a agricultura sintrópica guarda a potência de colocar o ser humano dentro do movimento da vida exercendo o papel de dinamizador de processos naturais e de dispersor de sementes – conforme o próprio Ernst expressa amplamente em seus cursos. É possível enxergar assim, não só um método produtivo alternativo ao modelo convencional agrícola, que busca a não utilização de insumos externos (agrotóxicos, pesticidas, e herbicidas, ou até mesmo insumos orgânicos – estes usados somente se o solo estiver precário em algum nutriente), a redução – ou anulação (em alguns casos) - da irrigação através do uso de matéria orgânica no plantio, por exemplo, mas também uma cosmovisão que não só propõe, mas mostra na prática, uma outra relação sociedade-natureza, na qual competitividade e concorrência viram cooperação e amor condicional – características que, segundo Ernst, são encontradas em todos os organismos participantes de um agroecossistema. Tal cosmovisão também está em alguns dos princípios para compreensão da vida (organizados pelo cientista Ernst Götsch) em que a agricultura sintrópica está baseada, como pode ser visto a seguir:

[...] III - Cada indivíduo, de cada geração, de cada espécie aparece condicionado pelo que o precedeu. Com sua chegada, por meio de seu metabolismo, modifica seu entorno e co-define, e nesse sentido compartilha, faz parte da definição daquilo que o irá suceder [...] VII - A vida como um todo no nosso planeta constitui um grande macroorganismo. Todo o seu funcionamento corresponde ao de um organismo: tudo está conectado e é interdependente [...] XIX - 'Pestes' e doenças, bem como os predadores, são integrantes do, digamos, 'departamento de otimização dos processos de vida'. O critério que usam para intervir é a otimização dos processos de vida realizada pelo objeto (potencial presa) confiado aos cuidados deles (os predadores) por parte do ecossistema no qual aquela presa interage [...] X - O apetite e a fome são meios, usados por todos os seres vivos para transformar (também) aquele ato na realização de suas tarefas e cumprimento de suas funções, ligado – direta ou indiretamente – ao ato de comer – ingerir – ou absorver sua 'comida', para eles um evento apaziguante e atrativo [...] XI - Cada indivíduo, de cada geração de todas as espécies aparece equipado para realizar sua(s) tarefa(s) e cumprir sua(s) função(ões) movidos pelo prazer interno e também equipado para se comunicar com todos os outros membros constituintes, 'células' do macroorganismo 'VIDA' do qual faz parte [...] XIV - 'As leis que regem o macroorganismo, do qual você faz parte, são dadas'

(pré-estabelecidas). ‘Nem a nós, Deuses do Olimpo, nos é incumbido fazer ou modificar essas leis’. (Esopos 700 a.C, em Cronos falando ao homem em uma de suas parábolas) (GÖTSCH, 2019, s/p).

O nome do documento escrito por Götsch, no qual residem tais conjuntos de princípios citados acima, chama-se “Tao para nossa compreensão da vida (alternativa ao nosso conceito atual, no que diz respeito à vida)”. Assim, fica clara à vontade e a expressão do autor em evidenciar e enunciar (através das experiências e pesquisas já realizadas e vividas pelo mesmo ao longo de sua vida como pesquisador e agricultor) uma nova forma de conceber as relações sociedade-natureza, e também as relações entre os próprios seres vivos – colocando o homem como parte integrante deste “macroorganismo vida” movido por princípios, na visão de Götsch, comuns a todos os seres que ali residem.

Um breve parêntesis é necessário neste momento antes de avançarmos na discussão proposta. A agricultura sintrópica como organizada por Ernst Götsch é uma evolução do conceito de sistema agroflorestal, conceito este que foi desenvolvido a partir da concepção de agrossilvicultura¹⁶. Neste sentido, outro nome que pode ser referido a agricultura sintrópica organizada por Götsch é “agricultura sucessional”, e/ou “agricultura sucessional biodiversa”, como evidenciado por Guimarães e Mendonça (2019, p.108), que denotam a AS como um sistema agroflorestal baseado na sucessão ecológica que, de tal maneira, tem o seu manejo inserido sob as dinâmicas sucessivas de uma floresta nativa. Não queremos aqui discutir detalhadamente as diferenciações ou semelhanças entre os múltiplos tipos de agroflorestas e a agricultura sintrópica. Abrimos este parêntesis para enunciar que neste caso também existe uma multiplicidade de nomes e categorias que podem se tornar confusas em nossa discussão, e algumas delas, como agrofloresta

¹⁶ “Agrossilvicultura é o nome coletivo para sistemas de uso da terra e tecnologias em que plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras, bambus) são cultivadas em associação com plantas herbáceas (culturas agrícolas e/ou pastagens) e/ou animais, em uma mesma unidade de manejo, e de acordo com um arranjo espacial, temporal ou ambos; nos quais deve haver tanto interações ecológicas como econômicas entre os componentes lenhosos e não lenhosos no sistema.” (YOUNG, 1991, s/p *apud* Engel, 2003, p.3). Mais detalhes e descrições sobre as possíveis classificações tradicionais dos sistemas agroflorestais podem ser encontradas em Engel (2003).

sintrópica e/ou agrofloresta sucessional, podem aparecer no decorrer do trabalho (em entrevistas e citações) e estarão sempre referidos à agricultura sintrópica (quando contrário tais diferenças serão sinalizadas), categoria que escolhemos para ser trabalhada majoritariamente nesta pesquisa.

Retornando a discussão iniciada nesta seção, podemos nos perguntar: como os princípios da AS - capazes de revelar uma cosmovisão referente à relação entre a sociedade e a natureza, fazendo sumir neste processo diversas dicotomias relacionadas à agricultura – são vistos e praticados pelos sujeitos que os adotam? Para isso trazemos os posicionamentos de dois agricultores, estudiosos, e praticantes da AS que têm relações diretas com o organizador de tal modelo, para exemplificar a adoção de tais princípios. Em primeiro lugar temos Y.D., que descreve a AS da seguinte maneira:

“Agricultura sintrópica, ao meu ver, é uma agricultura que tem como resultado um aumento da quantidade e qualidade de vida e de recurso no local. Uma agricultura que gira num balanço energético positivo, ou seja, ela agrega mais energia no local do que consome, ela é um mecanismo de criação de floresta, dentro do contexto que a gente tá inserido, por exemplo, de mata atlântica. Mas se a gente tivesse dentro de outro ecossistema, a agricultura sintrópica ela visa produzir alimentos dentro do ecossistema local respeitando e cooperando com as dinâmicas naturais de cada local... Não é um modelo a ser replicado, é um ação, diretrizes, enfim, filosofias e técnicas que se aplicam em diferentes contextos e de diferentes formas sempre respeitando as características do local, as especificidades de cada local.” (Entrevista com professor e agricultor, Y.D., 2019)

Fica destacado na fala de Y.D., a AS como a aplicação dos princípios enunciados anteriormente, respeitando e os adaptando a dinâmica natural de cada agroecossistema específico produzindo alimentos e, ao mesmo tempo, criando florestas. Neste sentido, pode-se fazer uma conexão com aquilo que Escobar (2005) chama de “modelos de natureza baseados no lugar”, os quais dentro da perspectiva da AS, teriam o objetivo de criar um balanço energético positivo através da constante prática da complexificação de tais agroecossistemas. Assim, a partir de tal conexão, não só as especificidades do ecossistema de cada local seriam respeitadas e até mesmo resgatadas, mas também as

“experiências de vida” e outras “dinâmicas ecoculturais complexas” (ESCOBAR, 2005, p. 73-78) relacionadas às sociedades presentes em tais locais.

É importante enunciar que Escobar, quando desenvolve os aspectos relacionados a tais dinâmicas ecoculturais, ou aos próprios modelos de natureza baseados no lugar, está atento principalmente às dimensões cultural, social, e política, formatando uma perspectiva crítica de análise com base na ecologia/economia política e na geografia. Tal perspectiva não se apresenta claramente na AS (este fator ficará mais claro nas próximas páginas), porém o que procuramos desenvolver e defender aqui é exatamente a possibilidade de conexão entre uma abordagem crítica e defensora de tais dimensões descritas anteriormente – que para nós parte do pensamento agroecológico camponês já desenvolvido nos capítulos anteriores – e o conjunto de princípios vistos na AS (que se mostram, de forma implícita e de acordo com sua natureza, contrários à lógica do capital presente na agricultura), através da abordagem da complexidade.

Trazendo mais uma visão sobre a AS, e complementando a visão de Y.D., temos o depoimento de T.D., que insere algumas problemáticas importantes para o que estamos buscando evidenciar:

“Pra mim acho que agricultura sintrópica - agrofloresta sintrópica – é uma filosofia né, apoiada nos conceitos e nos aprendizados, baseados na dinâmica da floresta em si, da natureza – a natureza representando a grande professora pra gente poder nortear os nossos arranjos produtivos. E esses arranjos aonde a gente produz alimento, ou madeira, ou outros produtos com fins comerciais, a gente poder fazer isso dentro da floresta – dentro do organismo floresta. Talvez como uma linha dentro do campo de agrofloresta, uma linha específica que busca sempre otimizar os recursos e a vida né, possibilitando criar mais quantidade e mais qualidade de vida e de recursos, e uma linha que trabalha essencialmente com os princípios que orientam a natureza no sentido de entender qual a sua função enquanto “animal” dentro do sistema, e – enquanto animal – qual o seu papel específico (sua função específica), como que você tá conectado aos outros seres dentro desse organismo floresta onde você vai passar a produzir seu alimento, ou seu outro produto para finalidade comercial. Em paralelo você vai estar reflorestando, assim como a gente aprende com a natureza, de acordo com cada

lugar e com cada particularidade local...” (Entrevista com professor e agricultor, T.D., 2019).

Além dos pontos já descritos por Y.D., este depoimento apresenta e reforça a posição defendida pela AS do ser humano como parte integrante do meio natural a partir do questionamento deste sobre qual seria a sua função dentro de um agroecossistema específico, o que leva o entrevistado a colocar o ser humano enquanto “animal”, na mesma categoria que outros seres vivos. Neste sentido, abre-se também o questionamento sobre como se dá a interação do ser humano com os outros seres vivos presentes, incluindo tais fatores dentro do processo de produção de alimentos que, em tal modelo de agricultura, contribuiria ainda pra o reflorestamento dos agroecossistemas escolhidos para a implantação do modelo, aliando assim produção de comida e reflorestamento no mesmo local.

Neste sentido é importante salientar aqui que, a partir de Escobar (2005), tomamos a visão do ser humano enquanto um ser formado por relações e ações políticas, sociais, e culturais – e, portanto, intencionalidades racionais – que não podem ser deixadas de lado se se quer construir, neste trabalho, uma abordagem complexa das possíveis relações sociedade-natureza contra-hegemônicas.

Acreditamos que, desta maneira, a AS – apesar de apostar na complexificação dos ecossistemas a partir da ação ressignificada do ser humano para com a natureza – simplifica por outro lado outras dimensões (política e social, por exemplo) que, como já visto no capítulo um e dois deste trabalho, são essenciais para construir uma perspectiva crítica holística capaz de evidenciar tais dinâmicas ecoculturais complexas e os sujeitos sociopolíticos envolvidos nas mesmas. É neste sentido que reafirmamos com veemência a necessidade, em conjunto com a AS, da perspectiva agroecológica camponesa para reforçar tais dimensões, dinâmicas, e sujeitos.

Retomando a discussão em relação aos depoimentos, no discurso dos dois agricultores a AS aparece como uma filosofia de vida baseada

no “amor incondicional”. T.D. enuncia isto claramente em seu discurso, afirmando que Ernst Götsch está sempre preocupado em evidenciar tal sentimento não só nas ações que o ser humano pode ter com a natureza, mas também nos outros seres vivos. Utilizando o exemplo da fotossíntese, entre outros, T.D. explica mais sobre tal “sentimento” em entrevista:

“Uma planta quando faz uma fotossíntese, talvez seja um dos processos mais sintrópicos no planeta, ela tá gerando comida pra ela né – alimento pra ela – e oxigênio e alimento para o planeta inteiro. Então é um processo de amor incondicional que é diferente do amor que a gente sente pela nossa mulher – da paixão né, do calor da paixão – não, não é isso. É o amor incondicional pela reprodução da quantidade de vida. Tudo isso faz parte da base filosófica que o Ernst traz, que faz com que você de fato se reconecte, ou se encante – e aí tem outra coisa que é difícil de metrificar na metodologia científica para justificar – mas eu acho que a gente se encanta justamente por a gente ser ‘animal, ser bicho’. Nós somos essa natureza né, eu como essa natureza, eu sou aquela planta, eu sou aquela terra, quanto eu alimento aquela planta, alimento aquela terra, eu estou me alimentando, quando eu degrado ela eu estou me degradando, e quando eu trabalho com prazer para ela, ela vai me “retribuir” com prazer e abundância. Então isso tudo é uma relação sistêmica que é difícil você ver em outras culturas de agricultura, em outras metodologias, outras filosofias de agricultura.” (Entrevista com professor e agricultor, T.D., 2019).

O princípio (amor incondicional), a partir de nossas experiências em campo e das entrevistas realizadas, permeia toda a visão das relações sociedade-natureza proporcionadas através da AS, sendo evidenciado em cada ação relativa aos processos envolvidos na implantação de tal modelo em um ecossistema local específico. Este princípio está diretamente relacionado com a produção e reprodução de ações direcionadas para o aumento da quantidade e da qualidade de vida no planeta Terra, sendo, portanto, sintrópicas. O exemplo dado por Götsch em relação ao papel das abelhas, descrito no início desta seção, demonstra este princípio do amor incondicional. Ao permitir, através da polinização, o desenvolvimento e reprodução de inúmeras outras espécies, as abelhas estariam assim contribuindo para o aumento da quantidade e da qualidade de vida (sintropia) na natureza, agindo assim através do princípio do amor incondicional e da cooperação para o equilíbrio e otimização positiva do meio natural complexo. Para Götsch,

tal ação seria fruto, portanto, do amor incondicional entre as espécies e este macro-organismo natureza.

De tal maneira, se constrói assim um modelo de agricultura com princípios que vão muito além de práticas relacionadas somente ao cultivo de diferentes espécies em espaços-tempo diversos, demonstrando mais que a “ecologização da agricultura”, como vista em Costabeber (1998). São constituídos princípios em um formato capaz de denotar não só relações sociedade-natureza antes ocultas, mas também uma cosmovisão relacionada às múltiplas formas e visões de integração do ser humano com a natureza, enunciando um “saber ambiental” aos moldes de Leff (2001). Trabalharemos com tais perspectivas e conceitos nas seções posteriores, procurando evidenciar as conexões possíveis entre a agricultura sintrópica e a concepção de complexidade, buscando também clarear mais as visões levantadas e enunciadas por tal modelo de agricultura.

Dentro do contexto desenvolvido até o presente momento deste trabalho, o modelo de AS que buscamos defender aqui seria um modelo integrado à perspectiva agroecológica desenvolvida no capítulo dois a partir do exemplo da Cesta Camponesa, modelo este que além de propor uma nova lógica de relação entre a sociedade e a natureza através da agricultura e da incorporação do conceito de sintropia, estaria ao mesmo tempo contribuindo para o reconhecimento e emancipação dos sujeitos sociopolíticos que o praticam, estando estes envolvidos dentro da perspectiva política – já apresentada no capítulo anterior – do camponês de resistência e contraposição à lógica hegemônica desenvolvimentista dos sujeitos ligados ao modo de produção capitalista, a qual envolve todo o modelo agrícola convencional, de base química e tecnológica, amplamente difundido pelo Brasil.

É importante enunciar novamente aqui que parece contraditório apresentar tais princípios da AS em relação ao que foi apresentado e discutido nos capítulos um e dois deste trabalho, ainda mais pelo fato de que a AS demonstra uma carência de discussão dos aspectos políticos e

sociais relacionados aos sujeitos ligados à agricultura. No entanto, o que estamos buscando fazer aqui é um diálogo entre diferentes abordagens no qual cada uma delas é capaz de contribuir para o desenvolvimento de um determinado aspecto relacionado à nossa construção de uma perspectiva complexa e contra-hegemônica das relações sociedade-natureza.

A AS serviria assim como “ponte” para a passagem do paradigma da simplificação – que na agricultura pode ser visto, por exemplo, através das monoculturas e da utilização da razão formal para a produção de técnicas e tecnologias de exploração e dominação da natureza, a “tecnonatureza” (ESCOBAR, 1997, apud CORONIL, 2005, p.60) já abordada no capítulo um, e de exploração social, como visto em Coronil (2005) uma exploração não está separada da outra – para o paradigma da complexidade através de sua abordagem sintrópica-integrativa entre o ser humano e a natureza evidenciando, neste sentido, outra cosmovisão não-hegemônica que, segundo Lander (2005), tais cosmovisões alternativas à cosmovisão da modernidade devem ser enunciadas e valorizadas como contemporâneas e detentoras de lógicas próprias. Continuaremos o desenvolvimento de tais questões – a relação com a agroecologia, e a relação com a complexidade – nas próximas seções deste capítulo.

4.2. Agroecologia na sintropia, ou vice-versa?

A partir do contexto evidenciado na seção anterior, podemos seguir com o posicionamento dos sujeitos em relação com a AS, discutindo também a relação entre tal modelo e a agroecologia. Ao ser perguntado sobre as abordagens de agricultura que começam a ganhar evidência hoje (tendo como contexto exemplos na zona urbana de pessoas seguindo princípios da agricultura sintrópica) J.M – praticante da AS através de cursos e plantios próprios – nos diz que:

“Os ensinamentos podem ser aplicados, mas eles tem um caráter transformador. Serão encontrados muitos empecilhos (obstáculos)... A tendência para quem começa isso na cidade é querer sair da cidade e a tendência dessa atividade na cidade

é transforma-la, desconstruí-la. O concreto não faz sentido algum na agrofloresta, ele é antinatural. O concreto - a rocha - é onde tudo começou. A natureza faz esforço para fragmentar a rocha, transforma-la em solo. O que é que o homem está fazendo: transformando solo em rocha. O que nós temos que achar é um caminho intermediário, que concilie essas tendências contraditórias" (J.M, praticante da Agricultura Sintrópica, entrevista 2016).

Este discurso deixa evidente alguns dos embates (conceituais e práticos) existentes quando se começa a aplicar tal modelo, seja na cidade ou no campo. Da mesma forma como o concreto na cidade pode evidenciar tensões, a partir do discurso e dos debates anteriores, em relação à forma como a sociedade está interagindo consigo mesma e com o meio natural, pode-se fazer este mesmo paralelo em relação ao modelo convencional agrícola que vem sendo aplicado de maneira hegemônica como estratégia de desenvolvimento rural nos países do terceiro mundo. Assim como o concreto nas cidades, com o modelo de urbanização física (reprodução física da cidade) a ele atrelado, pode-se falar, neste sentido, das máquinas, agroquímicos, e agroindústrias aplicados e desenvolvidos na zona rural - e sobre como tais elementos, vistos através de uma perspectiva crítica, fazem parte de um conjunto de relações sociedade-natureza entrópicas e danosas ao meio ambiente, praticadas estas por sujeitos relacionados ao modelo convencional agrícola hegemônico que acreditam e vivem, pela predominância da dimensão econômica, através da simplificação dos agroecossistemas.

Nesse sentido a utilização de máquinas e de outras técnicas de plantio é um importante aspecto a ser percebido dentro da AS. Ernst Götsch é conhecido por defender o trabalho semi-mecanizado - uso de pequenos tratores e trituradores, por exemplo - (essencial, principalmente, para o aumento na produtividade e eficiência dos agricultores relacionados à pequena produção), ou até mesmo o trabalho com maquinário mais pesado (porém orientado pelos princípios da AS) e o desenvolvimento de máquinas próprias para o plantio e manejo das produções realizadas segundo a agricultura sintrópica, neste sentido visando atender à complexidade de manutenção dos plantios sintrópicos - por conta da diversidade de espécies e de práticas bem específicas e

diferenciadas como a capina seletiva, por exemplo – e às demandas relativas aos produtores de média e grande escala. Dessa maneira, pode-se ver que o maquinário está sendo aplicado utilizando-se de outros princípios e relações, demonstrando assim uma outra lógica produtiva em relação à agricultura sendo praticada.

Podemos assim levar em conta os pensamentos de Castoriadis (1987) sobre o uso negativo ou positivo da tecnologia – que dependerá do sistema social em vigor e de como tal tecnologia está atrelada às camadas da sociedade (dominantes ou não) para analisar que hoje a agricultura sintrópica é praticada e incorporada por agricultores e produtores de diferentes realidades e contextos socioespaciais. Ao mesmo tempo em que iniciativas como o Mutirão Agroflorestal¹⁷, e/ou os trabalhos com famílias camponesas e assentadas descritas na publicação “Agroflorestando o mundo de facão a trator” publicada em 2016, se aproximam bastante da AS, da agroecologia, e do próprio Ernst Götsch, existem também os grandes produtores, como Pedro Paulo Diniz e a sua Fazenda da Toca que já se associaram ao próprio Ernst e à sua forma de fazer agricultura, denotando assim como este método pode ser incorporado por diferentes estruturas – visando diferentes objetivos. De tal maneira aparece assim um conjunto de tensões semelhantes ao que acontece com a agricultura orgânica e a agroecologia.

Quando incorporada pela Fazenda da Toca – que na sua atualidade se autodenomina uma fazenda de orgânicos¹⁸ – a AS está

¹⁷ “O Mutirão Agroflorestal é uma ONG que visa contribuir com a construção de sociedades sustentáveis por meio de uma rede de integração de pessoas em torno de aprendizagem, vivências, experimentação e estímulo à produção agroflorestal, bem como da construção de novas formas de relacionamento em que o Ser Humano atue nos processos naturais como parte integrante na geração de biodiversidade e abundância de vida. Tendo como princípios fundamentais o amor, a cooperação e a solidariedade”. Disponível em: <<http://mutiraoagroflorestal.org.br/historia-2/>> Acesso em 10 de fevereiro 2020.

¹⁸ “Um polo de produção orgânica em larga escala – Uma fazenda de 2.300 hectares que se transformou em um polo de produção de orgânicos em larga escala. Esse é o contexto atual da Fazenda da Toca, que mantém hoje quatro grandes operações agropecuárias: avicultura de postura, com gestão própria, além de leite, grãos e agroflorestas, geridos em sistemas de parceria.” Disponível em: <<https://fazendadatoca.com.br/fazenda-da-toca-um-polo-de-producao-organica-em-larga-escala-2019/>> Acesso em 10 de Fevereiro 2020.

correspondendo a uma estrutura empresarial e econômica que tem como objetivo o lucro e, desta maneira, se associa às grandes redes de distribuição, varejo, e consumo, redes estas as mesmas utilizadas na estrutura do agronegócio, como já abordamos no capítulo um e dois. Tal conjunto de contradições fica expresso nas palavras do agricultor C.M., praticante e disseminador da agroecologia em comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, estudioso da agricultura sintrópica, ao ser perguntado sobre a existência de uma possível relação entre a AS e a agroecologia:

“Eu acredito que sim também, porque os dois presam em minimizar o impacto, apesar que o Ernst ele fala que a gente deve começar do zero, até mandando passar um trator, e limpando tudo mesmo... Se você entender o que ele faz, ele tá fazendo a tecnologia indígena sem queimar usando uma ferramenta da tecnologia de hoje em dia, contemporânea né? Mesmo assim, tem determinados conceitos de agroecologia que podem questionar isso né, de você passar o trator, presando pelo solo em recuperação daquilo que está ali, fazer o manejo, com um impacto bem menor do solo... Mas, mesmo assim, por ele estar utilizando de uma tecnologia social que tá ali, e pensando na melhora da produtividade, isso também é agroecologia. Porque é você utilizar de métodos, realizar a trocar de saberes, ser multidisciplinar, e conseguir fazer com que você tenha uma maior produção de alimentos, porque também não adianta você tentar fazer, até mesmo para empresários, a gente não deve só executar e pensar na agroecologia e nos sistemas agroflorestais para pequenos agricultores e pessoas que tem a mente aberta, a gente deve discutir também com empresários, com a “galera do agronegócio”, para eles entenderem que isso também é algo rentável para eles, da mesma forma que a gente tem que monetizar a floresta pra fazer com que ela continue em pé, fazer com que a gente tenha uma alta produção através de uma agroecologia orgânica. Pra agroecologia é muito bom, porque você potencializa a área de atuação dela, não só para a agricultura familiar, mas também para o agronegócio, é importante você fazer com que o agronegócio utilize os sistemas agroflorestais...” (Entrevista com o agricultor e pesquisador C.M., 2019)

Nesse mesmo sentido da relação entre a AS e o agronegócio, Y.D. afirma em entrevista que a filosofia do Ernst e a prática de relação com o agronegócio são bem diferentes. Na opinião de Y.D. esta relação se constrói através de um caminhar que, se possível, algum dia irá refletir num manejo mais sintrópico, principalmente por conta do fato de que o contexto brasileiro é um contexto de muita terra na mão de poucos. Em sua opinião, a existência de projetos sintrópicos direcionados apenas aos

pequenos e médios produtores não possibilita a “revolução como um todo”, atingindo grande parte das terras brasileiras. Para isso, Y.D. acha que uma solução seria ter um modelo que ficasse no “meio do caminho” entre a agricultura sintrópica e o modelo convencional, utilizando parte dos caminhos sugeridos pelo modelo convencional (o maquinário pesado, por exemplo), ancorados pelos princípios da agricultura sintrópica. Neste sentido, Y.D. afirma que:

“A máquina por si só não é ruim, o ruim é como a gente tá trabalhando essa máquina e os princípios que estão por trás dela, então muitas vezes a gente pode adaptar essa maquinaria do agronegócio, até mesmo outras tecnologias e ferramentas do agronegócio, para ter um manejo mais sintrópico, que leve à floresta, que crie recurso, mas a meu ver não seria o ideal, o ideal seria o meio do caminho, uma adaptação”. (Entrevista com professor e agricultor, Y.D., 2019)

Sobre este mesmo panorama, T.D. nos dá um depoimento esclarecedor, desenvolvendo e problematizando o posicionamento anterior e abrindo portas para o que estamos buscando problematizar no presente momento:

“Acho que causou espanto pra todo mundo né, quando o Ernst começou a trabalhar com grandes produtores como a Fazenda da Toca, com grande maquinaria. Ninguém estava acostumado até então a ver ele aplicando as grandes maquinarias né... Começou em algumas fazendas médias, depois a gente começou a ver ele em algumas fazendas grandes dando consultoria. Acho que ele quis entrar nesse campo da grande escala para comprovar e mostrar que é possível sim a gente reflorestar tudo de forma produtiva não só em alimento, mas se a pessoa quer botar animal também, trazendo a floresta pra gente, usando a floresta a nosso favor. A maioria dessas terras em grande escala, atualmente produtivas, está ligada ao agronegócio né, e acho que isso que é um pouco preocupante, porque o agronegócio objetifica muito, ele trabalha muito pouco com a relação homem-natureza como uma relação holística, como uma visão sistêmica-integral do quê que seja você plantar, você produzir, o quê que é você valorizar todas as escalas do processo de produção, você valorizar o fortalecimento local e regional, então acho que o agronegócio ele não valoriza tanto isso... É por isso que eu acho que a agroecologia é importante né, para dar suporte, em outros campos, que não só o técnico e o plantio, pra não deixar que esse agronegócio desvirtue por completo a filosofia e a base técnica da agricultura sintrópica. Então a agroecologia – esse é um outro ponto importante – ela fortalece muito, da muita segurança para essas filosofias continuarem prevalecendo, porque ela traz outras propostas de discussão que não sejam só o plantar o alimento, ou como que vai plantar, como que vai colher, como que vai produzir...” (Entrevista com professor e agricultor, T.D., 2019)

Para nós o conflito de tensões demonstrado nos depoimentos anteriores atesta que a análise das relações entre a agroecologia e a AS se mostra complexa. Ao que parece o capitalismo é capaz de comprar “tudo”, até mesmo a agricultura sintrópica a qual, em seus princípios, a ele se opõe na ênfase que dá às relações sociedade-natureza, demonstrando assim uma cosmovisão com a potência de ressignificar as relações entre os seres humanos e a natureza, mesmo que marcadas por uma abordagem biologizante. Tal método, portanto, carece de aspectos que contemplem e problematizem também o posicionamento político e os aspectos sociais dos sujeitos em envolvimento com o mesmo. Desta maneira abrem-se diversos precedentes e gatilhos vistos, por exemplo, nos depoimentos anteriores, que deixam claro a possibilidade que a AS tem de ser apropriada pela estrutura do agronegócio, evidenciando (em contraste) o reforço que pode ser dado pela perspectiva agroecológica camponesa marcada fortemente pela presença das dimensões política, cultural, e social. Por exemplo, ninguém se referiu a necessidade de uma reforma agrária.

A mudança de paradigma na agricultura – a passagem de um modelo convencional de base química para outros modelos ecológicos, na perspectiva aqui sendo trabalhada da transição agroecológica (como visto ao final do capítulo dois) – é importante de ser feita em todas as escalas de produção, dos pequenos (familiares e/ou camponeses) até os grandes (empresariais ou não). Porém, como já demonstramos anteriormente, tal mudança de paradigma na agricultura deve estar atrelada também não só a mudanças em relação à escala produtiva, mas também a mudanças nas relações sociais envolvendo os sistemas alimentares, na distribuição de terras (o papel da propriedade privada) e, mais profundamente, nas relações de poder – e suas respectivas geometrias assimétricas – envolvendo os sujeitos participantes de tais sistemas, visando dar voz aos sujeitos sociopolíticos que antes não participavam (ou participavam em um menor grau) dos processos de tomada de decisão dentro de tais contextos.

É por conta destes motivos que a perspectiva agroecológica sendo defendida neste trabalho, e os princípios a ela atrelados, se faz muito importante, principalmente em suas dimensões política, cultural, e social, capazes de reforçar – se bem aplicadas e orientadas – a mudança necessária para a existência de relações sociedade-natureza nas quais não exista nem exploração social, nem a exploração natural, concordando aqui com a análise crítica de Coronil (2005) – na qual o mesmo evidencia a tríade analítica capital-trabalho-natureza – e com os posicionamentos de Castoriadis (1987) ao nos evidenciar que a tecnologia pode ser utilizada visando diferentes objetivos daqueles para os quais foi pensada originalmente, podendo ressignificar neste processo todo um conjunto de relações sociais-naturais.

Neste sentido, o pensamento agroecológico defendido aqui parece-nos poder estar relacionado com a perspectiva crítica traçada por Coronil, que enuncia como tal tríade analítica é capaz de evidenciar o papel da natureza no processo de geração de riqueza dentro do capitalismo, permitindo uma análise crítica das práticas neo-coloniais em vigência (e fortemente presentes no modelo convencional agrícola, por exemplo), demonstrando também que ao mesmo tempo em que se tem uma divisão internacional do trabalho ao redor do mundo comandada pelo modo de produção capitalista, no mesmo passo, acontece também uma divisão da natureza ao longo da história, responsável esta por contribuir para a construção de uma relação dicotômica entre a sociedade e a natureza. Junto a estes fatores, quando trabalhadas dentro de tal perspectiva agroecológica camponesa, as técnicas e a razão formal – acreditamos aqui – perderiam o seu caráter de dominação e de ilusão onipotente fechadas em si mesmas, para assim auxiliarem na construção de novas estruturas de poder e no desenvolvimento de outro paradigma na agricultura.

A partir de perguntas feitas sobre a existência, ou não, de uma relação clara entre a agroecologia e agricultura sintrópica, Y.D. apresenta o posicionamento de que, em sua opinião, a agroecologia é um termo amplo e genérico que pode se encaixar em diferentes contextos e

modelos, levando em conta – principalmente – a ecologia como um norteador da prática da agricultura. Nesse sentido, para ele, várias práticas podem se enquadrar dentro da agroecologia; e quando se fala em agricultura sintrópica está se falando de algo mais específico, com técnicas e filosofias específicas (sistematizadas pelo Ernst Gotsch). Dentro disto, Y.D. pensa que o modelo sintrópico se enquadra como o “manejo agroecológico”, mas mantendo a ressalva de que o termo agroecologia é mais amplo e composto de princípios bem diferentes da agricultura sintrópica.

Já para o T.D. a agroecologia seria esse “guarda chuva” que abarca diversas filosofias e práticas, como hortas urbanas, hortas em apartamento, feiras, diversos arranjos (de cultivo e de organização social) em sua composição. Para ele, a agroecologia ainda mantém, em alguns contextos, uma relação dicotômica entre a sociedade e a natureza, deixando de enxergar o homem como “bicho”, como um animal integrante das dinâmicas da natureza, o que – em sua opinião – a agricultura sintrópica faz muito bem. O entrevistado vê a agricultura sintrópica também enquadrada dentro do manejo agroecológico, e vê outras agriculturas, como a orgânica (em determinados contextos – principalmente naqueles que já foram trabalhados no capítulo anterior), fora dos parâmetros determinados pela agroecologia.

Já foi reforçado aqui que esta visão do homem como animal, na mesma categoria que outros seres vivos, é uma visão que também pode se demonstrar reducionista e não complexa, o oposto do que se pretende desenvolver neste trabalho. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que tal perspectiva merece sim ser evidenciada – demonstrando neste processo princípios e práticas que ultrapassam a lógica racional formal – não se pode ignorar e relativizar esta própria lógica racional (vista por Castoriadis como o ponto de partida para o pensamento do imaginário) e os aspectos sociais, políticos, e culturais, por exemplo, presentes nas ações humanas, todas elas dotadas de intencionalidades. Desta forma, acreditamos que a abordagem da complexidade se mostra necessária, pois a mesma

propõem-se capaz de conectar aquilo que aparentemente parece ser contraditório.

Retomando as discussões sobre os depoimentos, o que acaba ficando claro através da fala de T.D. é que os princípios agroecológicos relacionados à questão prática e técnica conseguem contemplar diferentes modelos de agricultura, como – em suas próprias palavras – “as agriculturas regenerativa, biodinâmica, natural, agroflorestal, etc.”. T.D. também problematiza que certos arranjos, como as hortas urbanas e hortas em apartamento, por exemplo, se enquadram dentro da agroecologia não somente através dos aspectos e princípios relacionados ao manejo, e sim – principalmente – através dos aspectos sociais e econômicos como a participação em redes de troca, comércio, e interação entre indivíduos, e o fortalecimento das relações de confiança entre produtores e consumidores, denotando assim a multidimensionalidade presente nos princípios agroecológicos e o fato de como a agroecologia pode orientar não só técnicas de cultivo, mas também formas de organização e interação político-sociais.

Pasini (2017, p.85-86) – um trabalho completamente dedicado a investigar e apresentar as características e conceitos pertencentes a AS – faz uma breve análise da agroecologia relatando que a mesma, a partir de Altieri (1987) e Gliessman (2000), “[...] é entendida com uma área da ciência que integra conhecimentos multidisciplinares para a concepção, a gestão e a avaliação de agroecossistemas”. Pasini segue desenvolvendo que, apesar de que muitas práticas podem ser relacionadas à agroecologia, a mesma ainda não tem um conjunto definido de modelos de agricultura organizados sob um mesmo formato, “[...] mas sim uma orientação com bases científicas que, por sua afiliação à ecologia, se aproxima invariavelmente do manejo com orientação ecológica” (PASINI, 2017, p.86).

O autor então enumera brevemente a existências de “vertentes” agroecológicas conectando-as a diferentes autores, como, por exemplo, a “vertente agrônômica” – relacionada à perspectiva de Altieri e Gliessman

– a “vertente sociológica” – ligada à abordagem dos movimentos sociais feita, na opinião do autor, por Sevilla Guzmán (2006), e ainda a “vertente indígena” – citando Enrique Leff. Pasini (2017, p.91-92) faz este desenvolvimento para trabalhar, também de forma breve, a relação da agroecologia com a agricultura sintrópica, afirmando que a última é fundamentalmente um “sistema produtivo”, enquanto que a agroecologia não pode ser enquadrada deste modo, algo que já afirmamos ao iniciar a discussão sobre as relações entre a agroecologia e agricultura orgânica, e o perigo ao compara-las, no capítulo dois. Além disto, o autor supracitado afirma que:

[...] a filiação da agroecologia às preocupações ambientais a aproximam da AS na medida em que encontram nela as ferramentas necessárias para aliar a prática ao discurso. É, portanto, adequado afirmar que as técnicas da agricultura sintrópica podem ser apropriadas pela vertente agrônômica da agroecologia. Ao passo que os sistemas agrícolas sintrópicos, enquanto agroecossistemas, podem ser estudados e analisados pela vertente sociológica. Por outro lado, a AS poderia se beneficiar dos mecanismos de gestão da agroecologia, bem como os praticantes de agricultura sintrópica poderiam manter um diálogo promissor com a vertente indígena da agroecologia. (PASINI, 2017, p.91-92)

Concordamos com estes posicionamentos feitos por Pasini, porém gostaríamos de fazer algumas considerações. A AS prevê sim uma mudança de paradigma na agricultura, se estabelecendo principalmente como um sistema de produção, mas ela carrega em si princípios e dinâmicas que fogem aos aspectos meramente produtivos, capazes de evidenciar a potência de novas relações sociedade-natureza – e iniciar assim a discussão sobre a construção de uma nova cosmovisão (servindo de ponte para a passagem da simplificação à complexidade) – como estamos buscando evidenciar neste capítulo. Outra consideração a ser feita é relativa às vertentes agroecológicas levantadas pelo autor. Acreditamos que a divisão dos conhecimentos agroecológicos em vertentes não condiz e não reforça a concepção da agroecologia como ciência multidimensional, fragmentando a mesma através de posicionamentos que parecem estanques, fechados, e que não se comunicam.

Em nossa perspectiva, cada prática espacial agroecológica está envolta da multiplicidade e multidimensionalidade inerente aos seus princípios que, se observarmos o relatório da CIDSE (2018), podem contemplar a AS como: um sistema de produção pertencente ao manejo agroecológico; e como um conjunto de princípios enunciadores de uma cosmovisão alternativa à cosmovisão propagada pelo modelo convencional agrícola de base químico-tecnológica, revelando assim uma possibilidade alternativa ao paradigma da simplificação através da abordagem não-dicotômica entre sociedade e natureza evidenciada na AS. Neste sentido, os princípios agroecológicos podem ainda, ajudar na superação das “carências” apresentadas pela AS, orientando-a para a construção de uma estrutura social, política, e cultural, que se contraponha a hegemonia da estrutura propagada pela agricultura convencional de base químico-tecnológica ancorada no agronegócio.

Neste sentido, cada contexto espacial – tomando a visão do espaço como produto-meio-condição encontrada em Lefebvre (2006, 2013) –, junto com os sujeitos sociopolíticos específicos conectados a tais espaços, é que vão revelar as dimensões mais “urgentes” a serem trabalhadas, o que não invalida a existência das outras dimensões e nem da comunicação e relação entre as mesmas – admitindo assim a necessidade de uma ação multidimensional para uma efetiva estratégia de transição espacial agroecológica (perspectiva que será trabalhada na última seção deste capítulo).

De tal maneira, a partir desta visão espacial aqui enunciada, a multidimensionalidade presente em cada contexto espacial agroecológico é capaz de construir e revelar, através da aplicação orientada dos princípios, novas geometrias de poder neste devir, evidenciando assim a dimensão política. Desta forma buscamos aqui evidenciar as possíveis relações e tensões entre a AS e a agroecologia no sentido de construir uma visão que possa tirar o melhor proveito de cada uma delas – nas perspectivas em que estão sendo trabalhadas – na tentativa de construir um plano de fundo de estratégias e táticas contra-hegemônico.

Fica claro que para entender e praticar agricultura sintrópica é necessário, antes de tudo, estar disposto a mudar a visão do lugar do homem na natureza, e o lugar da natureza – e/ou a natureza do lugar, como nos evidencia Escobar (2005), na sociedade, e isto só pode ser feito de maneira holística se conectarmos a AS com a perspectiva agroecológica camponesa aqui enunciada. O que a AS propõe não é algo tão novo, mas é uma perspectiva organizada de maneira única para a agricultura (ultrapassando-a), formada por uma combinação de conceitos e conhecimentos com a potência de proporcionar relações integrativas entre a sociedade e a natureza para quem procura praticar tal modelo. Guardadas as devidas ressalvas já explicitadas nesta seção (a falta de um enfoque que alcance a dimensão política, e o caráter biologizante presente no método sintrópico, por exemplo), o mais interessante é que tais relações não se limitam aos sistemas produtivos: o modo de fazer sintrópico utiliza a agricultura para problematizar como o ser humano tem se relacionado com o meio ambiente, com os outros seres vivos, e com os seus companheiros, e ainda oferece outra forma de compreender estas relações, uma cosmovisão capaz de contribuir, em nossa opinião, para a construção do pensamento complexo.

Enquanto que, de forma majoritária, estamos sob o modo de produção capitalista que trabalha sobre a lógica da competição, do lucro, da lógica de mercado, e da lógica da sobrevivência, o caminho sintrópico propõe, revela e evidencia o amor incondicional, a cooperação, e a lógica da abundância e da “complexificação”, potências existentes em todos os seres vivos, segundo tal modelo. Reiteramos assim que a agroecologia, como trabalhada nos capítulos anteriores, pode ser sua grande aliada na construção de táticas e estratégias que se contraponham a hegemonia do agronegócio e do modelo convencional de base químico-tecnológica. De tal maneira, estaremos assim contribuindo para a desconstrução da colonialidade do saber, aos moldes de Coronil (2005), ajudando na identificação, e posterior contraposição, de estruturas de poder neo-coloniais – responsáveis por violentar certas cosmovisões e lógicas contra-hegemônicas como as indígenas, por exemplo – e também, a partir

das contribuições de Escobar (2005), ajudando a pensar em práticas espaciais que possam estar baseadas na cultura e na ecologia política de determinados sujeitos e suas dinâmicas ecoculturais complexas.

4.3. Agroecologia, complexidade, e relações sociedade-natureza

Queremos resgatar nesta seção a discussão feita sobre complexidade no primeiro capítulo deste trabalho, relacionando-a com a agricultura sintrópica e, ao final, posicionando também a agroecologia neste contexto. Para isto, iremos resgatar alguns conceitos de autores como Castoriadis (1987,1992), Morin (1999), Losada (s/d) e apresentar outras perspectivas como as nos trabalhos encontrados em Caporal *et al.* (2009) sobre a agroecologia e complexidade.

Lembremos inicialmente, portanto, da crítica feita por Castoriadis (1992) sobre a falta, a partir do início do período moderno, de uma razão crítica aberta a se auto-questionar e a se desenvolver a partir da própria problematização de seus postulados – algo que Morin (1999) vai chamar de pensamento retroativo – o que tornou possível a formatação de uma concepção de desenvolvimento moderno ocidental ancorada na percepção do crescimento ilimitado do modo de produção capitalista como fundamento basilar da vida do ser humano. Tal concepção seria, aos moldes de Castoriadis, uma significação imaginária social (entre outros conjuntos de significados que são construídos, na esfera do imaginário proposto pelo autor, durante o devir histórico-social) hegemônica – conectada a tal modelo de desenvolvimento – que tem se perpetuado em conjunto com a reprodução do modo de produção capitalista.

Desta maneira se conformaram algumas outras significações imaginárias sociais importantes de serem pontuadas para o que está sendo construído neste trabalho, como: a ciência vista de forma fragmentada e altamente especializada; o desenvolvimento tecnológico

tomado como uma das forças-motriz do modo de produção capitalista; a sociedade conformada a partir da dimensão econômica; e a separação entre a natureza e a sociedade. A ciência moderna estaria assim comandada pelos princípios da razão formal, da fragmentação e da ordem, seguindo o determinismo positivista – ou a “ontologia da determinação”, vista em Losada (S/D, p.47) – responsável por colocar a natureza e a sociedade em uma relação dicotômica, e não dialógica como propõe Morin (1999).

Neste sentido, é formatado assim o paradigma da modernidade ou, como nos apresenta Souza (1997), o paradigma da simplificação, responsável por orientar a conformação, pelos sujeitos capitalistas, do modelo de agricultura convencional de base química e tecnológica causador da degradação mundial massiva dos ecossistemas. A partir desta conjuntura, Castoriadis propõe a conceito de imaginário radical, que retira a razão formal do “altar” estabelecido pela modernidade, colocando-a lado a lado com as significações imaginárias (assumindo o devir histórico-social das sociedades em constante desenvolvimento e transformação), abrindo espaço assim para o desenvolvimento de uma razão crítica aberta na qual o imaginário (lugar da singularidade e da criação) assume o centro das epistemologias. Desta maneira, outro paradigma (complexidade) começa a surgir.

Retomemos agora à agricultura sintrópica. Tal modelo de agricultura está preocupado em analisar e reproduzir as dinâmicas próprias de determinado ecossistema, no intuito de criar um agroecossistema no qual homens e mulheres fazem parte da natureza específica de determinado lugar – revelando a possibilidade de uma visão integrativa das sociedades com a natureza através da agricultura – e no qual a agricultura possa contribuir para a complexificação e regeneração de tais ecossistemas, degradados ou não. De tal maneira, a AS rompe com o paradigma da simplificação não só no campo da agricultura, mas também no campo do conhecimento, distanciando-se da razão formal fragmentadora através da revelação e formatação, neste processo, de

novas significações imaginárias sociais ancoradas, levando em conta os pensamentos trazidos por Morin (1999) e pelo próprio Götsch (1996,1997,2019), em relações retroativas entre a sociedade e a natureza.

Através de seu foco na ressignificação das relações sociedade-natureza (por conta de seu conjunto de princípios e processos), mesmo com um caráter biologizante, a AS aparece como contraposta ao modelo convencional agrícola de base químico-tecnológica e aos seus pacotes de implementos. Porém, como visto na seção anterior através dos depoimentos obtidos, o método de produção sintrópico pode ser apropriado pela lógica capitalista evidenciada através da estrutura do agronegócio contemporâneo, muito por conta da não existência clara da estruturação de princípios que contemplem outras dimensões também importantes para os sujeitos envolvidos com este método, como as dimensões política, social, e cultural.

Neste sentido acreditamos que ao colocar a AS e seus princípios – enunciadores estes de uma cosmovisão alternativa à cosmovisão do modelo convencional agrícola – dentro da multidimensionalidade agroecológica, enxergando a AS também como um sistema de produção que está dentro do manejo agroecológico, estaremos contribuindo para uma complexificação maior do processo de transição espacial agroecológica (a ser abordado na última seção deste capítulo), ao mesmo tempo em que pode se formar uma estrutura de ação coletiva nas quais os sujeitos sociopolíticos envolvidos estejam posicionados politicamente, socialmente, e culturalmente (através da significação imaginária de resistência agroecológica camponesa) contra a hegemonia do modelo convencional agrícola e, portanto, do modo de produção capitalista.

A partir desta conexão entre a agroecologia e a AS, podemos sim começar a falar – a partir de Leff (2001) e Escobar (2005) – em práticas espaciais agroecológicas que revelem este processo de “complexificação-ecosocial” conjunta, possível de enunciar um saber ambiental. Assim como, em uma perspectiva crítica, Coronil (2005) já nos evidenciou que a

exploração natural está acompanhada da exploração social (a partir da tríade capital-trabalho-natureza), da mesma maneira, a complexificação dos ecossistemas também pode estar acompanhada da complexificação das sociedades, que se feita a partir dos moldes da transição espacial agroecológica – aliada aos princípios e cosmovisão da AS – pode ser capaz de contribuir para a formatação de um paradigma alternativo ao da simplificação, e para uma contraposição espacial à hegemonia do modelo convencional químico-tecnológico, este reprodutor não só de monoculturas na agricultura, mas também das “monoculturas da mente”, conceito trabalhado por Shiva (2002).

Para Shiva, o modelo de desenvolvimento capitalista expressado através do modelo convencional de agricultura conformado no agronegócio, se configura como um “antidesenvolvimento” insustentável imposto pelos países do hemisfério norte aos do sul, baseado – e ao mesmo tempo reprodutor – do que ela chama de monoculturas da mente, ou seja: um conjunto de ideologias, valores, e conhecimentos responsáveis por orientar todas as estratégias e políticas do desenvolvimento capitalista, devastando a “sabedoria milenar” inscrita na vida humana através da dominação do conhecimento pertencente às sociedades tradicionais, e da conquista e posterior submissão destas próprias sociedades – fazendo sumir neste processo os “sistemas locais de saber” (SHIVA, 2002, p.26-27).

Assim, os “sistemas modernos de saber” (SHIVA, 2002, p.21-22) são impostos pelos sujeitos capitalistas como verdadeiros sistemas reprodutores de relações neo-coloniais (a manutenção histórica de certas geometrias de poder assimétricas) tomados como “verdade universal” estabelecendo – portanto – uma ciência moderna que não parte da mediação social, e sim de um positivismo reducionista. Tal pensamento crítico neo-colonial está alinhado com a tríade capital-trabalho-natureza enunciada em Coronil (2005) que, para o autor, também é capaz de evidenciar um conjunto histórico de ações e estratégias neo-coloniais que, ao colocar determinadas sociedades e seus conhecimentos como

tradicionais, não permitem que seus sistemas de saber – ou cosmovisões – sejam vistas como contemporâneas subsumindo-as aos sistemas de conhecimento da modernidade.

Desta forma, os argumentos desenvolvidos por Shiva conseguem enunciar e reforçar, através do desenvolvimento do conceito de monocultura, a crítica que estamos construindo aqui. Associada a uma razão formal e de base econômica, as monoculturas praticadas pelo modelo convencional agrícola propagam o paradigma da simplificação não só na agricultura propriamente dita, mas também na esfera do conhecimento, ocultando e destruindo de forma violenta (simbólica e/ou materialmente) relações entre a sociedade e a natureza detentoras do potencial de evidenciar novas cosmovisões. Desta maneira, os sujeitos ligados ao modo de produção capitalista procuram ocultar e violentar as práticas (e os sujeitos responsáveis pelas mesmas) que poderiam ajudar na constituição daquilo que Leff (2001) chama de “saber ambiental”, e que poderiam também – portanto – ajudar na construção de modelos de desenvolvimentos alternativos ao modelo propagado por tal modo de produção hegemônico.

Neste sentido, a partir do momento em que a AS enuncia e revela princípios que ultrapassam os aspectos prático-produtivos relacionados ao cultivo de alimentos, como o amor incondicional e o prazer interno residentes em cada ação de todo ser vivo em um ecossistema específico – ou a cooperação, co-evolução, e co-definição inseridas no processo de desenvolvimento da biodiversidade na agricultura sintrópica – tal modelo se aproxima da concepção de imaginário radical (se distanciando das, denominadas “inovadoras”, monoculturas da mente) pelo fato de estar evidenciando processos que não podem ser captados ou quantificados pela razão formal e pela ciência em suas bases modernas, revelando, portanto, que tais princípios da AS não estão sob os postulados da ordem e da fragmentação.

Pelo contrário, os princípios enunciados pela AS se comunicam com as concepções, por exemplo, de retroação, interdependência,

multidimensionalidade, e incerteza, presentes estes dentro do paradigma da complexidade (como já evidenciado no primeiro capítulo). Portanto, a AS – nesta perspectiva – se aproxima também, enquanto cosmovisão, de outros modos de relação sociedade-natureza também já enunciados no final do primeiro capítulo, como o Bem-Viver, evidenciando o seu potencial de conexão com os saberes de populações tradicionais (como os indígenas e os camponeses, por exemplo) podendo resgatar, neste sentido, os “sistemas locais de saber” – como evidenciado por Shiva (2002) – e/ou os “modelos de natureza baseados no lugar”, conceito trabalhado por Escobar (2005), estando tais práticas sintrópicas orientadas pela perspectiva multidimensional e também complexa da agroecologia.

A AS, em conjunto com a perspectiva agroecológica camponesa se conectam, portanto, com o conceito de saber ambiental descrito e desenvolvido por Leff (2001, p.145) da seguinte maneira:

O *saber ambiental* problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para rearticulação das relações sociedade-natureza. Este conhecimento não se esgota na extensão dos paradigmas da ecologia para compreender a dinâmica dos processos socioambientais, nem se limita a um componente ecológico nos paradigmas atuais do conhecimento. O saber ambiental excede as “ciências ambientais”, constituídas com um conjunto de especializações surgidas da incorporação dos enfoques ecológicos às disciplinas tradicionais [...] e se estende além do campo de articulação das ciências (Leff, 1986/2000), para abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais.

Desta maneira, a união aqui defendida entre a AS e a agroecologia camponesa se conforma para o enfrentamento da (e a partir da) complexidade (em seus múltiplos significados) inerente à problemática ambiental emergente a muitos anos, porém urgente na atualidade, capaz de – nas palavras de Leff (2001, p.151), através da tomada de consciência (ambiental) sobre tais questões – gerar “[...] novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade produtiva e social, e projetos alternativos de civilização, de vida, de desenvolvimento”, construindo também uma racionalidade ambiental que se contraponha à

ordem hegemônica da racionalidade econômica amplamente difundida nas sociedades. Para tanto, o paradigma da simplificação deve ser identificado, combatido, e visto apenas como um ponto de partida, processo este que só pode ser realizado a partir da práxis (ao longo do desenvolvimento histórico) cotidiana-coletiva dos sujeitos sociopolíticos (organizados ou não em movimentos sociais, como o MPA ou o MST) inseridos neste contexto de embate entre um modelo agrícola hegemônico estruturado no agronegócio, e diversas tentativas de criação de uma contraposição não-hegemônica.

Neste sentido, acreditamos que a ciência/saber agroecológico (incorporando a perspectiva camponesa defendida, e mantendo uma relação sadia e crescente entre as disciplinas naturais e sociais) se torna fundamental para a abordagem complexa das questões ambientais, a partir da mediação social, da inserção do espaço como meio-produto-condição das relações socioambientais, e do conceito de “produtividade ecotecnológica” – relacionado à agroecologia em Leff (2002, p.41) como uma racionalidade produtiva organizada “de baixo para cima” e buscadora da intersecção entre natureza e tecnologia através da dimensão cultural presente nos espaços e locais específicos, produzindo nesta busca a construção um novo conjunto de significações imaginárias relacionadas à relação sociedade-natureza.

Dessa maneira, concordamos com Caporal *et al.* (2009, p.19) quando este coloca a agroecologia posicionada a partir do “pensar complexo”, ou seja, “[...] o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações”. Esta união complexa pode ser vista no próprio corpo teórico-metodológico da agroecologia, que buscar tecer – na perspectiva de Caporal (2009) e de Floriani e Floriani (2010) ¹⁹– relações entre diferentes disciplinas das ciências naturais,

¹⁹ Floriani e Floriani (2010) fazem um desenvolvimento minucioso das possíveis interações entre o campo da complexidade e a agroecologia a partir, principalmente, dos pensamentos propostos, já apresentados, de Enrique Leff (saber ambiental e racionalidade ambiental) e Edgar Morin (paradigma da complexidade). Diversos princípios enunciados por Morin (auto-eco-organização, hologramático...) são evidenciados pelos autores para buscar a complexidade na agroecologia a partir da análise de seus postulados teórico-metodológicos. Tal análise não foi incluída neste

sociais, e entre os múltiplos saberes ecosociais que emergem das realidades socioespaciais de diversas culturas específicas.

Ao propormos a união da perspectiva agroecológica camponesa (e seus princípios) aqui defendida, com o modelo e princípios da agricultura sintrópica – e sua potencial cosmovisão – estamos abrindo o caminho, como já enunciado, para o crescimento e formatação de novas significações imaginárias relacionadas às relações retroativas entre as sociedades e as naturezas específicas de cada lugar, contribuindo – neste processo – para a desconstrução das relações neo-coloniais. Desta forma, buscamos suporte na concepção do imaginário radical trabalhada por Castoriadis (1987), conceito este capaz de revelar um novo modelo de pensamento, de conhecimento, de entendimento histórico do ser humano e – na perspectiva aqui trabalhada – de sua relação com a natureza; e capaz também de fazer a conexão, a partir da crítica da razão formal fechada em si mesma e da ciência moderna, com o pensamento complexo de Edgar Morin.

Abre-se, portanto, a esfera magmática castoriadiana, responsável por conter as indeterminações, as criações, e o próprio imaginário, possibilitando às regionalidades do conhecimento (as diferentes disciplinas científicas e filosóficas) uma ressignificação a partir da razão crítica aberta – e atrelada ao imaginário – da lógica da complexidade, do conceito de diferença e, desta maneira, do saber ambiental agroecológico em construção.

Vale dizer aqui, finalmente, resgatando brevemente uma discussão que foi colocada no capítulo anterior deste trabalho, que concordamos com Shiva (2002, p.13) ao enunciar que a questão fundamental para a mudança de paradigma e para a construção de novas pontes epistemológicas “[...] situa-se no nível da vontade e do poder político [...]” relacionado às problemáticas em questão. É através da

trabalho de forma profunda, pois não estamos fazendo aqui uma análise da base teórico-metodológica da agroecologia, e sim evidenciado as conexões entre a agricultura sintrópica, a agroecologia, e a complexidade, partindo dos princípios agroecológicos e dos princípios da agricultura sintrópica.

tomada de consciência da esfera política do poder (pelos sujeitos envolvidos em tal embate), em conjunto com suas geometrias assimétricas em constante transformação, que o embate aqui apresentado deve ser travado. Se se quer uma mudança de paradigma, mesmo que minimamente atrelada somente aos aspectos técnicos e produtivos, o desenvolvimento de estratégias e táticas deve passar pela dimensão política dos sujeitos e dos espaços a eles conectados.

E é aí que, ao mesmo tempo, mora a solução e o problema: o modo de produção capitalista busca sua reprodução de maneira geograficamente desigual e combinada, apropriando, fragmentando, e homogeneizando os espaços a todo o momento, através de ações transescalares e multidimensionais, determinando geometrias assimétricas de poder que colocam os sujeitos capitalistas como hegemônicos. De tal maneira, é por conta deste fato que não podemos falar somente em transição agroecológica, e sim colocar e evidenciar o espaço como produto-meio-condição de tal transição.

5. Continuando a discussão... e apontando novos caminhos

Como forma de finalizar o presente trabalho, queremos nesta seção formatar a ideia do que seria para nós esta transição agroecológica

baseada no e pelo o espaço. Começaremos, portanto, trabalhando o conceito de espaço – e algumas categorias relacionadas a este (por conta das problemáticas evidenciadas neste trabalho) – já pensando na perspectiva da transição de um espaço dominado pela hegemonia das táticas, estratégias, expressões – simbólicas e materiais – e geometrias de poder dos sujeitos capitalistas, para um espaço contra-hegemônico, intersticial, e aberto à possibilidade da diferença e da autonomia dos sujeitos.

A partir de Santos (2002) tem-se a concepção de espaço a partir de dois sistemas em constante interação e interdependência: o sistema de objetos (naturais e criados), dimensão dos fixos; e o sistema de ações (intencionalidades), dimensão dos fluxos. Os fixos e fluxos, desta maneira (a partir da perspectiva do autor de enxergar tais sistemas como “abertos” e não fechados em si mesmos) estabelecem uma relação de retroalimentação, no sentido de que os fixos estabelecem – e formam pontos de apoio – para os fluxos que, ao mesmo tempo, movimentam, direcionam, e afirmam (ou não) tais fixos. Tais objetos são frutos de intencionalidades que visam fins determinados, produzindo, desta forma, uma ordem espacial que também é intencional. Santos então inicia a discussão sobre as técnicas, buscando enunciar aquilo que ele irá chamar de meio técnico-científico-informacional dominante na atualidade, orientador e produtor de objetos técnicos – que buscam a superação dos objetos naturais – e de informações relativas ao uso e percepção de tais formas técnicas.

O processo produtivo de tais objetos técnicos segue, portanto, a ciência moderna e seus postulados aqui já criticados, se organizando em torno de uma racionalidade técnica e econômica que, através das ações racionais de sujeitos hegemônicos conectados ao meio técnico-científico-informacional, produz um espaço racional não-homogêneo e desigual, fruto das intencionalidades modernizadoras ligadas aos sujeitos propagadores do modo de produção capitalista. Desta maneira, segundo Santos (2002, p.226) constitui-se “[...] dentro do conjunto de subespaços,

um subsistema hegemônico, graças às relações privilegiadas que podem ser estabelecidas entre esses objetos novos”.

Lefebvre (2006), trabalho no qual o autor desenvolve o conceito de produção do espaço, analisa este espaço geográfico conforme a tríade produto-meio-condição das relações socioespaciais. Desta forma o autor, consciente também de certos posicionamentos também evidenciados anteriormente através de Santos (2002), identifica e categoriza dois tipos espaciais: o espaço dominado, constituído pelos espaços de representação (lugar do vivido e do cotidiano), no qual diferentes tipos de expressões, ações, e reações se manifestam a partir das esferas de dominação; e o espaço dominante, este conformado através das representações do espaço (concebido e representado), formatado pelos sujeitos hegemônicos com o objetivo de criar regras e determinações a serem seguidas.

Desta maneira se cria uma possibilidade de análise que permite decodificar determinadas práticas sociais, retirando o véu dos códigos sociais relacionados a uma sociedade específica. A lógica espacial hegemônica evidenciada por Lefebvre através da enunciação da produção de um espaço fragmentado, concentrador (de riqueza nas mãos dos sujeitos capitalistas), e centralizador (destas riquezas em espaços escolhidos) – pela enunciação das concepções dos espaços dominante e dominado –, entra em consonância com os apontamentos trazidos anteriormente por Santos relativos à produção de uma ordem espacial racional hegemônica atrelada a uma racionalidade econômica, tecnicista e, portanto, modernizadora (com toda a crítica já realizada relacionada à utilização do termo “moderno”). De tal maneira, também fica evidente que – a partir de Lefebvre (2006) – considerar o espaço como detentor de uma dimensão social significa pensar que cada sociedade produz o seu espaço de acordo com o modo de produção ali vigente e/ou – já considerando a problemática sendo trabalhada aqui – a partir do embate entre diferentes modos de produção e modos de vida.

Vemos, portanto, que diversos vetores são atravessados e interpolados dentro do processo de produção destes espaços sociais, sendo estes vetores, por exemplo, econômicos, sociais, culturais, ambientais, e políticos, configurando e evidenciando desta forma uma multidimensionalidade que acompanha a categoria espacial e, portanto, está atrelada também às relações socioespaciais que ali se realizam e se reproduzem.

Como tal discussão espacial pode nos ajudar? A atividade da Cesta Camponesa (discutida no capítulo anterior) – reveladora de uma perspectiva agroecológica camponesa, preocupada não só com a mudança do paradigma ligado a agricultura convencional de base químico-tecnológica, mas também com a possibilidade de mudança relacionada ao paradigma civilizatório através do reforço das dimensões política e cultural – em conjunto com o modelo de agricultura sintrópica, seus princípios, suas potenciais cosmovisões e relações retroativas entre a sociedade e a natureza, revelam, formatam e ajudam a construir novos espaços de representação, ou espaços do vivido, abertos à discussão da autonomia que se comportam através da resistência às representações do espaço dominantes em tais contextos. Tais espaços de representação contra-hegemônicos possibilitam a organização de outros sistemas de objetos e sistemas de ações e, portanto, ordens espaciais alternativas às ordens espaciais baseadas na razão formal.

Através deste embate cada vez mais crescente entre o vivido e o concebido – por conta de realidades espaciais nas quais os sujeitos sociopolíticos, antes submissos às relações de poder propagadas pelas expressões do modo de produção capitalista, resistem, ganham consciência e começam a traçar caminhos alternativos à hegemonia estabelecida – criam-se então “espaços intersticiais”, Pickerill e Chatterton (2006). Estes autores, ao discutir a construção de “geografias autônomas não-capitalistas” e, portanto, de espaços abertos à possibilidade da autonomia, evidenciam que a autonomia tem em seu fundamento o comportamento intersticial, ou seja: por conta da não existência de um

espaço que consiga fugir totalmente da lógica relativa ao modo de produção capitalista, o processo de construção de um espaço não-capitalista e, portanto, não-hegemônico, se dá pelo constante confronto e negociação entre “tendências” autonomistas e não-autonomistas (podemos, no sentido aqui desejado, substituir tendências por “práticas espaciais”).

Desta maneira, se estabelecem “políticas intersticiais” (PICKERILL E CHATTERTON, 2006, p.4) e geometrias de poder assimétricas construídas a partir do devir de tais embates, evidenciando, ao mesmo tempo e de forma retroativa, o conflito contra uma estrutura hegemônica, e a instituição de uma estrutura alternativa – produzindo neste processo a hibridização das relações socioespaciais e das identidades relacionadas aos sujeitos em ação nestes espaços. Portanto, neste sentido, a transição espacial (entre espaços dominantes e dominados), da qual participa a transição agroecológica, se dá por este movimento de negociação, criação, confronto, e resistência, pelos sujeitos sociopolíticos envolvidos, entre práticas espaciais autonomistas – seus espaços de representação e suas políticas específicas – e as práticas espaciais não-autonomistas, suas representações do espaço e as políticas a elas atreladas.

Tais práticas espaciais intersticiais podem ser vistas claramente no exemplo da Cesta Camponesa, que tenta propagar os ideais de resistência camponesa agroecológica em meio à lógica capitalista expressa através das práticas espaciais do modelo convencional agrícola de produção de alimentos. A Cesta se organiza assim pelo estabelecimento de um sistema de distribuição e comércio alternativo (evidenciando novos fluxos e novos fluxos, conforme Santos já nos apontou anteriormente) aos sistemas das grandes redes varejistas – tentando alinhar, neste processo, sistemas de produção agroecológicos sediados no espaço rural com o comércio e distribuição alternativa no espaço urbano – evidenciando desta maneira a produção não só de

espaços intersticiais, mas contribuindo também para o processo de transição espacial agroecológica.

Neste sentido, podem ser enquadradas no mesmo contexto intersticial, as práticas relacionadas ao modelo da agricultura sintrópica discutido neste capítulo que, a partir da complexificação dos ecossistemas, cria, desta maneira, agroecossistemas – evidenciando relações retroativas entre a sociedade e a natureza através da aplicação de seus princípios. Assim são produzidos espaços intersticiais nos quais a gestão autônoma e ética da natureza (e seus recursos), pelo ser humano, começa a se fazer presente e entrar em discussão, ao mesmo tempo em esta pode ser atravessada pela estrutura do agronegócio através de suas redes de distribuição, e/ou de seu viés ideológico e político, por exemplo.

A partir dos exemplos evidenciados, e de posicionamentos observados em autores como Escobar (2005) e Leff (2001, 2002, 2006), vê-se que a questão ambiental levanta a categoria espacial do lugar, em suas múltiplas dimensões, categoria esta diretamente relacionada com o espaço do vivido e, conseqüentemente, com o cotidiano – de acordo com Heller (2008) e Santos (2002), por exemplo. Partindo da concepção progressista de lugar evidenciada em Massey (2000), através de um sentido aberto à incorporação de múltiplas identidades e experiências socioespaciais diversas e específicas para cada indivíduo, possibilitando, desta maneira, diferentes incorporações, apropriações e relações com as globalidades inscritas em cada localidade, pode-se entender a denúncia, feita por Escobar (2005), do domínio do espaço sob o lugar.

O espaço que este autor está denunciando é o espaço produzido pela ordem racional e pela racionalidade capitalista (técnica e econômica), Santos (2002), criadora e orientadora das práticas espaciais (representações do espaço) como as reproduzidas pelos sujeitos hegemônicos conectados à estrutura do agronegócio e ao modelo convencional agrícola de produção de alimentos. Tais espaços dominam os lugares (espaços vividos) a eles conectados, solapando os conhecimentos e saberes locais, degradando tais ecossistemas e, por

exemplo, violentando (simbolicamente e/ou materialmente) as sociedades estabelecidas em tais lugares. São criados, portanto, locais atrelados a um sentido fechado de lugar, estes opostos a aquilo que Massey (2000) procura desenvolver, e permeados de geometrias hegemônicas de poder.

Neste sentido se faz importante atentar para a romantização do lugar, criadora de localismos, como evidenciado por Brandão (2003), que geraria também a possibilidade de enxergar os lugares (fechados), e suas respectivas esferas, como únicos detentores possíveis de uma potencial emancipação social. A partir da discussão feita no parágrafo anterior, já conseguimos enxergar a existência de uma tensão entre os tais “lugares abertos” (capaz de promover a evolução social) e “lugares fechados” (xenófobos e reacionários).

Desta maneira, buscando aprofundar tal discussão, porém já relacionando com as problemáticas ambientais e sociais sendo trabalhadas nesta pesquisa, C.M. – especialista em agroecologia e com uma vasta experiência com comunidades tradicionais (camponeses, indígenas, e quilombolas) da região norte do Brasil – nos diz em entrevista que é importante não romantizar as comunidades tradicionais dentro de um contexto de extrema perseguição e exclusão política das mesmas. Num país como o Brasil onde o sistema convencional de agricultura atingiu diversos espaços e lugares, para ele, conseguimos encontrar de tudo, como índios e camponeses cultivando gado e fazendo monoculturas, por exemplo, enquanto que também é possível encontrar etnias indígenas deixando de praticar a queima, e partindo para outros sistemas de produção.

Desta forma incorporamos na posição defendida aqui, a não-romantização dos lugares (fechados) e das sociedades tradicionais inseridas nestes, evidenciando desta forma o extenso conjunto de tensões e de relações de poder que podem estar envolvidas nestes espaços e em suas práticas sociais. No entanto, enxergamos também que os lugares – a partir dos exemplos estudados da Cesta Camponesa e da AS – podem guardar, por exemplo, o potencial de resistência das

múltiplas identidades inseridas ali, como a do camponês, e do conhecimento local singular – em conjunto com seus modos de natureza específicos – dos sujeitos inseridos em tais espaços. Sobre tais conhecimentos locais, que devem, podem, e são evidenciados através da aplicação do modelo da agricultura sintrópica – e/ou da aplicação dos princípios agroecológicos sob uma base camponesa – Leff (2001, p.336) evidencia que:

O conhecimento local não é apenas o arsenal de técnicas e saberes construídos pela prática. O conhecimento local não soma as condições empíricas a estudos abstratos. Não é a submissão de particularidades locais a racionalidades universais dominadoras e hegemônicas. O conhecimento local é construído por significados elaborados através de processos simbólicos que configuram *estilos étnicos* de apropriação do mundo e da natureza. Isto leva a desentranhar os sentidos do tempo na forja, sedimentação e atualização das identidades e formações culturais – das diversas *formas culturais do ser* – enraizadas em arqueologias, geografias e paisagens em diferentes épocas e lugares, fluindo desde tempos passados imemoriais, através do curso da história, até sua irrupção repentina, com a revalorização do etnicismo e a reivindicação da autonomia dos povos índios, ao final do século XX. Assim o conhecimento passado dominado e oprimido, é reconstruído por um novo saber local e pessoal, hibridizado com os novos discursos da globalização e da sustentabilidade, com a ciência e a tecnologia modernas, abrindo caminhos inéditos na história.

Em nosso ponto de vista, além da história evidenciada pelo autor supracitado, poderíamos acrescentar a geografia e as novas espaço-temporalidades por ela estudadas.

Desta forma, evidenciam-se assim embates entre práticas espaciais autonomistas que podem se conectar com o sentido aberto de lugar (no qual as dimensões sociais, culturais e políticas – em conjunto com os conhecimentos locais – são evidenciadas, como a Cesta Camponesa) visto em Massey (2000), e práticas espaciais não-autonomistas propagadoras de um sentido fechado de lugar (orientado principalmente pela dimensão econômica, como as monoculturas do modelo agrícola de base químico-tecnológica), revelando também as tensões entre aquilo que Santos (2002, p.231) chamará de ordem local e ordem global.

Deve-se levar em consideração a multiescalaridade da ação dos sujeitos envolvidos tanto na Cesta Camponesa quanto no agronegócio. Este, tem de fato, uma dimensão global mesmo que sua ação de produção do espaço imediato seja local. Quanto a Cesta Camponesa pode-se dizer que, embora sua ação apareça mais explicitamente na escala local, suas redes de integração elevam-na a outras escalas, tais como o MST e a Via Campesina, por exemplo.

Abre-se assim mais uma dimensão de conflitos a serem revelados e incorporados nos processos de transição espacial agroecológica, que deixariam para trás, na perspectiva sendo trabalhada aqui, a dicotomia local-global através da incorporação da discussão sobre autonomia como uma “[...] estratégia espaço-temporal entre e além [...]” (PICKERILL; CHATTERTON, 2006, p.3-4) de tal dicotomia.

Assim como as problemáticas ambientais e sociais aqui evidenciadas revelam a categoria do lugar, em conjunto com o mesmo é enunciada também a dimensão do cotidiano, posicionado por Santos (2002) como essencial para a incorporação dos novos sentidos que podem ser dados ao lugar a partir das diferentes práticas espaciais relativas ao vivido lefebvriano. Heller (2008) categoriza o cotidiano como sendo heterogêneo, hierárquico, lugar do aprendizado pela prática (e, portanto da formatação de diferentes práxis), formatando uma vida cotidiana sujeita a alienação. As ações espaciais realizadas nesta esfera podem ser inconscientes, e na sua maioria o são.

Os indivíduos podem simplesmente cumprir com os seus papéis pré-estabelecidos e, portanto, estarem, desta forma, conformados com estes pela possibilidade de não terem conflitos diários. “O fato de se nascer já lançado na cotidianidade continua significando que os homens assumem como dadas as funções da vida cotidiana e as exercem paralelamente” (HELLER, 2008, p.38). Tais fatores constituem uma esfera importante para a manutenção dos espaços dominantes (hegemônicos), num sentido lefebvriano, espaços estes da dinâmica estrutural do agronegócio, criadora de uma vida cotidiana de ordem racional e

econômica. Dessa maneira, vê-se que o modo de produção e desenvolvimento capitalista também acelera o processo de alienação, influenciando e alterando a vida cotidiana, se expandindo para os demais campos da vida social.

Porém Heller também evidencia em seus escritos as possibilidades de superação de tais “abstrações” (ou representações do espaço) inscritas na vida cotidiana moderna. Desse ponto de vista, sobrelevar as abstrações seria possível a partir de ações práticas (relativas ao espaço vivido) que estariam atreladas ao cotidiano, lugar das possibilidades da “obra” e, conseqüentemente, de relações de criação que podem atingir as demais estâncias políticas e econômicas da sociedade. Nesse sentido Seabra (1996), conectando os posicionamentos de Heller com as reflexões lefebvrianas, afirma que

Nas rebeliões situadas no cotidiano e que têm como suporte o vivido, se defrontam as racionalidades e as irracionalidades: saber e conhecer, facticidade e naturalidade, coisa e signo da coisa.... nesse embate existem momentos que permitem apropriações; ganha-se presença. Em tais circunstâncias as representações recuam, e no limite tendem a se desfazer. Só a prática criadora, comportando relações de criação, tem uma tal potência, contém o sentido da obra (SEABRA, 1996, p.85).

O cotidiano, desta maneira, oferece sempre a possibilidade de, nas palavras de Heller (2008), “suspensão” e, portanto, de desalienação (a partir de atitudes conscientes e práticas que partam do individual-particular passando para o humano-genérico). Sobre tal perspectiva de alienação Heller afirma que

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção (HELLER, 2008, p.58).

Dentro dessa visão da alienação, Netto e Carvalho (2012) evidenciam a ligação da alienação com o cotidiano e com o trabalho em sua forma objetiva. Nessa forma de trabalho alienado, o homem e a mulher, produtores de mercadorias, passam a se apresentar como uma própria mercadoria, participando assim de relações sociais de opressão, dominação, e exploração social e natural (da natureza). A vida cotidiana

se vê permeada por estas relações que produzem um cotidiano trivial, uniforme e padronizado. Os sujeitos hegemônicos se tornam, desta maneira, os grandes responsáveis pelas decisões culturais, políticas, econômicas... É este tipo de cotidiano que é encontrado ao observar o modelo de produção agrícola convencional de base químico-tecnológica, suas monoculturas (de cultivo, e da mente), seus sistemas de conhecimento, e sua estrutura (agronegócio), por exemplo.

Netto e Carvalho (2012), reforçando pontos já evidenciados anteriormente através de Santos (2002), também dão atenção ao fato de que a partir da inserção das técnicas no cotidiano, este passa a ser permeado por um grande vazio no qual a esperança de transformações efetivas a caminho de um processo de humanização vai se esvaindo, principalmente para os sujeitos oprimidos e as classes minoritárias. Isto demonstra o papel opressor e dominador que o racional e suas técnicas ligadas a uma ordem capitalista têm nas sociedades contemporâneas. Porém, nas palavras dos seguintes autores, tal dominação na esfera da macropolítica também

[...] reforça uma esperança e uma confiança nas microdecisões, nos microefeitos, nas microcadeias de relacionamento. Daí a intuição básica de que a prática social transformadora não pode ignorar o cotidiano e a cotidianidade dos microgrupos (NETTO; CARVALHO, 2012, p.47).

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se trazer novamente Agnes Heller e a questão da suspensão, a partir da cotidianidade, do particular-individual ao humano-genérico, condição que não faz sumir as particularidades, e que ocorre, segundo a autora, sempre em determinada medida (maior ou menor). Vemos em Heller (2008) que junto ao trabalho, a arte, a ciência e a moral se apresentam como forma de suspensão deste cotidiano dominado pelas representações do espaço. A autora também mostra, a título de evidenciar como se daria tal processo de suspensão, que o artista é capaz de se manter suspenso na produção de sua obra (dominado pelos impulsos criativos – suspendendo a heterogeneidade do cotidiano), mas este sempre retorna ao seu cotidiano e dos demais – que se mostra inserido neste espaço intersticial que

permite a suspensão em meio à dominação. Esta suspensão (temporária) não é uma tentativa de escape, e sim uma chance de melhor compreender conscientemente o cotidiano e sua totalidade, na qual o singular se mostra como parte do universal-genérico. O retorno do indivíduo ao cotidiano, após a suspensão temporária deste, se apresenta como uma possibilidade de entender o cotidiano como “[...] espaço compulsório de humanização (de enriquecimento e ampliação do ser social)” (NETTO; CARVALHO, 2012, p.61). Desta maneira, o sujeito social se desenvolveria nesta sequência de possíveis suspensões e retornos ao cotidiano.

Neste sentido, Heller (2008, p.43) formata o que para ela seria o meio para tal suspensão, ou seja, o processo de “homogeneização”. Seguindo esta linha de pensamento, a autora – em suas palavras – enuncia o que seria tal homogeneização:

Significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção sobre uma única questão e "suspenderemos" qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa [...] E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão-somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos (HELLER, 2008, p.44).

Porém esta passagem ao humano-genérico através da homogeneização é uma grande exceção para grande parte dos indivíduos, chegando a nunca acontecer para a maioria destes. Esse caso só se realiza nos indivíduos que, movidos por uma paixão específica e dominante (referente à autonomia presente no “poder de escolha” de uma atividade principal promotora de tal suspensão), caminham para o objetivo consciente do humano-genérico. Heller descreve este processo da seguinte maneira:

Tão-somente durante as fases produtivas essa particularidade é suspensa; e, quando isso ocorre, tais indivíduos se convertem, através da mediação de suas individualidades, em representantes do gênero humano, aparecendo como protagonistas do processo histórico global (HELLER, 2008, p.46).

Dessa maneira, o cotidiano e suas condições hierárquicas possibilitam, ao mesmo tempo, o movimento (ou a estagnação), a oportunidade de escolhas individuais conscientes (ou inconscientes) pelos homens e mulheres e, portanto, a criação dos espaços intersticiais aqui já evidenciados. Neste sentido, Heller, trazendo Goethe, pontua a “condução da vida” (HELLER, 2008, p.60), esta que contribuiria para a humanização da vida cotidiana. Nas palavras de Heller, tal condução da vida

[...] supõe, para cada um, uma vida própria, embora mantendo-se a estrutura da cotidianidade: cada qual deverá apropriar-se a seu modo da realidade e impor a ela a marca de sua personalidade. É claro que a condução da vida é sempre apenas uma tendência de realização mais ou menos perfeita. E é condução da vida porque sua perfeição é função da individualidade do homem e não de um dom particular ou de uma capacidade especial (HELLER, 2008, p.61).

Falar sobre condução da vida, principalmente como uma “tendência de realização” das individualidades humanas, é falar sobre autonomia ou, como estamos desenvolvendo aqui, criar uma abordagem a partir da transição espacial agroecológica via espaços intersticiais, estes permeados pelas tensões e negociações entre práticas autonomistas e não-autonomistas.

Neste sentido, a Cesta Camponesa e o modelo de agricultura sintrópica permitiram, em determinados momentos, a observação desse processo de “suspensão e retorno” ao cotidiano, e a criação destes espaços intersticiais. Um belo exemplo deste movimento retroativo se dá nas entregas em praça pública das cestas camponesas. Uma praça pública, como a Praça São Salvador localizada no bairro Laranjeiras – Rio de Janeiro (normalmente ocupada em seu cotidiano por festas, feiras, moradores de rua, ou apenas pela reunião de pessoas buscando se encontrar e conversar), sem fins determinados, é ocupada de forma planejada, sem a necessidade de controles e autorizações relativas ao Estado, pelos organizadores e participantes da Cesta, todos estes focados, de maneira coletiva e autônoma, na distribuição e recebimento

dos produtos agroecológicos camponeses conectados a um movimento social (MPA).

Assim, ao mesmo tempo em que tais sujeitos rompem com a ação cotidiana hegemônica, através de práticas espaciais autonomistas, relacionada à estrutura de produção-processamento-distribuição-consumo – ligada esta as grandes redes varejistas, aos produtores (orgânicos ou convencionais), e as cadeias de processamento de alimentos – também são criados estes espaços intersticiais que possibilitam o embate multidimensional entre tais esferas conflituosas. Após as entregas das cestas, a ocupação se encerra e, junto com ela, o retorno ao cotidiano é efetuado, porém com outra consciência. Como já evidenciado aqui, não se trata apenas do acesso a alimentos saudáveis. É um suporte político, social, e cultural das práticas espaciais ligadas aos camponeses – em conjunto com suas identidades e saberes – por mais que seja a partir de microrelações e micropolíticas, e em uma escala (de alcance) muito menor que a escala do modo de produção hegemônico.

Este processo de suspensão e retorno ao cotidiano também pode ser encontrado em outros momentos, como na escolha (consciente) pelos agricultores em produzir de maneira agroecológica. A entrega de tais camponeses ao processo de produção e distribuição pode ser vista no cotidiano dos mesmos, que resistem para preservar modos de conhecimento tradicionais e, portanto, relações integrativas com a natureza. Por exemplo, em tais sistemas camponeses, a criação de galinhas e porcos está diretamente relacionada aos policultivos (através da produção de insumos orgânicos, por exemplo), estes visando também à alimentação dos animais e da própria família, estes últimos que se tornam guardiões das sementes originais e de outros recursos naturais, como a água, e assim por diante.

Tais camponeses conseguem estabelecer assim um caminhar sólido em direção à gestão autônoma dos seus recursos e da natureza. Tal exemplo pôde ser visto em um agricultor participante da Cesta Camponesa, L.V., que saiu do modelo agroquímico convencional para o

agroecológica por conta de uma intoxicação química e, portanto, produz orgânicos já a mais de 20 anos. Em entrevista, L.V. nos contou que praticamente toda a sua alimentação vem da sua fazenda, comprando apenas itens como macarrão e arroz em mercados externos, ou produtos necessários para a produção de outros alimentos agroecológicos, como bolos e pães – vendidos nas feiras de rua. O mesmo também descreveu que seu sítio produz mais de 64 variedades de alimentos, estabelecendo um sistema integrado de plantio, através de métodos de agricultura de mais de 100 anos atrás – que nas palavras dele – “existem muito antes dessa industrialização dos orgânicos que tá aí”.

Figura 4 – Sítio do Agricultor L.V.



Fonte: Acervo do autor.

Desta forma se configura um formato de cotidiano muito diferente do cotidiano estabelecido pelo modelo convencional agroquímico. Um cotidiano que, a partir da incorporação dos princípios agroecológicos e da afirmação da identidade camponesa pela atuação de movimentos sociais, cria – através das práticas espaciais autonomistas – espaços intersticiais e espaços de representação nos quais os embates entre ordens espaciais hegemônicas e contra-hegemônicas ficam evidentes, principalmente na dimensão política. As possibilidades da suspensão temporária da dominação se tornam mais presentes, configurando um contexto de

resistência pelos sujeitos sociopolíticos contra-hegemônicos inseridos em tais dinâmicas.

Tal cotidiano produtor de potenciais espaços intersticiais pode ter suas ações autonomistas intensificadas a partir da incorporação dos princípios e práticas da agricultura sintrópica. Com seus princípios que ultrapassam a agricultura, reveladores estes de cosmovisões relativas à relação dos seres humanos com a natureza – e como as próprias se constituíram – a AS pode contribuir não só para a mudança do paradigma relativo à produção agrícola, mas também do paradigma relacionado aos sistemas de conhecimento e percepção humanos, contribuindo para as dinâmicas de ecologização das agriculturas, processo este inscrito na formatação da transição agroecológica – como visto em Costabeber (1998) – e também demonstrando na prática a abordagem do pensamento complexo a partir da agricultura.

Resgatemos neste momento aqui o conceito de transição agroecológica. Como apresentado no final do segundo capítulo, a partir de Caporal e Costabeber (2004) tal conceito se refere ao processo de mudança gradual através do tempo de sistemas de produção convencionais (agroquímicos) para sistemas baseados em princípios ecológicos, visando – ao mesmo tempo – uma ecologização dos agroecossistemas específicos de maneira processual e crescente, sem um ponto de chegada definido, e também uma mudança na estrutura social dos sujeitos envolvidos, mudança esta relativa à gestão e conservação do meio ambiente.

A partir de Gliessman (2000), Caporal e Costabeber (2004, p.47) evidenciam três estágios-base deste processo de transição:

- a) O incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de inputs caros, escassos e daninhos ao meio ambiente; tem sido a principal ênfase da pesquisa agrícola convencional, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional.
- b) A substituição de inputs e práticas convencionais com práticas alternativas; a meta seria a substituição de produtos e práticas intensivas em recursos e degradadoras do meio ambiente com outras mais benignas

desde o ponto de vista ecológico. Neste nível de transição a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, portanto, problemas similares aos dos sistemas convencionais. c) O redesenho do agroecossistema para que funcione em base a um novo conjunto de processos ecológicos. Neste nível se buscaria eliminar as causas dos problemas que ainda continuam existindo nos dois níveis anteriores.

Apesar de que, conceitualmente – na categoria transição agroecológica – fique claro a necessidade de transformações nas “atitudes e valores” sociais dos sujeitos sociopolíticos envolvidos nestes processos, tais dimensões sociais, políticas, e culturais, não ficam claras nos estágios fundamentais demonstrados anteriormente, pelo contrário: observa-se um enfoque ecológico nestes estágios, relativo às práticas convencionais ou alternativas adotadas, e à redução dos inputs externos, por exemplo. Sabemos que, acompanhada de tais processos de transição guiados pela ecologização, tais práticas agroecológicas estão baseadas sim nas múltiplas dimensões – e seus respectivos princípios – as quais a agroecologia tangencia, entre elas as dimensões social, política, cultural, e ética, por exemplo, segundo também Caporal e Costabeber (2004, p.111-116). Porém acreditamos que tais dimensões devem estar enunciadas nos estágios fundamentais demonstrados, para a formatação de estratégias e táticas que resultem numa transição espacial agroecológica holística.

Quando se mostrou aqui os exemplos da Cesta Camponesa, esta capaz de evidenciar uma perspectiva agroecológica camponesa inscrita sob um forte viés político e social, e a AS – capaz também de guardar princípios que ultrapassam a questão da agricultura, formatando um apanhado complexo de potenciais relações retroativas e integrativas entre a sociedade e a natureza, procurou-se evidencia-las levando em conta o conceito geográfico de espaço – e categorias relacionadas ao mesmo – fundamental para uma análise crítica construída a partir da percepção, por exemplo, do mesmo como multidimensional, e como produto-meio-condição das relações socioespaciais.

Foi neste sentido, através da incorporação dos conceitos de espaço e lugar, que se procurou enunciar nesta seção, de forma inicial, a noção “transição espacial agroecológica” que deve acontecer de maneira multiescalar, partindo do cotidiano, no lugar, no território, ou no espaço, conforme a necessidade apontada pela problemática a ser estudada. Deve-se ter em mente também as críticas realizadas por Brandão (2003) de que, assim como as ações dos sujeitos conectados ao modo de produção capitalista se apresentam como transescalares, os sujeitos contra-hegemônicos devem buscar um horizonte de ação também transescalar, este com muitos obstáculos para ser alcançado visto que é o *modus operandi* hegemônico do modo de produção capitalista.

Dessa maneira o conceito de transição espacial agroecológica leva em conta as múltiplas dimensões necessárias para a “ação social coletiva”, como evidenciado em Costabeber (1998). Procurando continuar com uma perspectiva geográfica, ao colocar o conceito de espaço “entre a transição e a agroecologia”, buscou-se a partir de tudo desenvolvido até então, enunciar a agroecologia como mais uma dimensão dentro do processo de produção do espaço em um sentido lefebvriano, produção esta que possibilitaria, dentro da perspectiva adotada aqui, a possibilidade de revelação de espaços intersticiais nos quais ocorreria o embate entre práticas autonomistas e não-autonomistas, visando o estabelecimento de uma transição espacial agroecológica contra-hegemônica através da resistência dos sujeitos sociopolíticos inseridos em tal dinâmica.

Neste sentido, Harvey (2006) enuncia um posicionamento sobre como os diversos grupos sociais atrelam suas práticas sociais (e naturais – espacializadas) na “teia da vida” (esta vista pelo autor como rede socioecológica da vida) a partir da formatação da teoria dos desenvolvimentos geograficamente desiguais do capitalismo, demonstrando que o processo de acumulação de capital, que está sempre fixado em algum espaço, está baseado materialmente em tal rede socioecológica. Desta maneira, Harvey (2006, p.78) evidencia que existe um problema em criar um sentido comum entre as diversas e particulares

diferenciações geográficas em relação à processos mais amplos como a “transformação do meio ambiente”, a “luta social”, e a “acumulação de capital” – afirmando também que, para isto começar a ser realizado, é necessário a integração, junto a teoria dos desenvolvimentos geograficamente desiguais do capitalismo, de estudos específicos em relação a tais processos.

Assim, acreditamos aqui que ao enunciarmos – de maneira inicial – a noção de transição espacial agroecológica, estamos contribuindo, na perspectiva aqui sendo trabalhada, para a formatação deste “sentido comum” enunciado por Harvey, ou seja: uma noção que considere tal rede socioecológica da vida e seus processos ecoculturais complexos, fugindo de uma perspectiva de caráter majoritariamente biológico/ecológico, para enunciar a multidimensionalidade espacial e a (re)produção do espaço (e das relações de poder assimétricas) pelos sujeitos sociopolíticos envolvidos em tais processos, considerando também a atuação transescalar do modo de produção capitalista, sua hegemonia espacial, e os embates entre tal modo de produção e as diversas alternativas contra-hegemônicas que se desenvolvem neste devir histórico.

Em resumo, este trabalho foi realizado a partir de um movimento retroativo que partiu, ao mesmo tempo, do macro para o micro e vice-versa, buscando os pontos de encontro entre tais perspectivas. Do lado macro – abordado principalmente no primeiro capítulo – temos o modo de produção capitalista, os modelos de desenvolvimentos propagados pelo mesmo (a partir dos ideais da modernidade, do ocidentalismo, e da orientação eurocêntrica), suas cosmovisões, o paradigma da simplificação, e a revolução verde (junto à organização convencional da agricultura de base químico-tecnológica) como exemplo de tal conjuntura hegemônica.

Esta retomada crítica se fez necessária para a construção do embate principal norteador de todas as discussões travadas ao longo do presente trabalho (formando nossa problemática principal): a luta entre a

agroecologia e o modelo hegemônico pautado na produção agrícola de base química, tecnológica, e mecânica. Dentro de tal embate, como já visto, encontramos um conjunto complexo de tensões (multidimensionais) entre a agroecologia, a agricultura orgânica, e a agricultura convencional de base químico-tecnológica, conjunto este que foi abordado e desenvolvido brevemente visto a sua importância para a problemática apresentada, mas que – se desenvolvida de forma profunda – poderia constituir um conflito entre o conjunto de questões que inicialmente nos propomos a investigar.

Já do lado micro temos as práticas espaciais agroecológicas que foram utilizadas para exemplificar o papel que tais práticas têm na construção de um panorama contra-hegemônico de domínio do modo de produção capitalista. Neste sentido, a Cesta Camponesa (apresentada de forma mais profunda no segundo capítulo) foi capaz de evidenciar uma perspectiva agroecológica camponesa, enunciadora esta da importância das dimensões política, cultural, e social para a formatação de espaços intersticiais nos quais práticas autonomistas e não-autonomistas estejam presentes e em constante negociação e embate. Desta forma, posteriormente, foi abordada (no terceiro capítulo deste trabalho) a agricultura sintrópica de Ernst Götsch, capaz de contribuir, para a discussão desenvolvida aqui (mesmo tendo um caráter biologizante), através de seus princípios enunciativos de uma cosmovisão alternativa à cosmovisão moderna das relações sociedade-natureza, sendo a própria agricultura sintrópica um modelo que pode ser visto como integrado ao manejo agroecológico e/ou, portanto, como um sistema de produção agroecológico. Junto a tais práticas agroecológicas podemos acrescentar a perspectiva, brevemente abordada, das outras populações tradicionais, como os indígenas, através do horizonte de possibilidades do Bem-Viver (apresentado no final do primeiro capítulo).

Finalmente, como ponto de encontro entre tais processos macro e micro, nos apoiamos na teoria da complexidade, na concepção de imaginário radical, no conceito geográfico de espaço (e em outras

categorias relacionadas e contidas no mesmo), nas perspectivas pos/de-coloniais e, mais importante, na perspectiva holística e complexa proposta pela agroecologia, e seus princípios, em suas orientações enquanto ciência, movimento social, e conjunto de práticas. Desta forma foi possível traçar inicialmente a noção de transição espacial agroecológica, que seria uma espécie de ponto de encontro entre tais processos macro e micro.

A construção desta noção é fruto, e sintetiza a nossa vontade principal neste trabalho – a partir da apresentação dos exemplos demonstrados das práticas espaciais agroecológicas – de nossa tentativa de construção de uma abordagem complexa que possa tornar aliadas a perspectiva agroecológica camponesa, e seus princípios, e a cosmovisão enunciada pela agricultura sintrópica enquanto pertencente ao manejo agroecológico. Assim, respectivamente, as dimensões política, cultural, e social de uma podem ser reforçadas e complementadas pelas dimensões ecológica, e ambiental, da outra, tendo como ponto principal de união os próprios sujeitos sociopolíticos – em conjunto com suas respectivas geometrias assimétricas de poder, e suas práticas espaciais sociais e naturais – envolvidos nos diversos processos dessa rede socioecológica da vida.

Anunciamos assim que, a partir de tudo que foi abordado neste trabalho, a dimensão política – em conjunto com sua ressignificação – é o campo de ação principal se se quer constituir um panorama de estratégias e táticas contra-hegemônico. O desenvolvimento de nossos posicionamentos no presente trabalho buscou dar reforço para a importância da incorporação de tal dimensão nas problemáticas ambientais e agrárias. Estamos longe, enquanto sociedade, de constituir um panorama unificado de práticas e princípios que possam se contrapor ao modo de produção capitalista e suas múltiplas manifestações. Mas é justamente pelo aparecimento, em uma perspectiva da micropolítica de resistência, de diferentes concepções civilizatórias alternativas à concepção capitalista, que podemos reforçar os ideais de união pela diferença, de múltiplas formas de desenvolvimento e, portanto, de uma

diversidade de perspectivas agroecológicas ancoradas na complexidade do espaço. Contribuir para a identificação, reconhecimento, e desenvolvimento de tais ideais foi uma das intenções do presente trabalho, que nos deixou contentes e realizados, porém realistas, pois acreditamos que tal intenção está aqui, formatada e concretizada, através de nossas palavras e ações conformadas no processo de realização do presente trabalho.

6. Referências bibliográficas

ABREU, L. S. *et al.* **Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 26, p. 143-160, 2012.

ALTIERI, M. A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture.** Boulder: Westview Press, 1987.

_____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel A.; ROSSET, Peter M. **Agroecology versus input substitution: A fundamental contradiction of sustainable agriculture.** Society & Natural Resources: An International Journal, 10:3, 1997, p. 283-295.

AMORIM, Lucas Oliveira do; BARTH, Vinícius Jean. **A construção da autonomia e resistência do campesinato através da agroecologia e do plano camponês do movimento dos pequenos agricultores.** In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba. GT 18 – Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses ISSN: 1980-4555

ANDRADE, D. **AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE – UM ESTUDO SOBRE A ADOTABILIDADE DA AGRICULTURA SINTRÓPICA**. Rio de Janeiro, 2019. 160 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ANDRADE, D. V. P.; PASINI, F. S. **Implantação e manejo de agroecossistema segundo os métodos da agricultura sintrópica de Ernst Götsch**. Cadernos de Agroecologia 9: 1-12. 2014.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

BALEEIRO, A. V. F. **INTERSECÇÃO TERMODINÂMICA-ECOLOGIA E DISCUSSÃO DAS BASES CIENTÍFICAS DA AGRICULTURA SINTRÓPICA**. Goiás, 2019. 127 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás (UFG).

BARBER, Dan. **O Terceiro Prato: observações sobre o futuro da comida**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

BOSETTI, C. J. ; BONI, V. **O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA – no Brasil: agricultura, sociedade e democracia**. In: XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia-ALAS, 2017, MONTEVIDEOU. Anais do XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia-ALAS, 2017.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **O Modo Trans-escalar de Análise e de Intervenção Pública: notas para um manifesto anti-localista**. X Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, MG, 2003.

BRASIL. **“Lei dos Orgânicos” – Lei Nº 10.831 de 23 de Dezembro de 2003**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/lei-no-10-831-de-23-de-dezembro-de-2003.pdf/view>. Acesso em 5 de Abril de 2019.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, v.15, n.43, São Paulo Set./Dez. 2001.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O Plano Camponês para a Soberania Alimentar e Energética numa perspectiva Agroecológica**. Cadernos de Agroecologia, [S.l.], v. 9, n. 4, feb. 2015. ISSN 2236-7934. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/16391>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CAPORAL, F.R; AZEVEDO, E. O. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**. In: ETGES, V. E. (org.). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, p.19-52, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA. 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v.1. 24 p. ISBN: 978-85-60548-66-8

CAPORAL, F. R. (Org.); COSTABEBER, José Antônio (Org.); PAULUS, Gervásio (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1. 111 p.

CASTORIADIS, Cornelius. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade**. In: CASTORIADIS, Cornelius. As Encruzilhadas do Labirinto II, os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____. **O Mundo Fragmentado: Encruzilhadas do Labirinto III**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

CIDSE. **Os princípios da agroecologia – Rumo a sistemas alimentares justos, resilientes, e sustentáveis**. 2018, Disponível em: <<https://www.cidse.org/2018/04/03/the-principles-of-agroecology/>> Acesso em 22 de Fevereiro 2019.

CORONIL, Fernando. **Natureza do Pós-Colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASO, p. 105-132. 2005.

CORRÊA NETO, N. E. *et al.* **Agroflorestando o mundo de facão a trator**. 2016. 177p.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. 422f. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998

_____. **Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização.** In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.). Sustentabilidade e cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: Emater/RS, 1999.

DÁVALOS, Pablo. **El “Sumak Kawsay” (“Buen vivir”) y las cesuras del desarrollo.** Jueves, 10 de junio de 2010.

DI CIONE, Vicente. **Notas hacia una teoría del DESARROLLO GEOGRÁFICO DESIGUAL.** GeoBaireS. Cuadernos de Geografía, Buenos Aires, 2007. Disponível em: http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/teoria_geografica/LECTURA_26bis.pdf. Acesso em: fevereiro. 2020.

DIRLIK, Arif. **Place-based Imagination: Globalism and the Politics of Place.** In: PRAZNIAK, et al (Org.). Places and Politics in an Age of Globalization. Nova Iorque: Rowman and Littlefield, 2000.

ELIAS, D. **O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional.** In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (Org.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.

ENGEL, V. L. **Sistemas agroflorestais: conceitos e aplicações.** In: SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2003, Campo Grande, MS. Anais... Campo Grande, 2003. p. 1-17

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASO, p. 133-168. 2005.

_____. **El “postdesarrollo” como concepto y pratica social.** IN: MATO, Daniel (coord.) Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalizacion. Caracas, Facultad de Ciências Econômicas y Sociales. Universidad Central de Venezuela. 2005.

FERREIRA, Alvaro. **Dominação e apropriação no espaço social: entre a ordem próxima e a ordem distante.** Anais do Encontro da UGI, 2007 – Buenos Aires.

_____. **A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais.** Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XI, núm. 245 (15), 1º de agosto de 2007.

FERNANDES, B.M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** In: Anais do Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB, 2002.

FERNÁNDEZ, X.S.; GARCIA, D.D. **Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.2, p.17-26,

abr./jun. 2001.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. **Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico**. Rev. Bras. De Agroecologia, Porto Alegre, v.5, n.1. p. 3-23. 2010.

FONSECA, M. **A Construção social do mercado de alimentos orgânicos: estratégias dos diferentes atores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) *in natura* no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2000. 235 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

_____. **Agroecología y agroecosistemas**. Ciência & Ambiente 27. Julho/Dezembro de 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GÖTSCH, E. **O Renascer da Agricultura**. 2ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996. 24p. (Cadernos de T.A.)

_____. **Homem e natureza: Cultura na agricultura**. 2ed. Recife: Recife Gráfica Editora, 1997. 12p.

_____. **“TAO” para nossa compreensão da vida**. 26 de Março, 2019. Disponível em: <https://agendagotsch.com/pt/syntropic-farming-principles-by-ernst-gotsch/>. Acesso em 4 de Janeiro de 2020.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978c.

GUIMARÃES, L. A. O. P.; MENDONÇA, G. C. . **Conceitos e princípios práticos da agrofloresta sucessional biodiversa (agricultura sintrópica)**. In: Silva, A.C.P.; Nicoli, C.F.; Monhol, C.; Soares, C.B.; Azevedo, G.C. et al.. (Org.). 29ª Seagro: Plantando hoje as riquezas do futuro. 1ed.Alegre: CCAE-UFES, 2019, v. 1, p. 108-123.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.35-45, jan/mar. 2001.

_____. **Agroecology and Organic Farming: Re-building Agroalimentary Sovereignty.** Agroecología, Vol 1, p.7-18, 2006.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2014.

HALL, Stuart. **The West and the Rest.** In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). Development, a cultural studies reader. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.

HARVEY, David. Contradicción 11. **Desarrollos geográficos desiguales y producción de espacio.** In: HARVEY, David. Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo. 1.^a ed. Quito: Editorial IAEN, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development.** New York, Verso, 2006.

_____. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1989.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e terra, 2008. Capítulo 2 - Estrutura da vida cotidiana, pp. 31-61.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993.

LANDER, Edgardo. **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocentrismo.** IN: LANDER, Edgardo (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASO. 2005.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Prefácio – A produção do espaço.** Estudos Avançados. São Paulo, vol. 27, n. 79, 2013.

_____. **A produção do espaço.** Trad. Grupo "As (Im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea" do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4^a éd. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006, cap. I.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar 2002, p.36-50.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza.** Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder.** Petrópolis, Vozes, 2001.

LOSADA, Manuel. **Imaginário radical: a proposta de castoriadis à atual crise dos paradigmas no campo das ciências naturais e sociais.** Boletim interfaces da psicologia da ufruralrj. S/d

LOWY, Michael. **A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado,** mimeo. s/d.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACIEL, C. A. A. **Movimentos sociais e agricultura sustentável: o lugar do sujeito geográfico na atualização da questão agrária brasileira.** In: MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (Org.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.

MASSEY, Doreen. **O sentido global do lugar.** In ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

MEIRA, Fabio Bittencourt. **Castoriadis (o instituinte) e a instituição.** XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 25-29 de setembro de 2010.

MELO, M. P. M. ; TEIXEIRA, L. S. C. **Cesta camponesa como estratégia da aliança campo-cidade por Soberania Alimentar.** In: Cadernos de Agroecologia – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018, ISSN 2236-7934.

MENDOZA, Luís Gabriel Menten. **As escalas do desenvolvimento (geográfico) desigual em David Harvey e Neil Smith.** In: Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 676-686. ISBN 978-85-63800-17-6

MESQUITA, J. E. P. U. **Em busca de um novo paradigma alimentar: o caso do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.** 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Sustentabilidades) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MORAN, Emílio F. **Meio Ambiente e Ciências Sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade.** São Paulo: Editora SENAC, 2011.

MORIN, Edgar. **Por uma reforma do pensamento**. IN: PENA-VEGA, Alfredo e ALMEIDA, Elimar Pinheiro O Pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade.. Rio de Janeiro: Garamond. 1999. (pasta)

MORGAN, K.; MURDOCH, J. **Organic vs Conventional Agriculture Knowledge, Power and Innovation in the Food Chain**. Geoforum, nº 31, 159-173, 2000.

MORO, E. J. **O mercado que separa Agricultura Orgânica e Agroecológica**. Instituto Federal Catarinense, 2011. Disponível em: <https://reciprocidade.emnuvens.com.br/rr/article/view/8>. Acesso em 17 de Outubro de 2019.

MPA Brasil. **Plano Camponês**. Disponível em: <https://mpabrasil.wordpress.com/plano-campones/>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

_____. **Plano Camponês e a relação Campo Cidade é tema de artigo**, 2016. Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/2106-2/>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

_____. **Soberania Alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade**. Disponível em <<http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade>>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano. **A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização**. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano; VEZZANI, Fabiane. (Org.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, A.U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados. 2001, v.15, n.43, p. 185-206.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PASINI, F.S. **A Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch: história, fundamentos e seu nicho no universo da Agricultura Sustentável**. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PETERSEN, P. **Agroecologia e a superação do paradigma da modernização**. In: NIEDERLE, P. A. et al. Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, p. 69-103.

PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. **Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics.** Progress in Human Geography, n. 30. 2006.

PRIMAVESI, A. M. **O Solo: a base da vida em nosso globo.** Disponível em: < <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Osolo-AnaPrimavesi.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

_____. **Agroecologia e Manejo do Solo.** Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 7-10, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **“Bien Vivir” para REDISTRIBUIR el poder Los pueblos indígenas y su propuesta alternativa en tiempos de dominación global.** Informe 2009-2010 Oxfam. Pobreza, desigualdad y desarrollo en el Perú, Julio, 2010.

RABHI, P. **A Favor da Terra e do Humanismo.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

RADCLIFF, Sarah A. **Development and Geography: towards a postcolonial development geography?** Progress in Human Geography, n. 29, SAGE Publications. 2005.

_____. **Development for a postneoliberal era? Sumak kawsay, living well and the limits to decolonisation in Ecuador.** Geoforum 43 (2012) p.240–249.

RAMÍREZ, I. A. **SUJETO Y SUBJETIVIDAD: UNA APROXIMACIÓN DESDE LAS REPRESENTACIONES ESPACIALES.** Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 27, 2015, p. 293-308.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. **Acumulação primitiva, capital fictício e acumulação por espoliação: introdução a uma leitura geográfica da economia capitalista contemporânea.** In: Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 1, págs. 55-66, jan/jun. 2014.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos; OLIVEIRA, Dannel Madson Vieira; COSTA, Saulo Barros da; **Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense.** In: Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 1, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2014.

RIBEIRO, L. N. **RESENHA: A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Revista NERA, nº23, ano 16, p. 167-170, Presidente Prudente, Jul./Dez. 2013.

RIHANI, Samir. **Complexity theory: a new framework for development is in the offing.** Progress in Development Studies 5, 1 (2005) pp. 54–61.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – Regimento Interno Circuito Carioca de Feiras

Orgânicas. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, ano 29, n. 24, p.91, 20 Abr. 2015.

RUA, J. **Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades**. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

_____. **A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. Revista da ANPEGE, v.2, n.2, p. 45-64, 2005.

SANTOS, M. A. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, R. M. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Revista NERA, nº31, ano 19, p. 10-31, Presidente Prudente, Mai./Ago. 2016.

SANTOS, R. B.; RICHARD, D. **O Movimento dos Pequenos Agricultores na interface entre agricultura familiar e educação do campo**. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 2(1), p. 86-105, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p86>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SAQUET, M.A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane. **Culture and Development, a critical introduction**. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2003 (2000).

SCHMITT, C. *et al.* **Agroecologia no Brasil**. In: GLASS, Verena; SANTOS, Maureen (orgs.). **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A insurreição do uso**. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre: e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, pp. 71-86.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003

SILVA, Maiara Batista da. **CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS: uma estratégia na aliança campo cidade por soberania alimentar**. 2019. 117f. (Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SOARES, Marcus Rosa. **A Contra-Ordem Sócio-Espacial e a Autonomia do Sujeito**. UFF. 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual, natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. Território, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 1, p. 5-22. dez 1996. Laget/UFRJ. Relume/Dumará.

_____. **O Planejamento e a Gestão das Cidades numa Perspectiva Autonomista**. Território n. 8, LAGET/UFRJ, p. 67-100, jan-jun. 2000.

_____. **A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

_____. **Espaço geográfico, espaço social. Organização do espaço e espaço social**. In: *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 21-42.

SOSA, B.M. *et al.* **Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Cidade do México/México: CALAS, 2019.

VALENÇA, T. G. **Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro**. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia – organização e gestão do território) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazarath Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, Piracicaba-SP, 2014.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, 21, p. 42-61, Rio de Janeiro, Out. 2003.

WEZEL, A. *et al.* **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, vol. 29, p. 503–515, 2009.